

ARAKEN DE ASSIS

VOLUME

I

3.ª EDIÇÃO
REVISTA,
ATUALIZADA
E AMPLIADA

PROCESSO CIVIL BRASILEIRO

PARTE GERAL

**FUNDAMENTOS E
DISTRIBUIÇÃO DE CONFLITOS**



THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**



Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Emanuel Silva, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiários: Ana Carolina Francisco, Francisco Prado e Marco Antonio Fonseca

Produção Editorial

Gerente de Conteúdo

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Thyara Pina da Silva

Analistas de Operações Editoriais: Carina Baptista, Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Morais, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavaicanti, Fernanda Lessa, Gabriela Cavalcante Lino e Victória Menezes Pereira

Estagiários: Beatriz Hammond, Bianca Satie Abduch, Caroline Dubovicki e Gabrielly N. C. Saraiva

Capa: Linotec

Lider de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezzi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Assis, Araken de

Processo civil brasileiro, volume I: parte geral: fundamentos e distribuição de conflitos / Araken de Assis. -- 3. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2022.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5991-023-6

1. Processo civil 2. Processo civil - Brasil I. Título.

22-114124

CDU-347.9(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito processual 347.9(81)

2. Brasil : Processo civil 347.9(81)

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

Sumário

ESTRUTURA DA OBRA	7
NOTA PRÉVIA	9
LISTA DE ABREVIATURAS	41

LIVRO 1 – TEORIA GERAL DO PROCESSO CIVIL

TÍTULO I – DIREITO PROCESSUAL CIVIL

CAPÍTULO 1 – FUNÇÕES E LIMITES DO PROCESSO CIVIL	45
§ 1.º Conceito e funções do processo civil	45
1. Sociedade, conflito e processo.....	45
2. Funções instrumentais do processo civil.....	51
3. Estrutura e elementos do processo civil.....	56
§ 2.º Processo civil e Justiça Pública	59
4. Caracteres da Justiça Pública.....	59
4.1. Igualdade no acesso à Justiça Pública.....	62
4.2. Gratuidade no acesso à Justiça Pública.....	64
4.3. Responsabilidade no acesso à Justiça Pública.....	67
5. Crise da Justiça Pública.....	69
CAPÍTULO 2 – RESOLUÇÃO ALTERNATIVA DOS CONFLITOS	77
§ 3.º Equivalentes do processo civil	77
6. Efetividade do processo civil.....	77
7. Fase preliminar de mediação e de conciliação.....	81
§ 4.º Etapa da mediação e conciliação	82
8. Diferença entre mediação e conciliação.....	82
9. Espécies de mediação e de conciliação.....	84
10. Natureza da mediação e da conciliação.....	84
11. Objeto da mediação e da conciliação.....	85
12. Participantes da mediação e da conciliação.....	86
13. Procedimento da mediação e da conciliação.....	86
14. Efeitos da mediação e da conciliação.....	88
§ 5.º Juizados Especiais	89
15. Fundamento e origens dos juizados especiais.....	89

16.	Natureza dos juizados especiais	93
17.	Espécies de juizados especiais	94
18.	Objeto dos juizados especiais	95
18.1.	Objeto dos juizados especiais ordinários	95
18.2.	Objeto dos juizados especiais da Fazenda Pública.....	96
18.2.1.	Pretensões excluídas dos juizados especiais da Fazenda Pública da Justiça Comum	96
18.2.2.	Pretensões excluídas dos juizados especiais da Fazenda Pública na Justiça Federal	97
19.	Partes no juizado especial	98
19.1.	Partes no juizado especial ordinário da Justiça Comum	98
19.2.	Partes no juizado especial da Fazenda Pública da Justiça Comum...	99
19.3.	Partes no juizado especial da Fazenda Pública da Justiça Federal ...	99
20.	Procedimento nos juizados especiais.....	100
21.	Execução nos juizados especiais.....	100
21.1.	Definição de dívida de pequeno valor e limitação da competência dos juizados especiais da Fazenda Pública	101
21.2.	Execução incidente nos juizados especiais da Fazenda Pública.....	102
21.3.	Destinatário da ordem de cumprimento na execução perante os juizados especiais da Fazenda Pública	104
21.4.	Emissão da ordem de cumprimento na execução perante os juizados especiais da Fazenda Pública	105
21.5.	Descumprimento da ordem de cumprimento de obrigação pecuniária na execução perante os juizados especiais da Fazenda Pública.....	107
	§ 6.º Juízo Arbitral	108
22.	Origens da arbitragem	108
23.	Natureza da arbitragem	109
24.	Espécies de arbitragem.....	110
24.1.	Arbitragem individual (<i>ad hoc</i>) e arbitragem institucional	110
24.2.	Arbitragem livre e arbitragem obrigatória.....	110
24.3.	Arbitragem segundo o direito e arbitragem segundo a equidade.....	111
24.4.	Arbitragem nacional e arbitragem internacional	111
24.5.	Arbitragem facultativa e arbitragem vinculante	112
25.	Objeto da arbitragem	112
26.	Partes na arbitragem	113
27.	Procedimento da arbitragem	113
28.	Efeitos da arbitragem	115
29.	Execução da sentença arbitral	117
30.	Controle judiciário da arbitragem	119
	CAPÍTULO 3 – RELAÇÕES DO PROCESSO CIVIL.....	123
	§ 7.º Extensão do processo civil brasileiro.....	123
31.	Sistema da dualidade da jurisdição	123
32.	Sistema da unidade da jurisdição	124

§ 8.º Processo civil e processo penal	126
33. Origem comum das ações civil e penal	126
34. Sistemas de coordenação das ações civil e penal.....	127
35. Regime brasileiro de coordenação das ações civil e penal	128
§ 9.º Processo Civil e processo administrativo	133
36. Controle jurisdicional da administração.....	133
37. Limites do controle judiciário quanto à matéria	135
38. Limites do controle judiciário quanto à oportunidade.....	137
39. Limites do controle judiciário quanto aos efeitos	138
40. Limites do controle judiciário quanto à extensão	139
41. Controle judiciário do processo administrativo	144
§ 10.º Meios de controle do processo administrativo	148
42. Remédios de controle do processo administrativo	148
43. <i>Habeas corpus</i>	149
43.1. Objeto do <i>habeas corpus</i>	149
43.2. Partes no <i>habeas corpus</i>	150
43.3. Natureza da sentença no <i>habeas corpus</i>	151
44. <i>Habeas data</i>	151
44.1. Objeto do <i>habeas data</i>	151
44.2. Partes no <i>habeas data</i>	152
44.3. Natureza da sentença no <i>habeas data</i>	153
45. Mandado de segurança	153
45.1. Objeto do mandado de segurança.....	154
45.2. Partes no mandado de segurança	155
45.3. Natureza da sentença do mandado de segurança.....	158
46. Mandado de injunção.....	159
46.1. Objeto do mandado de injunção	160
46.2. Partes no mandado de injunção	160
46.3. Natureza da sentença no mandado de injunção	161
47. Ação popular	162
47.1. Objeto da ação popular.....	162
47.2. Partes na ação popular.....	163
47.3. Natureza da sentença na ação popular	164
48. Ação civil pública	164
48.1. Objeto da ação civil pública	165
48.2. Partes na ação civil pública	166
48.3. Natureza da sentença na ação civil pública	168
CAPÍTULO 4 – DIREITO PROCESSUAL CIVIL	169
§ 11.º Noções de direito processual	169
49. Conceito de direito processual civil.....	169
50. Natureza do direito processual civil.....	170

51.	Modelo do direito processual civil.....	173
52.	Ramos do direito processual civil	176
53.	Sistemática do direito processual civil	176
§ 12.º Normas de direito processual civil.....		179
54.	Objeto das normas de direito processual civil	179
54.1.	Norma processual e norma substantiva	181
54.2.	Norma processual e norma de organização judiciária	184
54.3.	Norma processual e norma procedimental	185
55.	Espécies de normas processuais.....	186
56.	Conhecimento das normas processuais	188
§ 13.º Fontes das normas processuais.....		189
57.	Enumeração das fontes das normas processuais	189
58.	Fontes constitucionais das normas processuais.....	190
59.	Fontes infraconstitucionais das normas processuais.....	192
60.	Fontes locais das normas processuais.....	196
61.	Fontes regulamentares das normas processuais	196
62.	Fontes jurisprudenciais das normas processuais.....	198
62.1.	Súmula vinculante como fonte do direito	199
62.2.	Controle concentrado de constitucionalidade como fonte do direito	201
62.3.	Precedente obrigatório como fonte do direito.....	202
63.	Fontes costumeiras das normas processuais.....	204
§ 14.º Interpretação das normas processuais		204
64.	Compreensão das normas processuais.....	204
65.	Métodos de compreensão das normas processuais.....	207
66.	Métodos de extensão das normas processuais.....	208
66.1.	Interpretação extensiva.....	208
66.2.	Interpretação declarativa.....	208
66.3.	Interpretação restritiva	208
67.	Integração das normas processuais.....	208
§ 15.º Limites das normas processuais		209
68.	Limites espaciais das normas processuais.....	209
69.	Limites temporais das normas processuais	211
69.1.	Direito intertemporal em matéria de competência.....	217
69.2.	Direito intertemporal em matéria de recursos	218
69.3.	Direito intertemporal em matéria de prova	220
CAPÍTULO 5 – EVOLUÇÃO DO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO		223
§ 16.º Etapas legislativas do processo civil brasileiro		223
70.	Evolução do direito processual civil	223
71.	Período das fontes lusitanas.....	229
72.	Período da independência política.....	231

73.	Primeiro período republicano: a pluralidade processual.....	236
74.	Segundo período republicano: a unificação processual.....	238
75.	Terceiro período republicano: as reformas parciais.....	244
	75.1. Reformas parciais no sistema da execução.....	246
	75.2. Reformas parciais no sistema de recursos.....	248
	75.3. Defeitos congênitos das reformas parciais.....	252
	75.4. Efeitos colaterais das reformas parciais.....	253
76.	Terceira codificação processual unitária.....	253
§ 17.º Bases ideológicas do processo civil contemporâneo.....		256
77.	Redefinição da função judicial.....	256
78.	Processo civil liberal.....	258
79.	Processo civil totalitário.....	260
80.	Processo civil autoritário.....	261
81.	Processo civil garantista.....	264
CAPÍTULO 6 – RELAÇÃO PROCESSUAL CIVIL.....		270
§ 18.º Natureza jurídica do processo.....		270
82.	Conceito de processo.....	270
83.	Processo como relação jurídica.....	273
84.	Processo como situação jurídica.....	278
85.	Processo como instituição.....	280
86.	Processo como procedimento contraditório.....	281
87.	Processo como modelo constitucional.....	282
88.	Processo como neoinstituição.....	283
§ 19.º Relação processual civil.....		284
89.	Conceito de relação processual civil.....	284
90.	Sujeitos da relação processual civil.....	285
91.	Forma da relação processual civil.....	286
92.	Planos da relação processual civil.....	288
93.	Características da relação processual civil.....	289
	93.1. Autonomia da relação processual.....	289
	93.2. Totalidade da relação processual.....	290
	93.3. Complexidade da relação processual.....	291
94.	Objeto da relação processual civil.....	292
95.	Formação da relação processual civil.....	295
96.	Extinção da relação processual civil.....	296
§ 20.º Pressupostos processuais.....		297
97.	Problema terminológico nos pressupostos processuais.....	297
98.	Composição dos pressupostos processuais.....	298
99.	Conceito de pressupostos processuais.....	300
100.	Classificação dos pressupostos processuais.....	301
101.	Controle dos pressupostos processuais.....	302

101.1.	Oportunidade do controle dos pressupostos processuais.....	303
101.2.	Ônus da prova no controle dos pressupostos processuais	304
CAPÍTULO 7 – PROCEDIMENTO CIVIL		306
§ 21.º Organização da atividade processual.....		306
102.	Conceito de procedimento.....	306
103.	Competência legislativa em matéria de procedimento	311
103.1.	Conteúdo das normas procedimentais	313
103.2.	Momentos, fases e modelos procedimentais.....	314
104.	Princípios informativos do procedimento	315
104.1.	Princípios da oralidade e da escritura	316
104.2.	Princípios da cognição sumária e da plenária	320
104.3.	Princípio da adequação	323
104.4.	Princípio da preclusão	325
§ 22.º Procedimento na cognição		326
105.	Classificação dos procedimentos.....	326
106.	Características do procedimento da função de conhecimento.....	328
106.1.	Características do procedimento comum	328
106.2.	Características do procedimento convencional	331
106.2.1.	Pressupostos do procedimento convencional	331
106.2.2.	Natureza do procedimento convencional	332
106.2.3.	Objeto do procedimento convencional	333
106.2.4.	Momento do procedimento convencional.....	334
106.2.5.	Efeitos do procedimento convencional	334
107.	Características dos procedimentos especiais da função de conhecimento....	335
108.	Caráter subsidiário do procedimento comum	336
109.	Obrigatoriedade do procedimento	337
110.	Compatibilidade dos procedimentos	340
111.	Conversão do procedimento impróprio no próprio	342
§ 23.º Procedimento na execução.....		344
112.	Espécies de execução.....	344
113.	Classificação dos procedimentos executivos.....	346
§ 24.º Procedimento cautelar.....		348
114.	Procedimento cautelar comum	348
115.	Características do procedimento cautelar comum	352
TÍTULO II – FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO CIVIL		
CAPÍTULO 8 – DIREITOS FUNDAMENTAIS PROCESSUAIS.....		355
§ 25.º Conceito dos direitos fundamentais processuais		355
116.	Evolução das garantias processuais no direito brasileiro	355
117.	Identificação do conteúdo mínimo das garantias processuais	359

§ 26.º Regime dos direitos fundamentais processuais.....	362
118. Questão terminológica: garantias, princípios e direitos	362
119. Funções das garantias processuais no processo civil.....	364
CAPÍTULO 9 – DIREITO FUNDAMENTAL DO ACESSO À JUSTIÇA	367
§ 27.º Direito de acesso à Justiça	367
120. Conteúdo essencial do direito de acesso à Justiça	367
121. Finalidades do direito de acesso à Justiça	372
§ 28.º Limitações do direito de acesso à Justiça	372
122. Regime geral das limitações do acesso à Justiça.....	372
123. Esgotamento da instância desportiva.....	373
124. Esgotamento da instância administrativa.....	376
125. Proibição da litisregulação <i>ope judicis</i>	376
126. Exclusão de matérias da tutela coletiva.....	379
CAPÍTULO 10 – DIREITO FUNDAMENTAL DO DEVIDO PROCESSO	380
§ 29.º Direito ao devido processo	380
127. Conteúdo essencial do direito ao devido processo	380
128. Finalidades do direito ao devido processo.....	384
129. Aplicações do direito ao devido processo	385
§ 30.º Direito ao contraditório	387
130. Conteúdo essencial do direito ao contraditório	387
131. Finalidades do direito ao contraditório.....	393
§ 31.º Restrições ao contraditório	393
132. Impossibilidade de supressão do contraditório	393
133. Contraditório diferido em razão da urgência e da evidência	394
134. Contraditório diferido em razão da função instrumental do processo	395
135. Contraditório diferido em razão da vantagem da parte.....	396
§ 32.º Direito à ampla defesa	398
136. Conteúdo essencial do direito à ampla defesa	398
137. Finalidades do direito à ampla defesa.....	400
§ 33.º Limitações do direito à ampla defesa	400
138. Regime geral das limitações à defesa	400
139. Limitações da defesa na representação técnica	400
140. Limitações temporais à defesa.....	402
141. Limitações da defesa na prova	404
142. Limitações da defesa perante a natureza da causa	405
143. Limitações da defesa no ambiente eletrônico	406
144. Limitações à defesa no debate oral.....	407

CAPÍTULO 11 – DIREITOS FUNDAMENTAIS RELATIVOS À ESTRUTURA DO PROCESSO	408
§ 34.º Direito à motivação dos provimentos judiciais	408
145. Conteúdo essencial do direito à motivação	408
146. Finalidades do direito à motivação.....	412
146.1. Finalidades internas da motivação	412
146.2. Finalidades externas da motivação.....	412
147. Limites ao direito à motivação	413
148. Consequências da falta ou da insuficiência da motivação	415
§ 35.º Direito ao juiz natural	416
149. Conteúdo essencial do direito ao juiz natural	416
150. Finalidades do direito ao juiz natural e projeções técnicas da garantia	418
151. Limitações do direito ao juiz natural	419
152. Direito ao promotor e ao defensor público natural.....	420
§ 36.º Direito à igualdade	421
153. Conteúdo essencial do direito à igualdade	421
154. Finalidade do direito à igualdade	423
§ 37.º Limitações do direito à igualdade	423
155. Compensações à desigualdade no processo civil.....	423
156. Igualdade formal no processo civil.....	424
156.1. Igualdade formal de tratamento nos prazos processuais	424
156.2. Igualdade formal na comunicação dos atos processuais.....	426
156.3. Igualdade formal na distribuição do ônus da prova.....	426
156.4. Igualdade formal de tratamento nos recursos	427
156.5. Igualdade formal consoante a natureza do ato processual	428
156.6. Igualdade formal na tramitação do processo.....	429
156.7. Igualdade formal no regime financeiro do processo.....	430
156.8. Igualdade formal na ordem cronológica dos julgamentos	431
156.8.1. Organização e divulgação da lista cronológica	432
156.8.2. Exceções à ordem cronológica dos julgamentos	433
156.8.3. Alterações na ordem cronológica de julgamentos.....	434
157. Igualdade material no processo civil	434
§ 38.º Direito à licitude da prova	437
158. Conteúdo essencial do direito à licitude da prova	437
158.1. Direito à prova no processo civil	437
158.1.1. Conteúdo e eventualidade do direito à prova no processo civil.....	439
158.1.2. Finalidades do direito à prova no processo civil	441
158.2. Limitações do direito à prova no processo civil.....	441
158.3. Formas de desvelar o direito à privacidade.....	443
158.4. Consequências da prova ilícita no processo civil	444

159. Formas de ilicitude da prova	445
160. Caráter absoluto ou relativo do direito à licitude da prova.....	448
§ 39.º Direito à celeridade	450
161. Conteúdo essencial do direito à celeridade	450
162. Finalidade do direito à celeridade	458
163. Responsabilidade decorrente do descumprimento da celeridade	459
§ 40.º Direito ao duplo grau de jurisdição	460
164. Conteúdo essencial do duplo grau	460
165. Fundamentos do duplo grau.....	462
166. Limitações ao duplo grau	465
167. Forma de operação do duplo grau	468

CAPÍTULO 12 – DIREITOS FUNDAMENTAIS RELATIVOS À EFICÁCIA DO PROCESSO

471

§ 41.º Direito à publicidade do processo	471
168. Conteúdo essencial do direito à publicidade	471
169. Finalidades do direito à publicidade	475
§ 42.º Limitações ao direito à publicidade	476
170. Regime geral das limitações à publicidade.....	476
171. Limitações <i>ope legis</i> à publicidade.....	477
172. Limitações <i>ope judicis</i> à publicidade.....	479
173. Limitações técnicas à publicidade.....	480
§ 43.º Direito à estabilidade	481
174. Finalidades do direito à estabilidade ou coisa julgada	481
175. Conteúdo mínimo do direito à estabilidade ou coisa julgada.....	483
175.1. Coisa julgada formal	484
175.2. Coisa julgada material	486
176. Limitações do direito fundamental à estabilidade (ou coisa julgada).....	492
176.1. Estabilidade da sentença executiva	492
176.2. Estabilidade da sentença cautelar	496
176.3. Estabilidade da sentença arbitral.....	498
176.4. Estabilidade da sentença contumacial	500
176.5. Estabilidade da sentença coletiva	502
176.6. Estabilidade da sentença no mandado de segurança individual....	508
177. Limites temporais da coisa julgada	510
178. Desconsideração da coisa julgada.....	517

TÍTULO III – INSTITUTOS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL

SEÇÃO I – PODER GENÉRICO DO JUIZ	523
---	-----

CAPÍTULO 13 – JURISDIÇÃO	523
---------------------------------------	-----

§ 44.º Jurisdição contenciosa	523
179. Conceito de jurisdição	523

180.	Funções da jurisdição	526
181.	Características da jurisdição	527
181.1.	Inércia do órgão judiciário	527
181.2.	Imparcialidade do órgão judiciário	528
181.3.	Palavra final do órgão judiciário	531
182.	Espécies de jurisdição.....	532
182.1.	Jurisdição civil e penal	533
182.2.	Jurisdição comum e especial.....	533
182.3.	Jurisdição inferior e superior.....	534
182.4.	Jurisdição contenciosa e voluntária.....	535
183.	Controle da jurisdição no processo	535
§ 45.º Princípios da jurisdição		537
184.	Enumeração dos princípios da jurisdição.....	537
185.	Princípio da pré-constituição do órgão judicante (juiz natural).....	537
186.	Princípio da inafastabilidade do controle judiciário.....	539
187.	Princípio da universalidade do controle judiciário.....	540
188.	Princípio da inevitabilidade do controle judiciário	540
189.	Princípio da indelegabilidade do controle judiciário	540
190.	Princípio da indeclinabilidade do controle judiciário	542
191.	Princípio da definitividade do controle judiciário	542
§ 46.º Jurisdição voluntária		543
192.	Natureza da intervenção na autonomia privada	543
193.	Meios de intervenção na autonomia privada	545
194.	Forma da intervenção na autonomia privada	545
195.	Objeto da intervenção na autonomia privada	546
196.	Classificação da intervenção na autonomia privada	547
§ 47.º Limites da jurisdição brasileira.....		548
197.	Limites da jurisdição.....	548
198.	Princípios informativos dos limites da jurisdição	550
198.1.	Princípio da efetividade da jurisdição brasileira	550
198.2.	Princípio da submissão à jurisdição brasileira	551
198.3.	Princípio do amplo acesso à jurisdição brasileira	552
198.4.	Princípio da inconveniência da jurisdição brasileira.....	552
199.	Espécies de limitações da jurisdição	554
§ 48.º Jurisdição internacional exclusiva		555
200.	Casos de jurisdição internacional exclusiva	555
201.	Litígios sobre imóveis situados no território brasileiro.....	556
201.1.	Litígio sobre invalidação de patente	557
201.2.	Falência com bens imóveis no território nacional	557
202.	Partilha de imóveis situados no território brasileiro	558
§ 49.º Jurisdição internacional concorrente		560
203.	Casos de jurisdição internacional concorrente	560

204.	Jurisdição concorrente segundo o domicílio	560
205.	Jurisdição concorrente segundo o lugar do cumprimento da obrigação	561
206.	Jurisdição concorrente segundo o lugar do fato ou do negócio	562
207.	Jurisdição concorrente segundo eleição de foro	562
208.	Jurisdição concorrente e efeitos da litispendência.....	564
§ 50.º	Limites internacionais subjetivos da jurisdição brasileira	566
209.	Regime das imunidades jurisdicionais	566
210.	Imunidade pessoal à jurisdição brasileira	567
211.	Imunidade patrimonial à jurisdição brasileira.....	568
CAPÍTULO 14 – COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.....		569
§ 51.º	Cooperação internacional geral	569
212.	Fundamentos e objeto da cooperação jurídica internacional.....	569
213.	Processo de homologação da sentença estrangeira.....	571
213.1.	Objeto da homologação.....	572
213.2.	Competência para a homologação	575
213.3.	Legitimidade no processo de homologação	575
214.	Procedimento da homologação da sentença estrangeira.....	576
215.	Efeitos da homologação da sentença estrangeira.....	579
§ 52.º	Cooperação internacional especial.....	580
216.	Formas da cooperação internacional especial	580
217.	Objeto da cooperação internacional especial.....	581
218.	Meios da cooperação internacional especial.....	582
218.1.	Cooperação através de carta rogatória	582
218.2.	Cooperação através de auxílio direto.....	584
219.	Carta rogatória ativa.....	585
220.	Carta rogatória passiva	587
SEÇÃO II – PODER DE INICIATIVA DO AUTOR.....		588
CAPÍTULO 15 – DA AÇÃO		588
§ 53.º	Teoria geral da ação.....	588
221.	Questão de ordem: a natureza jurídica do processo	588
222.	Teorias da ação	589
222.1.	Concepção inicial de ação.....	591
222.2.	Primeira teoria autonomista: a teoria concreta do direito de agir ...	593
222.3.	Segunda teoria autonomista: a teoria abstrata da ação	597
222.4.	Síntese inviável: a teoria eclética da ação.....	599
222.5.	Balanço final das teorias da ação	602
223.	Natureza da ação	604
§ 54.º	Condições da ação.....	607
224.	Subsistência das condições da ação	607
225.	Espécies de condições da ação	612

225.1.	Possibilidade jurídica.....	613
225.1.1.	Conceito de possibilidade jurídica do pedido	613
225.1.2.	Classificação da possibilidade jurídica do pedido.....	614
225.2.	Legitimidade das partes.....	615
225.3.	Interesse processual.....	617
225.3.1.	Designação apropriada do interesse processual.....	617
225.3.2.	Função do interesse processual.....	618
225.3.3.	Caracterização do interesse processual.....	618
225.3.4.	Definição de interesse processual.....	620
225.3.5.	Aplicações do interesse processual.....	620
225.3.6.	Momento da caracterização do interesse processual.....	622
225.3.7.	Consequências do interesse processual	623
226.	Momento e forma do controle das condições da ação	624
226.1.	Surgimento posterior das condições da ação	625
226.2.	Desaparecimento posterior das condições da ação	626
§ 55.º	Classificação das ações	626
227.	Objeto da classificação das ações	626
227.1.	Equivalência da classificação das ações e das sentenças.....	628
227.2.	Crítérios de classificação das ações	629
227.3.	Funções do processo e classificação das ações.....	630
228.	Eficácia principal e eficácias secundárias da ação	631
229.	Satisfação decorrente da eficácia da sentença.....	632
§ 56.º	Força das ações	633
230.	Classificação segundo as eficácias da ação material.....	633
231.	Ação declarativa	634
232.	Ação constitutiva	636
233.	Ação condenatória	638
234.	Ação mandamental	643
235.	Ação executiva	645
SEÇÃO III – INDIVIDUALIZAÇÃO DO OBJETO	648
CAPÍTULO 16 – OBJETO DO PROCESSO	648
§ 57.º	Elementos da ação	648
236.	Conceito de objeto litigioso.....	648
237.	Efeitos da tríplice identidade	652
238.	Individualização da demanda coletiva.....	655
§ 58.º	Identificação das partes	657
239.	Noção de parte em processo civil	657
240.	Relevância processual da noção de parte	658
241.	Qualidade jurídica da noção de parte	659
242.	Pluralidade de partes e cumulação de ações.....	660

§ 59.º Identificação da causa de pedir	663
243. Conceito de causa de pedir	663
244. Individualização e substancialização da causa de pedir	664
§ 60.º Composição da causa de pedir	670
245. Componentes da causa de pedir	670
246. Fundamento legal	670
247. Fatos constitutivos.....	673
247.1. Fatos principais	675
247.2. Fatos secundários.....	681
247.3. Fatos relativos ao interesse	683
248. Fundamentos jurídicos.....	683
§ 61.º Espécies de causas de pedir	686
249. Causa remota e próxima	686
250. Causa ativa e passiva.....	686
251. Causa simples, composta e complexa	687
252. Causa fechada e aberta	687
253. Causa de pedir na pretensão a executar.....	688
254. Causa de pedir na pretensão à segurança.....	689
§ 62.º Identificação do pedido	689
255. Conceito de pedido	689
256. Classificação do pedido	690
256.1. Pedido mediato e imediato	691
256.2. Pedido material e processual	692
257. Individualização do pedido.....	693
258. Requisitos do pedido	693
258.1. Certeza do pedido	693
258.2. Determinação do pedido.....	695
258.3. Congruência do pedido	697
258.4. Consequências da falta de requisitos	698
259. Interpretação do pedido	698
§ 63.º Espécies de pedido	699
260. Pedido único e múltiplo	699
261. Pedido determinado e genérico.....	700
261.1. Pedido genérico perante universalidades	703
261.2. Pedido genérico perante consequências futuras dos ilícitos.....	703
261.3. Pedido genérico perante dependência da contribuição do réu	705
261.4. Pedido genérico perante situações plurais e transindividuais	705
262. Pedido certo e implícito.....	706
262.1. Despesas processuais e honorários advocatícios	707
262.2. Juros moratórios	708
262.3. Correção monetária	708

262.4. Prestações vincendas	709
263. Pedido fixo e alternativo	709
264. Pedido simples e cominatório.....	711
265. Pedido divisível e indivisível	713
266. Pedido na execução	714
CAPÍTULO 17 – PLURALIDADE DE OBJETOS DO PROCESSO	716
§ 64.º Cumulação originária de ações.....	716
267. Conceito de cumulação originária de ações.....	716
268. Espécies de cumulação originária de ações.....	717
§ 65.º Cumulação originária subjetiva.....	718
269. Conceito de cumulação originária subjetiva	718
270. Espécies de cumulação originária subjetiva	719
271. Requisitos da cumulação subjetiva originária	719
271.1. Identidade de procedimento.....	719
271.2. Identidade de competência.....	720
271.2.1. Competência da cumulação subjetiva no caso de comunhão	720
271.2.2. Competência da cumulação subjetiva no caso de conexão	721
271.2.3. Competência da cumulação subjetiva nos demais casos de litisconsórcio.....	721
271.3. Compatibilidade das ações na cumulação subjetiva	722
271.4. Restrições à formação do litisconsórcio	722
§ 66.º Cumulação de causas de pedir	723
272. Conceito de cumulação de causas de pedir.....	723
273. Espécies de cumulação de causas de pedir	723
273.1. Cumulação simples de causas.....	723
273.2. Cumulação sucessiva de causas.....	724
274. Concurso de normas.....	724
275. Requisitos da cumulação de causas de pedir	726
275.1. Conexão subjetiva na cumulação de causas.....	726
275.2. Conexão objetiva na cumulação de causas.....	727
275.3. Adequação do procedimento e competência na cumulação de causas	727
275.4. Indicação implícita da cumulação de causas	727
276. Restrições à cumulação de causas de pedir	728
§ 67.º Cumulação de pedidos originária.....	728
277. Conceito de cumulação de pedidos	728
278. Classificação da cumulação de pedidos originária	729
279. Espécies de cumulação de pedidos originária.....	729
279.1. Cumulação de pedidos simples	730
279.2. Cumulação de pedidos sucessiva	731

279.3.	Cumulação de pedidos eventual.....	732
280.	Requisitos da cumulação de pedidos originária	734
280.1.	Conexão subjetiva na cumulação de pedidos.....	734
280.2.	Compatibilidade das ações no cúmulo de pedidos.....	735
280.3.	Competência comum na cumulação de pedidos	736
280.4.	Adequação do procedimento na cumulação de pedidos	738
281.	Controle da cumulação originária de ações	739
281.1.	Iniciativa do controle da cumulação de ações.....	739
281.2.	Momento do controle da cumulação de ações.....	740
281.3.	Efeitos da indevida cumulação de ações.....	740
281.3.1.	Efeitos da indevida cumulação subjetiva	740
281.3.2.	Efeitos da indevida cumulação de causas	741
281.3.3.	Efeitos da indevida cumulação de pedidos	742
§ 68.º	Cumulação sucessiva de ações	742
282.	Espécies de cumulação sucessiva.....	742
283.	Redução do objeto litigioso	744
284.	Cumulação de medida de urgência cautelar	744
§ 69.º	Modificação da demanda	745
285.	Conceito de modificação da demanda.....	745
286.	Fundamento da modificação da demanda.....	746
287.	Espécies de modificação da demanda	748
287.1.	Modificação simples e cumulativa.....	748
287.2.	Modificação unilateral e bilateral	749
288.	Causas da modificação da demanda	750
289.	Requisitos da modificação da demanda	751
289.1.	Termo final da modificação unilateral	752
289.2.	Consentimento do réu na modificação bilateral	754
289.3.	Termo final da modificação bilateral.....	755
290.	Forma da modificação da demanda.....	756
291.	Efeitos da modificação da demanda.....	757
§ 70.º	Declaração incidente	757
292.	Subsistência e fundamento da declaração incidente.....	757
293.	Conceito e espécies de questões prejudiciais	762
294.	Natureza da declaração incidente	764
295.	Finalidades da declaração incidente	765
296.	Objeto da declaração incidente	766
297.	Pressupostos da declaração incidente	767
297.1.	Legitimidade na declaração incidente	768
297.2.	Interesse na declaração incidente.....	769
297.3.	Identidade de procedimentos das ações subordinada e subor- dinante.....	770
297.4.	Competência na declaração incidente.....	770
298.	Revelia como pressuposto da declaração incidente	771

299. Casos de inadmissibilidade da declaração incidente	772
300. Controle da admissibilidade da declaração incidente.....	773
§ 71.º Reunião de processos	774
301. Cumulação sucessiva por força da reunião dos processos	774
302. Conceito de conexão.....	777
303. Espécies de conexão	782
304. Obrigatoriedade da reunião dos processos.....	785
305. Oportunidade da reunião dos processos	790
306. Casos de reunião dos processos.....	791
307. Efeitos da reunião de processos	792
SEÇÃO IV – DO PODER DE REAÇÃO DO RÉU.....	795
CAPÍTULO 18 – DA DEFESA	795
§ 72.º Do direito de defesa no processo civil.....	795
308. Fundamento constitucional do direito de defesa.....	795
309. Características da defesa no processo civil	799
310. Natureza jurídica da defesa	801
311. Princípios da defesa no processo civil.....	802
311.1. Princípio da concentração da defesa.....	802
311.2. Princípio da eventualidade na defesa.....	803
311.3. Princípio da amplitude da defesa	805
§ 73.º Espécies de defesa no processo civil	806
312. Classificação dos fatos jurídicos na lei processual	806
312.1. Fatos constitutivos.....	806
312.2. Fatos extintivos	807
312.3. Fatos modificativos	807
312.4. Fatos impeditivos	808
313. Categorias de defesa no processo civil.....	808
313.1. Defesa processual.....	810
313.1.1. Defesa processual peremptória.....	810
313.1.2. Defesa processual dilatória.....	811
313.1.3. Exceções processuais e objeções processuais.....	811
313.2. Defesa de mérito	813
313.2.1. Defesa de mérito direta	813
313.2.2. Defesa de mérito indireta.....	814
313.2.3. Objeções substanciais e exceções substanciais	815
313.3. Defesa ativa: reconvenção.....	815
314. Estrutura da defesa do réu no processo civil.....	818
CAPÍTULO 19 – DEFESA PROCESSUAL.....	821
§ 74.º Preliminares processuais dilatórias.....	821
315. Classes de preliminares processuais dilatórias	821

316.	Inexistência ou nulidade da citação	822
316.1.	Diferença entre inexistência e nulidade da citação.....	822
316.2.	Natureza do vício no processo em razão da inexistência ou da nulidade da citação	822
316.3.	Comparecimento espontâneo e atitudes do réu perante a citação inexistente ou nula.....	824
317.	Incompetência absoluta e relativa.....	826
317.1.	Casos de competência absoluta e relativa.....	826
317.2.	Regime de controle da competência	827
317.3.	Oportunidade da alegação da incompetência.....	828
317.4.	Legitimidade para arguir a incompetência.....	828
317.5.	Efeitos do reconhecimento da incompetência	829
317.5.1.	Remessa do processo ao juízo competente.....	829
317.5.2.	Extinção do processo em virtude da incompetência absoluta	830
318.	Conexão	830
318.1.	Relevância da identidade parcial dos elementos objetivos do processo	831
318.2.	Caráter obrigatório da reunião dos processos	833
318.3.	Consequências da alegação de conexão na defesa do réu	834
318.4.	Casos de conexão inseridos no âmbito da defesa dilatória	835
	§ 75.º Preliminares processuais peremptórias.....	836
319.	Classes de preliminares processuais peremptórias.....	836
320.	Inépcia da inicial	836
320.1.	Defeitos abrangidos na inépcia da inicial	837
320.2.	Consequências da alegação dos defeitos da inicial na defesa.....	838
321.	Perempção	839
322.	Litispêndência e coisa julgada	839
322.1.	Identidade das causas perante a coisa julgada	840
322.1.1.	Falta de coincidência da coisa julgada e da litispêndência	841
322.1.2.	Relações entre declaração e condenação na litispêndência e na coisa julgada	842
322.1.3.	Relações entre a demanda coletiva e a individual na litispêndência e na coisa julgada.....	843
322.2.	Finalidade da iniciativa do réu na litispêndência e na coisa julgada....	847
322.3.	Consequências da configuração da litispêndência e da coisa julgada.....	847
323.	Incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização ...	848
324.	Convenção de arbitragem	848
324.1.	Natureza da convenção de arbitragem.....	848
324.2.	Espécies de convenção de arbitragem.....	849
324.2.1.	Execução específica da cláusula compromissória.....	849

324.2.2. Princípio de competência na cláusula compromissória ...	851
324.3. Efeitos da convenção de arbitragem	853
325. Ausência de legitimidade ou de interesse processual.....	854
326. Ausência de caução ou de outro pressuposto processual objetivo.....	858
326.1. Prestação de caução <i>pro litis expensis</i>	859
326.2. Depósito ou pagamento da sucumbência anterior	861
326.3. Impugnação ao valor da causa.....	862
326.4. Impugnação da concessão do benefício da gratuidade.....	862
CAPÍTULO 20 – DEFESA DE MÉRITO	864
§ 76.º Defesa direta de mérito no processo civil	864
327. Espécies de defesa direta de mérito.....	864
328. Características da defesa de mérito direta	864
§ 77.º Impugnação dos fatos	865
329. Conceito da impugnação dos fatos.....	865
330. Impugnação direta do fato constitutivo	866
330.1. Fundamento da manifestação precisa	867
330.2. Natureza da manifestação precisa	867
330.3. Finalidade da manifestação precisa	867
330.4. Requisitos da manifestação precisa.....	868
330.5. Efeitos da manifestação precisa	871
331. Impugnação indireta do fato constitutivo.....	872
332. Exceções subjetivas à impugnação específica	873
332.1. Isenção do advogado dativo do ônus da impugnação específica....	874
332.2. Isenção do curador especial do ônus de impugnação	875
332.3. Isenção do Defensor Público do ônus da impugnação específica....	875
333. Exceções objetivas à impugnação específica.....	875
333.1. Fatos insuscetíveis de confissão.....	876
333.2. Fatos dependentes da prova documental	877
333.3. Fatos em contradição ao conjunto da defesa.....	878
333.4. Fatos comuns no litisconsórcio unitário	878
334. Consequências da falta de impugnação dos fatos.....	879
§ 78.º Impugnação do direito	880
335. Conceito de impugnação do direito	880
336. Diferença entre questões de direito e questões de fato.....	881
337. Modalidades de impugnação do direito	884
338. Consequências da falta de impugnação do direito	886
§ 79.º Defesa indireta de mérito no processo civil	889
339. Exceção como meio de defesa de mérito	889
340. Natureza da exceção substancial	891
341. Espécies de exceções substanciais.....	894
341.1. Exceções autônomas e dependentes.....	894

341.2.	Exceções pessoais e impessoais.....	895
341.3.	Exceções dilatórias e peremptórias	895
342.	Principais exceções substanciais	896
343.	Ônus de alegar e ônus de provar a exceção substancial	897
344.	Efeitos do oferecimento da exceção substancial	899
344.1.	Omissão do autor quanto à exceção substancial.....	900
344.2.	Impugnação do autor à exceção substancial	900
344.3.	Reconhecimento da exceção substancial pelo autor	902
344.4.	Consequências do desrespeito ao contraditório	902
345.	Julgamento da exceção substancial	902
CAPÍTULO 21 – REVELIA.....		907
§ 80.º Falta de defesa.....		907
346.	Conceito e natureza da revelia	907
346.1.	Revelia e figuras afins.....	907
346.2.	Revelia segundo a sistemática da lei processual.....	909
347.	Descaracterização da revelia.....	911
348.	Natureza da revelia.....	913
349.	Classificação da revelia.....	915
349.1.	Revelia total e parcial	915
349.2.	Revelia formal e substancial	915
§ 81.º Revelia consoante a função processual.....		916
350.	Relevância das funções do processo na revelia	916
351.	Revelia no âmbito da execução.....	916
352.	Revelia no âmbito cautelar.....	918
§ 82.º Revelia no processo cumulativo.....		920
353.	Revelia na cumulação objetiva e subjetiva.....	920
354.	Revelia no litisconsórcio.....	921
355.	Revelia na reconvenção	923
356.	Revelia na declaração incidente	923
§ 83.º Revelia na intervenção de terceiros.....		925
357.	Revelia no chamamento em garantia (denúncia da lide).....	925
358.	Revelia na intervenção principal (oposição)	925
359.	Revelia no chamamento ao processo	926
360.	Revelia na assistência	926
361.	Revelia na correção da legitimidade passiva	926
§ 84.º Efeito material da revelia		927
362.	Presunção de veracidade na revelia	927
363.	Objeto da presunção de veracidade na revelia	929
364.	Natureza da presunção de veracidade na revelia	929
365.	Exceções à presunção de veracidade na revelia	931
365.1.	Fatos controvertidos por um dos réus	931

365.2.	Fatos relativos a direitos indisponíveis	932
365.3.	Fatos subordinados à prova documental	933
365.4.	Fatos desconhecidos pelo contestante	933
365.5.	Fatos inverossímeis, impossíveis e improváveis	934
365.6.	Fatos contraditados pela prova produzida	934
366.	Efeitos da inexistência do efeito material da revelia	935
366.1.	Pressupostos da especificação de provas	936
366.2.	Conteúdo do provimento de especificação de provas	937
366.3.	Prazo da especificação de provas.....	938
366.4.	Atitudes do autor na especificação de provas	938
366.5.	Controle da admissibilidade da especificação de provas	939
367.	Direito do réu à prova na revelia	939
368.	Direito do autor à prova na revelia.....	940
369.	Resultado da instrução em contraste com o efeito material da revelia	941
§ 85.º	Efeitos processuais da revelia	941
370.	Enumeração dos efeitos processuais da revelia.....	941
371.	Precipitação do julgamento do mérito na revelia.....	941
372.	Necessidade de comunicação dos atos processuais	943
372.1.	Constitucionalidade da dispensa de contraditório	943
372.2.	Pressupostos da comunicação dos atos processuais.....	944
372.3.	Objeto da comunicação dos atos processuais	944
372.4.	Ingresso tardio do revel no processo	946
372.5.	Desentranhamento da contestação extemporânea	947
373.	Estabilidade da demanda na revelia.....	948
§ 86.º	Remédios contra a revelia	951
374.	Fundamento do pedido de restituição	951
375.	Prazo do pedido de restituição.....	954
376.	Procedimento do pedido de restituição	954
377.	Efeitos da decisão do pedido de restituição.....	955

TÍTULO IV – DISTRIBUIÇÃO DOS CONFLITOS

CAPÍTULO 22 – COMPETÊNCIA INTERNA.....	957	
§ 87.º Competência no processo civil.....	957	
378.	Problema de competência na formação do processo	957
378.1.	Identificação dos órgãos jurisdicionais	959
378.2.	Identificação dos dados de afetação da competência.....	959
378.3.	Identificação das fontes legislativas da competência.....	960
379.	Fundamento da competência	961
380.	Conceito de competência.....	962
381.	Domínios da competência interna	963
§ 88.º Espécies de competência	964	
382.	Competência absoluta e competência relativa.....	964

383.	Competência plena e competência privativa	965
384.	Competência exclusiva e competência concorrente	967
385.	Competência originária e competência recursal	967
386.	Competência horizontal e competência vertical.....	968
CAPÍTULO 23 – COMPETÊNCIA OBJETIVA.....		971
§ 89.º Competência em razão da pessoa		971
387.	Pessoa como elemento da competência	971
388.	Competência da Justiça Federal em razão dos sujeitos federais.....	972
388.1.	Causas abrangidas na competência em razão da pessoa	972
388.2.	Causas excluídas da competência em razão da pessoa	973
388.2.1.	Causas concursais	973
388.2.2.	Causas acidentárias.....	974
388.2.3.	Causas eleitorais	976
388.2.4.	Causas trabalhistas	976
388.2.5.	Causas de competência federal do juiz de direito	978
388.3.	Sujeitos incluídos na competência em razão da pessoa	978
388.4.	Sujeitos excluídos da competência em razão da pessoa.....	981
388.5.	Posição do sujeito federal no processo.....	983
388.6.	Controle da intervenção do sujeito federal no processo.....	985
389.	Competência da Justiça Federal nas causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País	986
390.	Competência da Justiça Federal nos mandados de segurança e <i>habeas data</i> contra atos de autoridades federais	986
391.	Competência dos tribunais superiores em razão da pessoa	987
392.	Competência da Justiça Comum em razão da pessoa	988
393.	Competência dos juizados especiais em razão da pessoa.....	989
393.1.	Competência em razão da pessoa nos juizados especiais ordinários na Justiça Comum	989
393.2.	Competência em razão da pessoa dos juizados especiais da Fazenda Pública na Justiça Ordinária.....	990
393.3.	Competência em razão da pessoa dos juizados especiais da Fazenda Pública na Justiça Federal comum	990
§ 90.º Competência em razão da matéria		991
394.	Fonte da competência em razão da matéria.....	991
395.	Competência da Justiça Federal em razão da matéria.....	991
395.1.	Causas relativas a tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional	991
395.2.	Causas relativas a direitos indígenas	992
395.3.	Causas relativas à nacionalidade e à naturalização.....	993
395.4.	Causas relativas aos direitos humanos.....	993
396.	Competência dos tribunais superiores em razão da matéria.....	994

396.1.	Competência do STJ para julgar conflitos de competência.....	995
396.2.	Competência do STJ para julgar conflito de atribuições.....	995
396.3.	Competência do STJ para executar seus julgados	996
396.4.	Competência do STJ para processar e julgar rescisórias.....	997
397.	Competência dos tribunais de segundo grau em razão da matéria.....	1001
398.	Competência da Justiça Comum em razão da matéria.....	1001
399.	Competência dos juizados especiais em razão da matéria	1003
399.1.	Competência em razão da matéria nos juizados especiais ordi- nários na Justiça Comum.....	1003
399.1.1.	Pretensões previstas no procedimento sumário.....	1003
399.1.1.1.	Pretensões relativas ao arrendamento rural e à parceria agrícola	1003
399.1.1.2.	Pretensão de cobrança de condômino.....	1004
399.1.1.3.	Pretensão de ressarcimento por danos em prédio urbano ou rústico.....	1005
399.1.1.4.	Pretensão de ressarcimento por danos causados em acidente de veículo de via terrestre.....	1006
399.1.1.5.	Pretensão de cobrança de seguro de danos causados em acidente de trânsito....	1006
399.1.1.6.	Pretensão de cobrança de honorários de profissional liberal.....	1006
399.1.1.7.	Pretensões previstas em leis extravagantes....	1007
399.1.2.	Pretensão de retomada de imóvel locado para uso próprio.....	1008
399.1.3.	Pretensão possessória sobre imóveis.....	1009
399.1.4.	Pretensões excluídas dos juizados especiais ordinários da Justiça Comum.....	1009
399.2.	Competência em razão da matéria nos juizados especiais da Fazenda Pública da Justiça Comum (critério negativo).....	1009
399.3.	Competência em razão da matéria dos juizados especiais da Fazenda Pública na Justiça Federal (critério negativo)	1011
399.4.	Competência executiva nos juizados especiais ordinários na Justiça Comum	1012
399.4.1.	Competência dos juizados especiais ordinários para executar títulos extrajudiciais.....	1012
399.4.2.	Competência dos juizados especiais ordinários para executar títulos judiciais	1015
399.5.	Competência executiva dos juizados especiais da Fazenda Pública...	1018
§ 91.º	Competência em razão do valor	1019
400.	Fontes da competência em razão do valor.....	1019
401.	Competência em razão do valor nos juizados especiais ordinários na Justiça Comum	1021

402.	Competência em razão do valor dos juizados especiais da Fazenda Pública na Justiça Ordinária.....	1022
403.	Competência em razão do valor dos juizados especiais da Fazenda Pública na Justiça Federal.....	1022
CAPÍTULO 24 – COMPETÊNCIA FUNCIONAL.....		1024
§ 92.º Competência funcional.....		1024
404.	Conceito de competência funcional.....	1024
405.	Fontes da competência funcional.....	1026
406.	Espécies de competência funcional.....	1027
407.	Relevância da competência funcional.....	1028
§ 93.º Competência funcional vertical.....		1029
408.	Fundamentos da competência funcional vertical.....	1029
409.	Competência vertical dos tribunais superiores.....	1030
410.	Competência vertical dos tribunais de segundo grau.....	1031
411.	Competência vertical da Justiça Federal de primeiro grau.....	1033
411.1.	Competência para executar carta rogatória.....	1033
411.2.	Competência para executar sentença estrangeira.....	1034
§ 94.º Competência funcional horizontal.....		1035
412.	Fundamentos da competência funcional horizontal.....	1035
413.	Competência horizontal dos tribunais superiores.....	1036
414.	Competência horizontal dos tribunais de segundo grau.....	1037
415.	Competência horizontal dos juízes de primeiro grau.....	1037
415.1.	Competência funcional na prática de atos processuais.....	1038
415.2.	Competência funcional na execução de título judicial.....	1039
415.3.	Competência funcional na execução por carta.....	1041
CAPÍTULO 25 – COMPETÊNCIA TERRITORIAL.....		1044
§ 95.º Competência de foro.....		1044
416.	Divisão judiciária do território na Justiça Comum e na Justiça Federal.....	1044
417.	Definição de competência de foro ou territorial.....	1046
418.	Classificação da competência de foro.....	1047
419.	Foro principal e foro subsidiário.....	1047
§ 96.º Competência do foro comum.....		1048
420.	Foro comum principal.....	1048
421.	Primeiro foro subsidiário ao comum: pluralidade de domicílios.....	1051
422.	Segundo foro subsidiário ao comum: domicílio desconhecido ou incerto ...	1051
423.	Terceiro foro subsidiário ao comum: partes residentes ou domiciliadas no exterior.....	1052
424.	Quarto foro subsidiário ao comum: pluralidade de réus.....	1052
§ 97.º Competência dos foros especiais.....		1054
425.	Definição de foro especial.....	1054

426.	Competência do foro da situação da coisa.....	1054
427.	Competência do foro do último domicílio do autor da herança.....	1057
428.	Competência do foro do último domicílio do ausente	1059
429.	Competência do foro do domicílio do representante do incapaz.....	1060
430.	Competência de foro dos sujeitos federais	1060
430.1.	Competência de foro da União	1060
430.2.	Competência de foro dos demais sujeitos federais	1061
430.3.	Competência de foro nas demais causas de competência em razão da matéria da Justiça Federal	1061
431.	Competência de foro na competência federal delegada	1061
431.1.	Competência do foro do domicílio do autor nas causas previdenciárias	1063
431.2.	Competência do foro do domicílio do autor nas causas de produção antecipada de prova	1064
431.3.	Competência do foro do domicílio do réu na execução fiscal.....	1065
431.4.	Competência do foro do domicílio do naturalizando	1065
431.5.	Competência do foro do lugar de situação do imóvel na indenização por pesquisa e lavra de minério	1065
431.6.	Competência do foro do lugar do dano na ação civil pública	1066
431.7.	Competência do foro no reconhecimento de união estável para fins previdenciários.....	1066
432.	Competência do foro em ações de família.....	1066
433.	Competência do foro do domicílio ou da residência do alimentando	1069
434.	Competência do foro das sociedades privadas personificadas ou não	1070
434.1.	Competência do foro da sede.....	1070
434.2.	Competência do foro do estabelecimento secundário	1071
434.3.	Competência do foro do estabelecimento principal.....	1072
434.4.	Competência do foro da sede da serventia registral e notarial	1072
435.	Competência do foro do lugar do cumprimento.....	1072
436.	Competência do foro do lugar do ato ou do fato na reparação de dano	1073
437.	Competência do foro do domicílio do autor ou do local do fato na reparação de dano provocado por delito ou por acidente de trânsito.....	1074
437.1.	Competência do foro do domicílio do autor ou do local do fato no acidente de veículos.....	1074
437.2.	Competência do foro do domicílio do autor ou do local do fato em delitos penais e civis	1075
438.	Competência de foro do Estado-membro e do Distrito Federal	1075
§ 98.º Competência de foro nas leis processuais extravagantes e em situações especiais.....		1076
439.	Competência na desapropriação.....	1076
440.	Competência na duplicata	1077
441.	Competência nas ações em favor de idoso	1077
442.	Competência nas ações em favor da criança e do adolescente.....	1078
443.	Competência nas ações de nulidade de patente	1078

444.	Competência nas ações de representação comercial	1079
445.	Competência nas ações de responsabilidade nas relações de consumo	1079
446.	Competência nas ações contra estabelecimentos de ensino	1080
447.	Competência nas ações de usucapião.....	1081
448.	Competência na ação por improbidade administrativa	1082

CAPÍTULO 26 – CASOS ESPECIAIS DE COMPETÊNCIA

§ 99.º Competência nos remédios constitucionais

449.	Problema de competência nos remédios constitucionais	1084
450.	Competência no mandado de segurança	1084
451.	Competência na ação popular	1086
452.	Competência no <i>habeas data</i>	1087
453.	Competência no mandado de injunção.....	1087
454.	Competência no <i>habeas corpus</i>	1088

§ 100.º Competência na execução

455.	Competência na execução universal	1089
455.1.	Competência na insolvência e recuperação judicial.....	1090
455.2.	Competência na falência e na recuperação judicial.....	1090
455.3.	Unidade do juízo da execução universal.....	1091
455.4.	Competência no concurso especial de credores	1092
455.4.1.	Competência funcional na penhora	1093
455.4.2.	Competência de “jurisdição” na penhora	1094
455.4.3.	Modificações supervenientes do estado de fato	1096
455.4.4.	Obrigatoriedade da reunião das execuções	1097
455.4.5.	Oportunidade e efeitos da reunião dos processos executivos.....	1098
456.	Competência na execução singular	1099
456.1.	Competência na execução de título judicial	1099
456.1.1.	Competência na execução do título produzido nas causas de competência originária dos tribunais.....	1100
456.1.2.	Competência na execução do título produzido nas causas originárias de primeiro grau.....	1100
456.1.3.	Competência na execução dos demais títulos judiciais ...	1101
456.2.	Competência na execução de título extrajudicial.....	1101
456.3.	Competência na execução fiscal	1103

§ 101.º Competência na jurisdição de urgência

457.	Problema de competência na pretensão à segurança.....	1103
458.	Competência nas cautelares incidentes.....	1104
459.	Competência nas cautelares antecedentes.....	1106

CAPÍTULO 27 – REGIME DA COMPETÊNCIA

§ 102.º Modificações da competência

460.	Conceito de modificação da competência.....	1109
------	---	------

461.	Competência objeto de modificação.....	1110
462.	Espécies de modificação da competência	1111
463.	Prorrogação legal da competência	1111
464.	Prorrogação voluntária da competência.....	1112
464.1.	Prorrogação expressa.....	1112
464.1.1.	Objeto da cláusula de eleição de foro	1113
464.1.2.	Forma da cláusula de eleição de foro.....	1114
464.1.3.	Limitação à cláusula de eleição de foro	1115
464.2.	Prorrogação tácita	1116
465.	Prevenção da competência	1117
465.1.	Coincidência cronológica do registro e da distribuição.....	1120
465.2.	Efeitos da prevenção	1120
§ 103.º	Perpetuação da competência	1120
466.	Conceito e natureza da perpetuação da competência.....	1120
467.	Fundamento da perpetuação da competência.....	1122
468.	Conteúdo da perpetuação da competência.....	1122
468.1.	Estado de fato	1122
468.2.	Estado de direito.....	1124
469.	Exceções à perpetuação da competência	1124
469.1.	Supressão do órgão judiciário.....	1124
469.2.	Criação de órgão judiciário	1125
469.3.	Modificações na competência absoluta.....	1126
§ 104.º	Conflitos de competência	1128
470.	Conceito de conflito de competência.....	1128
471.	Espécies de conflito de competência	1131
472.	Legitimidade para instaurar o conflito de competência.....	1133
472.1.	Legitimidade do órgão judiciário.....	1133
472.2.	Legitimidade do Ministério Público	1133
472.3.	Legitimidade das partes.....	1134
473.	Competência para julgar o conflito de competência	1135
473.1.	Conflito entre órgãos judiciários da mesma Justiça	1136
473.2.	Conflito entre órgãos judiciários de primeiro grau de Justiças diferentes	1136
473.3.	Conflito entre órgãos judiciários de primeiro grau e tribunais de diferentes Justiças.....	1137
473.4.	Conflito entre tribunais.....	1137
473.5.	Conflitos entre órgãos e juízes do mesmo tribunal	1137
§ 105.º	Procedimento do conflito de competência.....	1137
474.	Forma da instauração do conflito de competência.....	1137
475.	Instrução do conflito de competência.....	1138
476.	Indeferimento liminar do conflito de competência	1139
477.	Distribuição do conflito de competência.....	1139

478.	Requisição de informações no conflito de competência.....	1140
479.	Suspensão do processo no conflito de competência	1140
480.	Juízo competente para medidas urgentes no conflito de competência	1141
481.	Audiência do Ministério Público no conflito de competência.....	1142
§ 106.º	Julgamento do conflito de competência.....	1143
482.	Julgamento colegiado do conflito de competência	1143
483.	Pressupostos do julgamento singular do conflito de competência	1144
484.	Momento do julgamento singular do conflito de competência.....	1144
485.	Conteúdo do julgamento singular do conflito de competência.....	1145
486.	Recurso cabível contra o julgamento singular do conflito de competência...	1145
487.	Efeitos do julgamento do conflito de competência.....	1145
§ 107.º	Declaração da incompetência.....	1147
488.	Controle da competência no processo civil.....	1147
489.	Controle da competência relativa.....	1147
489.1.	Cabimento da exceção de incompetência na execução	1149
489.1.1.	Momento e forma da exceção de incompetência na execução de título extrajudicial.....	1149
489.1.2.	Momento e forma da exceção de incompetência na execução de título judicial	1150
489.2.	Cabimento da exceção de incompetência no processo cautelar	1150
489.3.	Condição dos atos decisórios proferidos pelo juiz relativamente incompetente.....	1150
490.	Controle da competência absoluta	1151
490.1.	Forma e momento da alegação da incompetência absoluta.....	1152
490.2.	Legitimidade para alegar a incompetência absoluta	1154
490.3.	Efeitos do reconhecimento da incompetência absoluta.....	1154
490.4.	Recursos cabíveis contra o provimento sobre incompetência absoluta.....	1157
491.	Efeitos da incompetência nos juzizados especiais.....	1158
CAPÍTULO 28 – COOPERAÇÃO NACIONAL.....		1159
§ 108.º	Cooperação nacional.....	1159
492.	Formas de cooperação jurisdicional	1159
493.	Espécies de cartas	1162
493.1.	Carta de ordem.....	1163
493.2.	Carta precatória.....	1165
493.3.	Carta rogatória.....	1166
493.4.	Carta arbitral.....	1167
494.	Requisitos das cartas.....	1167
494.1.	Indicação dos juízos remetente e destinatário	1168
494.2.	Reprodução das peças fundamentais.....	1169
494.3.	Indicação do objeto da carta	1170

494.4.	Encerramento e assinatura do juízo de origem	1170
494.5.	Reprodução de peças eventuais.....	1171
495.	Prazo das cartas	1172
495.1.	Critérios da fixação do prazo	1172
495.2.	Consequências do vencimento do prazo	1173
495.3.	Consequências da falta de prazo	1174
495.4.	Intimação e cooperação das partes	1174
496.	Caráter itinerante das cartas	1174
497.	Modos de expedição das cartas	1175
497.1.	Pressuposto da forma excepcional	1176
497.2.	Exemplificação dos meios da forma excepcional.....	1177
497.3.	Conteúdo da carta na forma excepcional.....	1177
497.4.	Cumprimento da carta na forma excepcional	1178
498.	Recusa de cumprimento da carta precatória.....	1179
498.1.	Natureza do ato de recusa do juízo deprecado	1180
498.2.	Casos explícitos de recusa do juízo deprecado.....	1180
498.2.1.	Falta dos requisitos essenciais.....	1180
498.2.2.	Incompetência do juízo deprecado	1180
498.2.3.	Dúvida acerca da autenticidade da carta	1181
498.3.	Casos implícitos de recusa do juízo deprecado.....	1182
499.	Cumprimento e restituição das cartas.....	1183

CONTEÚDO EXTRA PROVIEW

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO

ÍNDICE LEGISLATIVO

ÍNDICE ONOMÁSTICO

BIBLIOGRAFIA

ESTRUTURA DA OBRA COMPLETA

ARAKEN DE ASSIS

VOLUME

II

3.ª EDIÇÃO
REVISTA,
ATUALIZADA
E AMPLIADA

PROCESSO CIVIL BRASILEIRO

PARTE GERAL

INSTITUTOS FUNDAMENTAIS - I



THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**



Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Emanuel Silva, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiários: Ana Carolina Francisco, Francisco Prado e Marco Antonio Fonseca

Produção Editorial

Gerente de Conteúdo

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Thyara Pina da Silva

Analistas de Operações Editoriais: Carina Baptista, Caroline Vieira, Damares Regina Felicio, Danielle Castro de Moraes,

Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patricia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Gabriela Cavalcante Lino e Victória Menezes Pereira

Estagiárias: Beatriz Hammond, Bianca Satie Abduch, Caroline Dubovicki e Gabrielly N. C. Saraiva

Capa: Linotec

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araujo Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Assis, Araken de
Processo civil brasileiro, volume II: parte geral: institutos fundamentais: I
Araken de Assis. -- 3. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters
Brasil, 2022.

Bibliografia.
ISBN 978-65-5991-025-0

1. Processo civil 2. Processo civil - Brasil I. Título.

22-114113

CDU-347.9(81)

Índices para catálogo sistemático: 1. Brasil: Direito processual 347.9 (81)
2. Brasil: Processo civil 347.9(81)

Sumário

ESTRUTURA DA OBRA	7
NOTA PRÉVIA	9
LISTA DE ABREVIATURAS	63
TÍTULO V – DAS PARTES	
SEÇÃO I – IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES	65
CAPÍTULO 29 – PARTES NO PROCESSO CIVIL	65
§ 109.º Partes no processo civil	65
500. Conceito de parte no processo civil.....	65
501. Classificação das partes no processo civil.....	70
502. Identificação do réu no processo	71
503. Designação das partes no processo civil	76
504. Pressupostos processuais relativos às partes	77
505. Princípios processuais relativos às partes	79
505.1. Princípio da dualidade das partes	80
505.2. Princípio da igualdade das partes.....	80
505.3. Princípio do contraditório	83
506. Conceito de terceiro no processo civil.....	83
§ 110.º Personalidade processual	84
507. Conceito de personalidade processual	84
508. Alcance da personalidade processual	85
508.1. Personalidade da pessoa natural estrangeira e nacional	85
508.2. Personalidade da pessoa jurídica estrangeira e nacional	86
508.2.1. Classificação das pessoas jurídicas	86
508.2.2. Limites temporais da personalidade das pessoas jurídicas	87
508.3. Personalidade de entes e de órgãos da pessoa jurídica (processo consigo próprio)	88
509. Controle da falta de personalidade processual	90

SEÇÃO II – CAPACIDADE DAS PARTES	91
CAPÍTULO 30 – CAPACIDADE PROCESSUAL	91
§ 111.º Capacidade processual em geral	91
510. Conceito de capacidade processual	91
511. Organização da matéria na lei processual civil.....	92
512. Graus da capacidade processual da pessoa natural.....	92
513. Representação orgânica das pessoas jurídicas.....	93
§ 112.º Capacidade processual da pessoa natural	94
514. Capacidade processual plena da pessoa natural.....	94
515. Representação da pessoa natural incapaz	95
515.1. Representação conjunta do menor sob poder familiar.....	97
515.2. Representação do cônjuge incapaz na separação	97
515.3. Colisão de interesses entre o incapaz e seu representante	97
§ 113.º Capacidade processual das pessoas jurídicas	97
516. Conteúdo da capacidade processual das pessoas jurídicas	97
517. Capacidade processual das pessoas jurídicas de direito público interno	98
518. Capacidade processual das pessoas jurídicas de direito público externo....	101
519. Capacidade processual das pessoas jurídicas privadas estrangeiras	102
§ 114.º Capacidade processual da pessoa jurídica privada nacional	102
520. Representação da pessoa jurídica privada nacional	102
521. Órgãos de representação da pessoa jurídica privada.....	103
522. Ônus da demonstração das atribuições do órgão da pessoa jurídica pri- vada	103
523. Representação anômala da pessoa jurídica privada nacional	106
523.1 Ausência do território nacional do representante legal da pessoa jurídica privada	106
523.2 Ausência do território nacional do locador	107
§ 115.º Capacidade processual dos despersonalizados	108
524. Representação dos despersonalizados.....	108
525. Capacidade processual da sociedade em comum	109
526. Capacidade processual da massa falida	111
527. Capacidade processual das heranças jacente e vacante.....	112
528. Capacidade processual do espólio	112
529. Capacidade processual do condomínio	113
§ 116.º Desconsideração da personalidade jurídica	114
530. Fundamento e natureza da responsabilidade patrimonial	114
531. Responsabilidade patrimonial primária e secundária.....	117

532.	Responsabilidade patrimonial do sócio.....	118
532.1.	Fundamento da responsabilidade do sócio	119
532.2.	Casos de responsabilidade patrimonial secundária direta do sócio	121
532.3.	Casos de responsabilidade patrimonial secundária indireta	122
533.	Procedimento da desconsideração da pessoa jurídica	125
533.1.	Requerimento da parte principal ou coadjuvante na desconsideração da pessoa jurídica	127
533.2.	Momento da desconsideração da pessoa jurídica	127
533.3.	Contraditório na desconsideração da pessoa jurídica.....	128
533.4.	Decisão do incidente de desconsideração da pessoa jurídica e recurso próprio.....	129
533.5.	Efeitos da desconsideração da pessoa jurídica.....	129

CAPÍTULO 31 – INTEGRAÇÃO DA CAPACIDADE PROCESSUAL

§ 117.º	Integração da capacidade processual através de curador especial	131
534.	Conceito de curador especial.....	131
535.	Poderes e deveres do curador especial.....	131
536.	Pessoas aptas à designação como curador especial.....	132
537.	Casos de designação do curador especial.....	134
537.1.	Designação de curador especial ao incapaz sem representação legal	134
537.2.	Designação de curador especial no caso de colisão de interesses entre o incapaz e o seu representante	135
537.3.	Designação de curador especial ao réu preso.....	135
537.4.	Designação de curador especial ao réu revel citado por edital ou por hora certa	135
538.	Desaparecimento superveniente das causas de designação do curador especial	136
§ 118.º	Integração da capacidade processual da pessoa casada	136
539.	Integração da capacidade processual perante o casamento	136
540.	Integração da capacidade processual perante a união estável.....	137
541.	Integração da capacidade processual ativa	138
542.	Integração da capacidade processual passiva	139
542.1.	Integração da capacidade processual passiva nas ações sobre direitos reais imobiliários	139
542.2.	Integração da capacidade processual passiva nas ações que respeitem a fatos ou atos comuns aos cônjuges	140
542.3.	Integração da capacidade processual passiva nas ações respeitantes a dívidas relacionadas à economia doméstica	140
542.4.	Integração da capacidade processual passiva nas ações possessórias	141

543. Alegação da falta de integração da capacidade processual da pessoa casada.....	142
544. Suprimento judicial da falta de consentimento do cônjuge ou convivente...	142
544.1. Oportunidade do suprimento judicial do consentimento.....	142
544.2. Critérios de avaliação do motivo da recusa do consentimento.....	143
544.3. Impossibilidade do cônjuge ou convivente manifestar o consentimento.....	144
§ 119.º Suprimento dos vícios relativos à capacidade processual	144
545. Natureza dos vícios relativos à incapacidade	144
546. Momento da verificação da incapacidade processual	145
547. Iniciativa judicial no reconhecimento da incapacidade processual.....	148
548. Regime geral do suprimento da incapacidade processual	148
549. Efeitos da decretação do vício da incapacidade processual.....	148
550. Efeitos da subsistência do vício da capacidade processual	150
550.1. Efeito da incapacidade processual perante o autor.....	151
550.2. Efeito da incapacidade processual perante o réu	151
550.3. Efeito da incapacidade processual perante o terceiro.....	152
550.4. Efeitos na pendência de recurso	153
551. Atos de saneamento da incapacidade processual.....	153
SEÇÃO III – DETERMINAÇÃO DAS PARTES.....	155
CAPÍTULO 32 – LEGITIMIDADE NA CAUSA.....	155
§ 120.º Capacidade para conduzir o processo	155
552. Conceito de capacidade para conduzir o processo.....	155
553. Função da capacidade para conduzir o processo	157
554. Caráter bilateral da capacidade para conduzir o processo.....	158
555. Classificação da capacidade para conduzir o processo	159
556. Substituição processual nos casos de direitos individuais	164
557. Substituição processual nos casos de direitos difusos e coletivos	168
558. Espécies de substituição processual.....	170
559. Posição processual do substituto e do substituído.....	172
560. Efeitos da substituição processual.....	173
560.1. Sucumbência do substituto.....	174
560.2. Eficácia de coisa julgada perante o substituto e o substituído	174
561. Controle da capacidade para conduzir o processo	175
§ 121.º Sucessão das partes.....	176
562. Conceito de sucessão das partes.....	176
563. Fundamentos da sucessão das partes	178
564. Sucessão da parte em razão das transformações da pessoa jurídica.....	179

§ 122.º Sucessão da parte em razão da morte	181
565. Efeitos da morte no processo civil	181
566. Extinção do processo em razão da morte.....	182
567. Suspensão do processo em caso de morte.....	185
568. Habilitação dos sucessores em caso de morte.....	186
568.1. Habilitação antes da partilha	187
568.2. Habilitação após a partilha.....	189
§ 123.º Sucessão da parte em razão da alienação do objeto litigioso	190
569. Admissibilidade da alienação do objeto litigioso	190
570. Objeto da transmissão no plano material	190
571. Requisitos da transmissão do objeto litigioso.....	191
572. Sucessão do alienante no processo	192
573. Ingresso do adquirente no processo.....	193
574. Efeitos da alienação do objeto litigioso perante o antecessor	195
575. Efeitos da alienação do objeto litigioso perante o sucessor.....	196
576. Efeitos da alienação do objeto litigioso perante a contraparte.....	197
577. Submissão do adquirente à força da sentença	197
CAPÍTULO 33 – PLURALIDADE DE PARTES	199
§ 124.º Formação da demanda conjunta	199
578. Conceito de litisconsórcio	199
579. Finalidades da demanda conjunta	201
580. Classificação do litisconsórcio	202
580.1. Litisconsórcio ativo, passivo e misto.....	202
580.2. Litisconsórcio obrigatório e facultativo.....	202
580.3. Litisconsórcio simples e especial (unitário)	203
580.4. Litisconsórcio inicial e ulterior.....	204
580.5. Litisconsórcio independente, sucessivo, eventual e alternativo	204
581. Espécies de litisconsórcio facultativo	205
581.1. Litisconsórcio independente.....	205
581.2. Litisconsórcio sucessivo	205
581.3. Litisconsórcio eventual ou alternativo	205
582. Fontes do litisconsórcio voluntário	208
582.1. Comunhão de direitos ou de obrigações.....	208
582.2. Conexão através da causa e do pedido	209
582.3. Afinidade de questões por um ponto de fato ou de direito.....	211
583. Impedimentos à formação do litisconsórcio facultativo ativo	212
583.1. Limitação decorrente do princípio do contraditório	213
583.2. Limitação decorrente do princípio da igualdade das partes	214
584. Requisitos suplementares do litisconsórcio facultativo.....	216
585. Recurso cabível do ato de exclusão do litisconsorte	218
586. Fontes do litisconsórcio necessário	219

§ 125.º Relação processual em litisconsórcio	222
587. Regime especial (unitário) do litisconsórcio necessário	222
588. Condição jurídica do litisconsorte necessário preterido	224
589. Integração do litisconsorte necessário ao processo	226
590. Regime simples do litisconsórcio na relação processual	228
591. Regime especial do litisconsórcio na relação processual	229
592. Impulso individual do processo no litisconsórcio	232
SEÇÃO IV – RESPONSABILIDADE DAS PARTES	234
CAPÍTULO 34 – PODERES E DEVERES PROCESSUAIS DAS PARTES	234
§ 126.º Poderes das partes no processo civil	234
593. Direitos processuais das partes	234
593.1. Estrutura dos direitos processuais	235
593.2. Disposição dos direitos processuais	235
594. Espécies de direitos processuais das partes	236
595. Ônus processuais das partes	236
595.1. Conceito de ônus processual	236
595.2. Espécies de ônus processuais	237
§ 127.º Deveres das partes no processo civil	237
596. Fundamento dos deveres das partes	237
597. Natureza dos deveres das partes	243
§ 128.º Âmbito subjetivo dos deveres das partes	244
598. Sujeitos dos deveres das partes	244
599. Responsabilidade do advogado por litigância de má-fé	244
600. Responsabilidade das partes e dos terceiros por litigância de má-fé	246
601. Responsabilidade do interveniente por litigância de má-fé	247
602. Responsabilidade do Ministério Público por litigância de má-fé	247
603. Responsabilidade da Defensoria Pública por litigância de má-fé	248
604. Responsabilidade dos participantes do processo por litigância de má-fé ...	249
§ 129.º Âmbito objetivo dos deveres das partes	250
605. Caracterização dos deveres das partes em geral	250
606. Dever de veracidade	251
607. Dever de probidade	255
607.1. Deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso	257
607.2. Alterar a verdade dos fatos	260
607.3. Usar o processo para conseguir objetivo ilegal	260
607.4. Opor resistência injustificada ao andamento do processo	261
607.5. Proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo	262

607.6.	Provocar incidentes manifestamente infundados.....	263
607.7.	Interpor recurso com intuito manifestamente protelatório	263
607.8.	Praticar inovação ilegal no estado de fato	266
607.9.	Deixar de restituir os autos no prazo	267
607.10.	Requerer a citação por edital com falsos motivos	268
607.11.	Enviar <i>fac-símile</i> divergente do original	269
607.12.	Informar o endereço residencial, profissional e eletrônico	269
608.	Dever de seriedade.....	270
609.	Dever de economia	271
609.1.	Produzir prova inútil	272
609.2.	Praticar atos procrastinatórios, supérfluos ou impertinentes	273
609.3.	Deixar de alegar as exceções materiais na primeira oportunidade... ..	274
609.4.	Deixar de alegar objeção na primeira oportunidade	275
609.5.	Causar o adiamento ou a repetição de ato processual.....	275
609.6.	Deixar de promover a citação do denunciado no prazo legal.	277
609.7.	Lançar cotas marginais ou interlineares nos autos	277
609.8.	Deixar de indicar a parte passiva legítima	279
610.	Dever de colaborar.....	279
610.1.	Dever de comparecer em juízo	280
610.2.	Dever de responder à inquirição do órgão judiciário	280
610.3.	Dever de submeter-se à inspeção judicial.....	281
610.4.	Dever de cumprir as resoluções do órgão judiciário.....	281
610.5.	Dever de informar a litispendência	283
611.	Dever de urbanidade	283
611.1.	Fundamento do dever de urbanidade.....	283
611.2.	Sujeitos do dever de urbanidade	284
611.3.	Conteúdo do dever de urbanidade	286
611.4.	Formas de descumprimento do dever de urbanidade.....	286
611.5.	Particularidades das sanções em virtude do descumprimento do dever de urbanidade	287
§ 130.º Deveres das partes na execução		287
612.	Caracterização dos deveres das partes na execução	287
613.	Fraude contra a execução.....	289
614.	Oposição maliciosa e ilegal aos atos executivos	290
615.	Resistência injustificada às ordens judiciais.....	291
616.	Recusa em inventariar o patrimônio	291
§ 131.º Responsabilidade das partes por dano processual		293
617.	Efeitos do descumprimento dos deveres das partes	293
618.	Declaração da responsabilidade por dano processual	294
619.	Identificação do responsável e do beneficiário da responsabilidade por dano processual	297

§ 132.º Sanções por dano processual	298
620. Enumeração das sanções na responsabilidade por dano processual.....	298
621. Imposição de multa	299
622. Imposição de indenização.....	300
623. Imposição de honorários advocatícios e do ressarcimento de todas as despesas	301
624. Relevação da pena na execução.....	303
CAPÍTULO 35 – DESPESAS E MULTAS PROCESSUAIS	304
§ 133.º Despesas processuais	304
625. Origem do custo financeiro do processo.....	304
626. Conceito de despesas processuais.....	306
627. Classificação das despesas processuais	307
627.1. Despesas dos serventários e despesas dos colaboradores	307
627.2. Despesas reembolsáveis e despesas não reembolsáveis.....	309
627.3. Despesas extraprocessuais e despesas processuais	311
627.4. Despesas necessárias e despesas úteis.....	313
§ 134.º Dever de antecipação das despesas processuais	313
628. Provisão das despesas processuais	313
629. Pessoas não sujeitas ao dever de antecipação	314
629.1. Isenção do beneficiário da gratuidade	315
629.2. Isenção do Ministério Público.....	316
629.3. Isenção da Fazenda Pública	318
629.4. Isenção do <i>amicus curiae</i>	320
629.5. Isenção da Defensoria Pública	320
630. Processos não sujeitos ao dever de antecipação	320
631. Momento da antecipação das despesas processuais	321
632. Consequências do descumprimento do dever de antecipação	322
§ 135.º Responsabilidade pelo reembolso das despesas processuais	323
633. Fundamento da responsabilidade de reembolso	323
633.1. Princípio da sucumbência.....	324
633.2. Princípio da causalidade	324
633.3. Princípio do interesse	325
634. Pressupostos da responsabilidade de reembolso.....	326
635. Fonte da responsabilidade de reembolso	326
635.1. Desnecessidade de pedido da parte quanto ao reembolso	327
635.2. Obrigatoriedade do pronunciamento do juiz quando ao reembolso	327
635.2.1. Omissão do pronunciamento do juiz quanto ao reembolso	328

635.2.2.	Remédios para corrigir a omissão do pronunciamento quanto ao reembolso.....	329
635.2.3.	Consequências da omissão definitiva do pronunciamento quanto ao reembolso.....	330
635.3.	Fundamentação do pronunciamento do juiz quanto ao reembolso.....	331
635.4.	Natureza do pronunciamento do juiz quanto ao reembolso.....	332
636.	Oportunidade do provimento quanto à responsabilidade do vencido	333
637.	Conteúdo do provimento quanto à responsabilidade do vencido	334
637.1.	Condenação total do vencido.....	335
637.2.	Condenação proporcional das partes.....	335
637.3.	Isenção das despesas processuais e dos honorários	336
638.	Objeto da responsabilidade de reembolso	336
638.1.	Custas do processo na fase de cognição.....	337
638.2.	Custas do processo na fase de execução	338
638.3.	Indenização de viagem	339
638.4.	Indenização da testemunha	340
638.5.	Remuneração do assistente técnico	341
§ 136.º	Exceções à responsabilidade de reembolso	342
639.	Desoneração da responsabilidade de reembolso	342
640.	Responsabilidade exclusiva pelas despesas dos atos adiados ou repetidos ...	343
641.	Responsabilidade do vencedor por dolo processual	344
642.	Responsabilidade exclusiva na intervenção de terceiros.....	344
§ 137.º	Distribuição proporcional das despesas do processo	345
643.	Fundamento da distribuição proporcional das despesas processuais.....	345
644.	Distribuição das despesas entre litisconsortes	345
645.	Distribuição das despesas na assistência.....	348
646.	Distribuição das despesas na jurisdição voluntária	349
647.	Distribuição das despesas nos juízos divisórios	349
648.	Distribuição das despesas na transação.....	350
649.	Distribuição na desistência, no reconhecimento e na renúncia parciais.....	351
650.	Distribuição no abandono bilateral da causa	352
§ 138.º	Credor e devedor do reembolso das despesas processuais	353
651.	Credor do reembolso das despesas processuais	353
652.	Direito do substituto processual ao reembolso	353
653.	Direito do sucessor processual ao reembolso.....	353
654.	Direito do representante processual ao reembolso.....	354
655.	Direito do advogado ao reembolso.....	354
656.	Direito do beneficiário da gratuidade ao reembolso	355
657.	Direito do Ministério Público ao reembolso.....	355

658.	Direito da Fazenda Pública ao reembolso.....	355
659.	Direito dos litisconsortes ao reembolso	355
660.	Direito do revel ao reembolso	355
661.	Direito dos intervenientes ao reembolso	356
662.	Devedor do reembolso das despesas processuais.....	356
663.	Restituição das custas indevidamente recebidas	357
663.1.	Sujeitos da restituição das custas indevidas	358
663.2.	Procedimento da restituição das custas indevidas.....	358
663.3.	Consequências da restituição das custas indevidas.....	359
139.º	Multas processuais.....	359
664.	Conceito e natureza da multa processual	359
665.	Espécies de multas processuais	360
666.	Devedor e credor a multa processual	361
666.1.	Devedor da multa processual.....	361
666.2.	Pluralidade de devedores da multa processual	361
666.3.	Credor da multa processual	362
667.	Liquidação da multa processual	362
CAPÍTULO 36 – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	364	
§ 140.º	Retribuição pecuniária do procurador	364
668.	Origem e designação da retribuição do procurador	364
669.	Natureza do crédito de honorários advocatícios.....	365
670.	Espécies de honorários advocatícios.....	368
670.1.	Honorários contratuais.....	368
670.1.1.	Liberdade na fixação do valor dos honorários	369
670.1.2.	Admissibilidade do contrato <i>quota litis</i>	370
670.2.	Honorários objeto de arbitramento.....	371
670.3.	Honorários sucumbenciais	372
670.3.1.	Cumulação dos honorários sucumbenciais.....	372
670.3.2.	Levantamento dos honorários sucumbenciais.....	372
§ 141.º	Credor de honorários advocatícios	373
671.	Direito próprio do advogado aos honorários.....	373
672.	Direito aos honorários do advogado em causa própria	378
673.	Direito aos honorários do advogado renunciante e dispensado	379
674.	Direito aos honorários do advogado substabelecido.....	379
675.	Direito aos honorários do advogado empregado	380
676.	Direito aos honorários do advogado público	381
677.	Direito aos honorários do curador especial.....	382
678.	Direito aos honorários do Ministério Público.....	383
679.	Perda dos honorários advocatícios.....	384

§ 142.º Devedor de honorários advocatícios.....	385
680. Condenação do vencido em honorários	385
681. Condenação do substituto processual em honorários	386
682. Condenação do sucessor processual em honorários.....	386
683. Condenação do representante processual em honorários.....	387
684. Condenação do advogado em honorários.....	388
685. Condenação do beneficiário da gratuidade em honorários.....	389
686. Condenação do Ministério Público em honorários	390
687. Condenação da Fazenda Pública em honorários	392
688. Condenação dos litisconsortes em honorários	393
689. Condenação do revel em honorários	394
690. Condenação dos intervenientes em honorários	395
690.1. Condenação do interveniente voluntário em honorários	395
690.2. Condenação do interveniente coato em honorários.....	396
§ 143.º Fixação dos honorários da sucumbência.....	399
691. Critérios gerais de fixação dos honorários da sucumbência	399
691.1. Juízo de legalidade quanto aos honorários sucumbenciais	400
691.2. Juízo de equidade quanto aos honorários sucumbenciais	402
691.3. Motivação do capítulo acessório da sucumbência.....	403
691.4. Fluência dos juros moratórios nos honorários sucumbenciais	403
692. Órgão da fixação dos honorários sucumbenciais.....	403
§ 144.º Elementos objetivos na fixação dos honorários sucumbenciais	405
693. Juízo de legalidade na fixação dos honorários sucumbenciais	405
694. Causas condenatórias.....	405
694.1. Sentença de procedência na causa condenatória	405
694.2. Sentença de improcedência na causa condenatória.....	408
694.3. Percentual mínimo e percentual máximo dos honorários nas causas condenatórias.....	410
695. Causas de pequeno valor.....	411
696. Causas de valor inestimável	411
697. Causas da Fazenda Pública	412
§ 145.º Elementos subjetivos na fixação dos honorários sucumbenciais	413
698. Pessoas consideradas na fixação dos honorários sucumbenciais	413
699. Condição do advogado na fixação dos honorários sucumbenciais.....	414
700. Condições do serviço na fixação dos honorários sucumbenciais.....	414
701. Finalidade das condições do serviço na fixação dos honorários	415
702. Fundamentação das condições do serviço na fixação dos honorários	415
703. Dedicção do advogado na fixação dos honorários.....	416
704. Lugar da prestação do serviço do advogado na fixação dos honorários	416
705. Natureza da causa na fixação dos honorários.....	417

706.	Importância da causa na fixação dos honorários.....	417
707.	Desempenho do advogado na fixação dos honorários.....	418
708.	Comportamento das partes na fixação dos honorários.....	419
709.	Natureza das condições do serviço na fixação dos honorários.....	419
§ 146.º Honorários advocatícios na sentença definitiva.....		419
710.	Honorários advocatícios no julgamento final do pedido.....	419
710.1.	Sucumbência parcial.....	423
710.1.1.	Sucumbência parcial perante pedido único.....	423
710.1.2.	Sucumbência parcial perante pedidos cumulados.....	425
710.2.	Sucumbência recíproca.....	426
710.3.	Sucumbência mínima.....	428
711.	Honorários advocatícios no julgamento prévio do pedido.....	429
712.	Honorários advocatícios no reconhecimento do pedido.....	431
712.1.	Honorários advocatícios perante reconhecimento total do pedido ..	431
712.2.	Honorários advocatícios perante reconhecimento parcial do pedido.....	432
712.3.	Honorários advocatícios perante reconhecimento ineficaz.....	434
713.	Honorários advocatícios na transação.....	434
713.1.	Honorários advocatícios previstos na transação.....	435
713.2.	Honorários advocatícios omissos na transação.....	435
713.3.	Honorários advocatícios excluídos da transação.....	437
714.	Honorários advocatícios na renúncia.....	439
§ 147.º Honorários advocatícios na sentença terminativa.....		439
715.	Honorários advocatícios no indeferimento da petição inicial.....	439
716.	Honorários advocatícios no juízo de inadmissibilidade.....	441
717.	Honorários advocatícios no abandono bilateral.....	442
718.	Honorários advocatícios na desistência da ação.....	442
718.1.	Desistência antes da citação do réu.....	443
718.2.	Desistência após a citação do réu.....	443
718.2.1.	Desistência antes do oferecimento da contestação.....	443
718.2.2.	Desistência depois do oferecimento da contestação.....	444
718.2.3.	Desistência antes do julgamento no primeiro grau.....	445
718.3.	Honorários advocatícios na desistência parcial.....	446
719.	Honorários advocatícios na renovação do processo.....	446
720.	Honorários advocatícios na inutilidade da tutela.....	447
§ 148.º Honorários advocatícios na execução (cumprimento).....		449
721.	Cabimento dos honorários advocatícios na execução.....	449
721.1.	Honorários advocatícios sem disciplina específica.....	449
721.2.	Admissibilidade de honorários advocatícios na execução de título extrajudicial.....	450

721.3.	Admissibilidade dos honorários advocatícios na execução de título judicial.....	452
721.4.	Casos de inadmissibilidade dos honorários advocatícios na execução	454
722.	Momento da fixação dos honorários advocatícios na execução	455
723.	Montante dos honorários advocatícios na execução	457
724.	Natureza do provimento de fixação dos honorários advocatícios na execução	457
725.	Honorários advocatícios na extinção imprópria da execução	458
726.	Honorários advocatícios na oposição do executado.....	461
726.1.	Honorários advocatícios nos embargos do executado	462
726.1.1.	Honorários advocatícios na sentença de procedência total dos embargos	463
726.1.2.	Honorários advocatícios na sentença de procedência parcial dos embargos	464
726.1.3.	Honorários advocatícios na sentença de improcedência dos embargos	464
726.2.	Honorários advocatícios na exceção de pré-executividade.....	464
726.3.	Honorários advocatícios na impugnação.....	466
§ 149.º	Honorários advocatícios nos procedimentos especiais	466
727.	Honorários advocatícios na liquidação.....	466
728.	Honorários advocatícios no procedimento monitório	468
729.	Honorários advocatícios na pretensão à segurança autônoma	469
730.	Honorários advocatícios nos embargos de terceiro	471
731.	Honorários advocatícios na consignação em pagamento	473
732.	Honorários advocatícios na locação predial urbana.....	474
732.1.	Honorários advocatícios no despejo	475
732.2.	Honorários advocatícios na renovatória da locação	478
732.3.	Honorários advocatícios na revisional do aluguel.....	479
733.	Honorários advocatícios na desapropriação	479
733.1.	Honorários advocatícios na desapropriação direta.....	480
733.2.	Honorários advocatícios na desapropriação indireta	481
734.	Honorários advocatícios no mandado de segurança.....	481
735.	Honorários advocatícios na ação civil pública, na ação de improbidade e na ação popular	482
736.	Honorários advocatícios nos juizados especiais	483
737.	Honorários advocatícios na rescisória	484
738.	Honorários advocatícios na arbitragem	486
739.	Honorários advocatícios na homologação de sentença estrangeira	488

§ 150.º Controle dos honorários advocatícios	488
740. Recursos em matéria de honorários.....	488
740.1. Embargos de declaração sobre honorários.....	491
740.2. Apelação sobre honorários.....	491
740.3. Recurso especial sobre honorários.....	492
741. Reexame necessário em matéria de honorários.....	494
742. Rescisória em matéria de honorários.....	494
CAPÍTULO 37 – BENEFÍCIO DA GRATUIDADE	498
§ 151.º Gratuidade da Justiça	498
743. Assistência jurídica, assistência judiciária e benefício da gratuidade	498
744. Conceito e modalidades do benefício da gratuidade.....	501
744.1. Isenção total.....	502
744.2. Isenção parcial.....	502
744.3. Isenção remissória	502
744.4. Isenção diferida	502
§ 152.º Objeto e sujeito do benefício da gratuidade	503
745. Objeto do benefício da gratuidade	503
745.1. Taxas e custas judiciais	504
745.2. Despesas postais	505
745.3. Despesas de publicação na imprensa.....	506
745.4. Indenização da testemunha	506
745.5. Despesas periciais e remuneração dos auxiliares do juízo.....	507
745.6. Honorários de advogado	509
745.7. Depósitos prévios.....	511
745.8. Despesas extraprocessuais	511
746. Beneficiário da gratuidade	513
746.1 Requisitos da concessão da gratuidade à pessoa natural.....	514
746.2. Requisitos da concessão da gratuidade à pessoa jurídica	517
747. Disciplina da atividade processual do beneficiário da gratuidade	519
747.1. Prazo em dobro do beneficiário da gratuidade	519
747.2. Intimação pessoal do procurador do beneficiário da gratuidade ...	520
747.3. Dispensa da exibição da procuração pelo procurador do beneficiário da gratuidade	521
§ 153.º Concessão do benefício da gratuidade	522
748. Forma da postulação do benefício da gratuidade e prova do estado de necessidade	522
749. Momento inicial e final da postulação do benefício da gratuidade.....	525
750. Deferimento e indeferimento do benefício da gratuidade	528
751. Impugnação da parte adversa à concessão da gratuidade	529

751.1.	Legitimidade na impugnação da gratuidade	530
751.2.	Prazo da impugnação da gratuidade	530
751.3.	Fundamentos da impugnação da gratuidade	530
751.4.	Efeitos da revogação da gratuidade	532
752.	Recurso próprio na solução do incidente e seus efeitos	532
§ 154.º Efeitos da concessão do benefício da gratuidade.....		535
753.	Designação do advogado do beneficiário	535
753.1.	Formas de designação do advogado do beneficiário	535
753.2.	Motivos de escusa do advogado designado ou nomeado para o beneficiário	536
753.3.	Consequências da escusa ilegítima ou falta de escusa	537
753.4.	Responsabilidade pelo pagamento dos honorários do advogado do necessitado	537
754.	Cessação do estado de necessidade do beneficiário.....	538
754.1.	Cessação total do estado de necessitado.....	538
754.2.	Cessação parcial do estado de necessitado.....	539
754.3.	Efeitos da cessação do estado de necessidade do beneficiário	539
754.4.	“Prescrição” da pretensão a executar sucumbência	540
755.	Pagamento a final das despesas processuais no benefício da gratuidade....	540
756.	Vitória do beneficiário da gratuidade.....	540
757.	Intransmissibilidade do benefício da gratuidade.....	541

TÍTULO VI – DOS TERCEIROS

CAPÍTULO 38 – MODALIDADES DE INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.....		543
§ 155.º Intervenção de terceiros em geral		543
758.	Conceito de intervenção de terceiros no processo civil.....	543
759.	Posição do terceiro antes da intervenção.....	545
759.1.	Terceiros indiferentes.....	546
759.1.1.	Interesse de fato	547
759.1.2.	Interesse econômico	547
759.1.3.	Interesse político	548
759.2.	Terceiros interessados.....	550
760.	Eficácia da coisa julgada perante terceiros	552
761.	Posição do terceiro após a intervenção	553
§ 156.º Espécies de intervenção de terceiros.....		555
762.	Casos típicos de intervenção de terceiros	555
762.1.	Assistência à parte.....	556
762.2.	Intervenção principal (oposição).....	557
762.3.	Correção da legitimidade passiva (nomeação à autoria)	558

762.4.	Chamamento em garantia	558
762.5.	Chamamento ao processo	559
762.6.	Assistência ao juízo	559
763.	Classificação das modalidades de intervenção de terceiros	559
763.1.	Intervenção voluntária e intervenção compulsória	559
763.2.	Intervenção por inserção ou intervenção por cumulação	560
763.3.	Intervenção principal e intervenção adesiva	562
763.4.	Intervenção permanente e intervenção transitória	562
764.	Fundamentos da intervenção de terceiros	563
§ 157.º Proibição da intervenção de terceiros		564
765.	Casos de proibição da intervenção de terceiros	564
766.	Restrições à intervenção de terceiro nos juizados especiais	565
767.	Restrições à intervenção de terceiro nas causas envolvendo relações de consumo	566
768.	Restrições à intervenção de terceiro no controle concentrado de constitucionalidade	567
769.	Restrições à intervenção de terceiro no procedimento comum	569
§ 158.º Intervenções atípicas de terceiros		570
770.	Casos atípicos de intervenção de terceiros	570
771.	Intervenção de terceiros na execução	572
772.	Modalidades de intervenção proibidas na execução	575
773.	Participação concorrente na obrigação alimentar	577
CAPÍTULO 39 – INTERVENÇÃO VOLUNTÁRIA: ASSISTÊNCIA À PARTE		580
§ 159.º Assistência		580
774.	Conceito de assistência	580
775.	Espécies de assistência	581
775.1.	Assistência simples	582
775.2.	Assistência qualificada	583
§ 160.º Pressupostos da assistência		589
776.	Momento de ingresso do assistente	589
777.	Interesse jurídico do assistente	591
778.	Possibilidade de influência do assistente	592
§ 161.º Procedimento de admissão do assistente		594
779.	Formação do incidente de admissão do assistente	594
780.	Deslocamento da competência em razão do pedido de assistência	595
781.	Controle inicial do pedido de assistência	596
782.	Obrigatoriedade do contraditório no pedido de assistência	596
783.	Processamento da impugnação ao pedido de assistência	598

784. Recurso cabível contra a decisão do incidente de intervenção do assistente.....	600
785. Efeitos do provimento do recurso contra o indeferimento da intervenção do assistente	600
786. Efeitos do desprovimento do recurso contra o indeferimento da intervenção do assistente	602
§ 162.º Efeitos da intervenção do assistente	602
787. Aquisição da qualidade de parte pelo assistente.....	602
788. Efeitos internos da intervenção do assistente.....	603
789. Efeitos externos da intervenção do assistente	603
789.1. Objeto dos efeitos externos da assistência	606
789.2.1. Limitação em razão do estágio do processo.....	609
789.2.2. Limitação em razão do comportamento positivo do assistido	609
789.2.3. Limitação em razão do comportamento omissivo do assistido	609
§ 163.º Disciplina da atividade processual do assistente.....	610
790. Extensão dos poderes processuais do assistente.....	610
791. Limitações aos poderes processuais do assistente simples.....	614
791.1. Limitações aos poderes processuais do assistente quanto ao objeto do litígio	615
791.2. Limitações aos poderes processuais do assistente quanto aos meios de defesa	616
791.3. Limitações aos poderes processuais do assistente quanto aos meios de prova	618
791.4. Limitações aos poderes processuais do assistente quanto aos meios de impugnação.....	619
792. Limitações aos poderes processuais do assistente qualificado.....	620
793. Direitos processuais do assistente	621
794. Deveres e ônus processuais do assistente.....	622
795. Cessação da assistência	623
CAPÍTULO 40 – INTERVENÇÃO VOLUNTÁRIA: ASSISTÊNCIA AO JUIZ.....	625
§ 164.º Amicus curiae	625
796. Função do <i>amicus curiae</i>	625
797. Espécies de <i>amicus curiae</i>	628
798. Modalidades de intervenção do <i>amicus curiae</i>	629
§ 165.º Pressupostos da intervenção do <i>amicus curiae</i>	629
799. Pressupostos gerais da admissão do <i>amicus curiae</i>	629

800.	Pressupostos objetivos da admissão do <i>amicus curiae</i>	630
801.	Pressupostos subjetivos da admissão do <i>amicus curiae</i>	631
801.1.	Representatividade do pretendente a <i>amicus curiae</i>	632
801.2.	Idoneidade do pretendente a <i>amicus curiae</i>	633
802.	Tipicidade da intervenção do <i>amicus curiae</i>	633
§ 166.º Intervenção da Comissão de Valores Mobiliários (CVM)		634
803.	Casos de intervenção da CVM	634
804.	Fundamento da intervenção da CVM	634
805.	Obrigatoriedade da intimação da CVM	635
806.	Facultatividade da intervenção da CVM	635
807.	Momento da intimação da CVM.....	635
808.	Forma da intimação da CVM	636
809.	Prazo para intervenção da CVM	637
810.	Efeitos processuais da intervenção da CVM	637
811.	Poderes processuais da CVM	638
812.	Legitimidade recursal da CVM	638
§ 167.º Intervenção das pessoas jurídicas de direito público		639
813.	Casos de intervenção das pessoas jurídicas de direito público.....	639
814.	Constitucionalidade da intervenção das pessoas jurídicas de direito público	641
815.	Forma e pressupostos da intervenção das pessoas jurídicas de direito público	641
816.	Efeitos da intervenção da pessoa jurídica de direito público	642
817.	Poderes processuais das pessoas jurídicas de direito público	643
818.	Legitimidade recursal das pessoas jurídicas de direito público	643
§ 168.º Intervenção do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)		643
819.	Casos de intervenção do INPI	643
820.	Fundamento da intervenção do INPI.....	644
821.	Oportunidade da intervenção do INPI.....	645
822.	Obrigatoriedade da intervenção do INPI.....	645
823.	Forma da intervenção do INPI.....	646
824.	Efeitos processuais da intervenção do INPI.....	646
825.	Poderes processuais do INPI.....	647
§ 169.º Intervenção do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE)		648
826.	Casos de intervenção do CADE	648
827.	Fundamento da intervenção do CADE	648
828.	Obrigatoriedade da intimação do CADE.....	649
829.	Facultatividade da intervenção do CADE	650

830. Momento da intervenção do CADE.....	650
831. Forma da intervenção do CADE	650
832. Efeitos processuais da intervenção do CADE	650
833. Poderes processuais do CADE	651
§ 170.º Intervenção dos Conselhos da Ordem dos Advogados (OAB)	651
834. Casos de intervenção da OAB	651
835. Fundamento da intervenção da OAB	651
836. Facultatividade da intervenção da OAB	653
837. Forma da intervenção da OAB e atribuição organizacional.....	653
838. Efeitos processuais da intervenção da OAB	653
839. Poderes processuais da OAB	654
§ 171.º Intervenção do <i>amicus curiae</i> consoante o objeto litigioso	655
840. Intervenção no controle concentrado de constitucionalidade	655
840.1. Fundamento da intervenção do <i>amicus curiae</i> no controle con-	
centrado de constitucionalidade	655
840.2. Pressupostos da intervenção do <i>amicus curiae</i> no controle con-	
centrado de constitucionalidade	657
840.3. Momento da intervenção do <i>amicus curiae</i> no controle concen-	
trado de constitucionalidade	658
840.4. Intervenção voluntária ou provocada do <i>amicus curiae</i> no con-	
trole concentrado de constitucionalidade	658
840.5. Forma da intervenção do <i>amicus curiae</i> no controle concentrado	
de constitucionalidade	659
840.6. Poderes processuais do <i>amicus curiae</i> no controle concentrado	
de constitucionalidade	659
841. Intervenção no controle difuso de inconstitucionalidade.....	660
842. Intervenção no pedido de uniformização de jurisprudência no Juizado	
Especial	661
843. Intervenção no procedimento do recurso extraordinário e no julgamento	
dos casos repetitivos	661
§ 172.º Procedimento da intervenção do <i>amicus curiae</i>	663
844. Incidente de admissão do <i>amicus curiae</i>	663
845. Forma da intervenção do <i>amicus curiae</i>	664
846. Momento da intervenção do <i>amicus curiae</i>	665
847. Modalidades de intimação do <i>amicus curiae</i>	666
848. Prazo da manifestação do <i>amicus curiae</i>	666
848.1. Natureza do prazo de manifestação do <i>amicus curiae</i>	666
848.2. Consequências da falta de manifestação do <i>amicus curiae</i>	666
848.3. Quantitativo do prazo de manifestação do <i>amicus curiae</i>	667

§ 173.º Efeitos da intervenção do <i>amicus curiae</i>	667
849. Posição processual do <i>amicus curiae</i> e o problema de competência	667
850. Deveres processuais do <i>amicus curiae</i>	668
851. Poderes processuais do <i>amicus curiae</i>	668
852. Eficácia da resolução de mérito perante o <i>amicus curiae</i>	670
CAPÍTULO 41 – INTERVENÇÃO COMPULSÓRIA: CHAMAMENTO AO PROCESSO.....	672
§ 174.º Chamamento ao processo	672
853. Conceito de chamamento ao processo	672
854. Desvantagens e vantagens do chamamento ao processo.....	675
855. Pressupostos do chamamento ao processo	676
856. Facultatividade do chamamento ao processo	678
§ 175.º Casos de admissibilidade do chamamento ao processo	679
857. Chamamento ao processo do afiançado	679
858. Chamamento ao processo do cofiador.....	682
859. Chamamento ao processo do devedor solidário	682
860. Chamamento ao processo do segurador.....	685
861. Chamamento ao processo, força da sentença e funções instrumentais do processo	686
§ 176.º Procedimento do chamamento ao processo	689
862. Iniciativa do pedido de chamamento ao processo	689
863. Momento do pedido de chamamento ao processo.....	689
864. Forma do pedido de chamamento ao processo	690
865. Controle inicial do pedido de chamamento ao processo	690
866. Efeitos do deferimento do pedido de chamamento ao processo	691
867. Atitudes do chamado após a citação	692
§ 177.º Efeitos do chamamento ao processo	693
868. Efeitos do chamamento no curso do processo	693
868.1. Relações entre o autor e o chamado	694
868.2. Relações entre o chamado e o chamador.....	696
869. Efeitos do chamamento no julgamento do processo	696
869.1. Conteúdo da sentença na hipótese de chamamento ao processo....	696
869.2. Tutela de urgência no chamamento ao processo	698
869.3. Eficácia de coisa julgada no chamamento ao processo	698
869.4. Responsabilidade pelas despesas processuais e honorários no chamamento ao processo.....	699

CAPÍTULO 42 – INTERVENÇÃO COMPULSÓRIA: CHAMAMENTO EM GARANTIA	700
§ 178.º Chamamento em garantia	700
870. Conceito de chamamento em garantia	700
871. Sistema latino de denúncia da lide (denúncia da lide).....	702
872. Sistema germânico de denúncia da lide (chamamento em garantia)	704
873. Sistema brasileiro de denúncia da lide.....	706
873.1. Configuração prevalecente do chamamento em garantia: cumulação de pretensões.....	706
873.2. Configuração alternativa do chamamento em garantia: litisconsórcio passivo ou pretensão regressiva em processo ulterior.....	710
873.3. Reconstrução do chamamento em garantia: cumulação e ação regressiva autônoma	712
874. Desvantagens e vantagens do chamamento em garantia.....	713
875. Pressupostos do chamamento em garantia	715
876. Obrigatoriedade e facultatividade do chamamento em garantia	717
877. Campo de incidência do chamamento em garantia	720
§ 179.º Chamamento em razão de eventual perda do domínio	720
878. Perda do domínio na denúncia da lide	720
879. Conceito e natureza da evicção.....	721
880. Campo de incidência da evicção	722
881. Casos especiais de evicção	724
882. Objeto da evicção	726
883. Pressupostos da responsabilidade pela evicção.....	727
883.1. Privação do direito recebido	727
883.2. Preexistência do direito do terceiro	731
884. Espécies de evicção.....	732
885. Extinção da responsabilidade pela evicção	733
886. Exclusão da responsabilidade pela evicção	733
886.1. Conhecimento do vício jurídico.....	735
886.2. Alienação de coisa alheia.....	735
886.3. Alienação de coisa litigiosa.....	736
887. Condições e efeitos do chamamento em razão do risco de evicção	736
888. Chamamento <i>per saltum</i> em razão do risco de evicção	739
§ 180.º Chamamento em razão de eventual perda da posse	740
889. Perda da posse na denúncia da lide	740
890. Espécies de posse na denúncia da lide.....	741
§ 181.º Chamamento em razão de eventual indenização.....	742
891. Garantia na denúncia da lide	742
892. Espécies de garantia na denúncia da lide	744

§ 182.º Procedimento do chamamento em garantia do autor	746
893. Campo de incidência do chamamento em garantia do autor	746
894. Oportunidade do chamamento em garantia do autor	747
895. Forma do chamamento em garantia do autor	748
896. Controle do chamamento em garantia do autor	748
897. Deferimento do chamamento em garantia do autor	749
898. Posição processual do denunciado no chamamento em garantia do autor	750
899. Limites ao aditamento da inicial no chamamento em garantia do autor ...	752
900. Prosseguimento do processo no chamamento em garantia do autor	754
§ 183.º Procedimento do chamamento em garantia do réu	754
901. Oportunidade do chamamento em garantia do réu	754
902. Forma do chamamento em garantia do réu	756
903. Legitimidade ativa e passiva no chamamento em garantia do réu.....	757
903.1. Legitimidade passiva do litisconsorte no chamamento em ga- rantia	757
903.2. Legitimidade ativa do litisconsorte no chamamento em garantia ...	757
903.3. Legitimidade passiva coletiva no chamamento em garantia	758
903.4. Legitimidade ativa do assistente no chamamento em garantia	759
903.5. Legitimidade ativa do chamado em garantia em chamar ao pro- cesso	760
904. Competência no chamamento em garantia do réu.....	760
905. Controle do chamamento em garantia do réu.....	762
906. Efeito do deferimento do chamamento em garantia do réu.....	763
906.1. Termo inicial do prazo de citação em virtude do chamamento em garantia do réu	764
906.2. Termo final do prazo de citação em virtude do chamamento em garantia do réu.....	764
907. Prazos para a citação do chamado em garantia	765
908. Efeitos da falta de citação no prazo hábil do chamado em garantia	767
909. Efeitos da citação no prazo hábil do chamado em garantia	769
910. Chamamentos em garantia sucessivos	770
§ 184.º Posição processual do chamado em garantia	773
911. Atitudes concebíveis do chamado em garantia	773
912. Primeira atitude: aceitação da responsabilidade	775
912.1. Explicação prevalecente: chamado como assistente	775
912.1.1. Natureza da aceitação da responsabilidade na confi- guração prevalecente	776
912.1.2. Posição processual do chamado na configuração pre- valecente.....	777
912.1.3. Primeira variante na atitude do chamado responsável: contestação do pedido principal.....	779

912.1.4.	Segunda variante na atitude do chamado responsável: falta de contestação do pedido principal.....	780
912.1.5.	Terceira variante na atitude do chamado responsável: confissão dos fatos da causa principal.....	780
912.1.6.	Consequência da posição processual (assistente) do chamado responsável.....	782
912.2.	Explicitação alternativa: chamado como litisconsorte	784
912.2.1.	Natureza da aceitação da responsabilidade na configuração alternativa	784
912.2.2.	Posição processual do chamado na configuração alternativa.....	785
912.2.3.	Consequência da posição processual (litisconsorte) do chamado responsável	786
913.	Segunda atitude: revelia	786
914.	Terceira atitude: negação da responsabilidade	788
§ 185.º Efeitos do chamamento em garantia		790
915.	Efeitos do chamamento em garantia no curso do processo	790
915.1.	Reconhecimento do pedido e transação na causa principal.....	791
915.2.	Reconhecimento do pedido e transação na causa regressiva	792
915.3.	Desistência da causa principal e chamamento em garantia	792
916.	Efeitos do chamamento em garantia no julgamento do processo	793
916.1.	Conteúdo da sentença na hipótese de chamamento em garantia....	794
916.2.	Tutela provisória no chamamento em garantia.....	795
916.3.	Eficácia da coisa julgada no chamamento em garantia	796
916.4.	Responsabilidade pelas despesas processuais e honorários no chamamento em garantia.....	796
916.5.	Problemas recursais decorrentes do julgamento conjunto das pretensões no chamamento em garantia.....	799

TÍTULO VII – DO JUIZ

CAPÍTULO 43 – ÓRGÃOS JUDICIÁRIOS BRASILEIROS.....		801
§ 186.º Organização judiciária brasileira		801
917.	Conceito e objeto da organização judiciária.....	801
918.	Evolução da organização judiciária brasileira	802
919.	Normas de organização judiciária	804
919.1.	Fundamento das normas de organização judiciária	805
919.2.	Conteúdo das normas de organização judiciária	806
919.3.	Efeitos das normas de organização judiciária no processo civil	807
§ 187.º Órgãos judiciários brasileiros		808
920.	Órgãos judiciários	808

921. Órgãos anômalos de jurisdição.....	809
921.1. Senado Federal.....	809
921.2. Tribunal de Contas.....	810
921.3. Tribunal Marítimo.....	811
922. Órgãos jurisdicionais especiais.....	812
§ 188.º Independência dos órgãos judiciários.....	813
923. Independência jurídica do órgão judiciário.....	813
923.1. Restrições à independência jurídica.....	815
923.2. Responsabilidade pessoal do órgão judiciário.....	817
924. Independência política do órgão judiciário.....	820
925. Independência financeira do órgão judiciário.....	820
926. Independência funcional do órgão judiciário.....	822
926.1. Vitaliciedade.....	822
926.2. Inamovibilidade.....	823
926.3. Irredutibilidade dos subsídios.....	824
§ 189.º Estrutura judiciária nacional.....	825
927. Composição dos órgãos judiciários (singular ou coletivo).....	825
928. Sistemas de recrutamento dos juízes.....	828
929. Recrutamento dos juízes de primeiro grau.....	830
930. Recrutamento dos juízes de segundo grau.....	831
930.1. Provimento derivado.....	831
930.2. Provimento originário.....	832
930.2.1. Cálculo do percentual das classes.....	833
930.2.2. Igualdade de participação das classes.....	834
930.2.3. Requisitos dos candidatos das classes.....	834
930.2.4. Procedimento da escolha no provimento originário.....	835
931. Recrutamento de juízes nos tribunais superiores de jurisdição civil.....	836
§ 190.º Organização da Justiça Federal na jurisdição civil.....	838
932. Origem e evolução da Justiça Federal.....	838
933. Segundo grau da Justiça Federal.....	839
934. Primeiro grau da Justiça Federal.....	840
§ 191.º Organização da Justiça Comum na jurisdição civil.....	840
935. Origem da Justiça Comum.....	840
936. Segundo grau da Justiça Comum.....	840
936.1. Origem do Tribunal de Justiça.....	840
936.2. Designação dos juízes no Tribunal de Justiça.....	841
936.3. Divisão interna do tribunal de justiça.....	841
936.4. O órgão especial do Tribunal de Justiça.....	842
937. Primeiro grau da Justiça Comum.....	843

937.1.	Distribuição territorial dos juízes de direito	843
937.2.	Classificação das comarcas de primeiro grau	843
937.3.	Distribuição dos juízes de direito nas comarcas.....	844
937.4.	Juízes de investidura temporária	844
937.5.	Juizados especiais da Justiça Comum.....	845
CAPÍTULO 44 – PODERES E DEVERES PROCESSUAIS DO JUIZ.....		847
§ 192.º Poderes processuais do órgão judiciário		847
938.	Poderes do juiz no processo	847
939.	Classificação dos poderes processuais do juiz.....	854
939.1.	Poderes de direção, de decisão e de execução do juiz	854
939.2.	Poderes oficiais e poderes provocados do juiz	855
939.3.	Poderes limitados e poderes ilimitados do juiz	856
939.4.	Poderes preclusivos e poderes não preclusivos do juiz	856
939.5.	Poderes vinculados e poderes discricionários do juiz	857
§ 193.º Poderes de direção.....		859
940.	Poderes de direção no modelo autoritário	859
941.	Poderes de controle do juiz	861
941.1.	Poder de reprimir ilícitos processuais	863
941.2.	Poder de adotar medidas processuais.....	863
941.3.	Poder de dilatar prazos processuais	864
941.4.	Poder de polícia.....	864
941.5.	Poder de suprir vícios processuais.....	864
942.	Poderes de fiscalização do juiz.....	865
942.1.	Caracterização do processo simulado e do processo fraudulento....	866
942.2.	Constatação da simulação e da fraude.....	867
942.3.	Consequências do processo simulado e fraudulento	867
943.	Poderes ordinatórios do juiz	868
944.	Poderes instrutórios do juiz.....	869
944.1.	Poder de fixar o tema da prova.....	870
944.2.	Poder de distribuir o ônus da prova.....	871
944.3.	Poder de determinar produção da prova útil e necessária	872
944.4.	Poder de presidir a produção da prova.....	875
944.5.	Poder de alterar a produção da prova.....	875
944.6.	Poder de avaliar a prova.....	876
§ 194.º Poderes de decisão do processo		877
945.	Regras de julgamento	877
946.	Juízo de legalidade	878
946.1.	Objeto do juízo de legalidade.....	878

946.2.	Integração no juízo de legalidade	880
946.3.	Interpretação no juízo de legalidade	881
946.4.	Formação do juízo de legalidade	882
946.5.	Fidelidade ao direito	883
946.6.	Efeitos do juízo de legalidade	884
947.	Juízo de equidade.....	884
§ 195.º Poderes de execução		886
948.	Conceito do poder de executar	886
949.	Natureza do poder de executar	886
950.	Objeto do poder de executar	888
951.	Meios de poder de executar	889
952.	Limites do poder de executar.....	891
§ 196.º Deveres processuais do órgão judiciário		893
953.	Deveres processuais do juiz	893
954.	Dever de jurisdicionar	894
954.1.	Objeto do dever de jurisdicionar	894
954.2.	Conteúdo do dever de jurisdicionar	895
954.3.	Limites do dever de jurisdicionar	895
955.	Dever de cooperar	896
955.1.	Dever de esclarecer	898
955.2.	Dever de consultar	900
955.3.	Dever de prevenir.....	900
955.4.	Dever de auxiliar	901
956.	Dever de motivar	902
957.	Dever de pontualidade	903
958.	Dever de urbanidade	905
959.	Dever de residência.....	905
960.	Dever de atendimento	907
961.	Dever de conciliar	909
961.1.	Cabimento da conciliação	910
961.2.	Importância e natureza da conciliação	910
961.3.	Espécies de conciliação	912
961.4.	Objeto da conciliação	912
961.5.	Procedimento da conciliação.....	913
961.6.	Efeitos da conciliação	914
962.	Dever de indenizar	914
962.1.	Responsabilidade civil por dolo ou por fraude	916
962.2.	Responsabilidade civil por imp pontualidade	917
963.	Dever de abstenção.....	918

CAPÍTULO 45 – IMPARCIALIDADE DO JUIZ E DOS SEUS AUXILIARES	919
§ 197.º Imparcialidade na função judiciária	919
964. Imparcialidade do juiz no processo civil	919
965. Imparcialidade perante as funções processuais	921
966. Causas de frustração da imparcialidade	925
966.1. Distinção entre impedimento e suspeição	925
966.2. Regime da suspeição e do impedimento na arbitragem	926
966.3. Caráter estrito das causas de frustração da imparcialidade	926
966.4. Domínios objetivos das causas de frustração da imparcialidade ...	928
966.5. Domínios subjetivos das causas de frustração da imparcialidade....	928
§ 198.º Impedimento do órgão judiciário	929
967. Motivos de impedimento	929
967.1. Juiz como figurante anterior no processo	929
967.2. Juiz oficiante no processo em grau inferior	930
967.3. Juiz como cônjuge ou parente do titular da capacidade postula- tória	932
967.4. Juiz como parte no processo ou cônjuge e parente da parte	934
967.5. Juiz como sócio e órgão de direção ou de administração da parte ...	935
967.6. Juiz como herdeiro presuntivo, donatário ou empregador da parte	936
967.7. Juiz como empregado da parte	936
967.8. Juiz como cônjuge ou parente do sócio de escritório de advocacia...	937
967.9. Juiz como autor de ação contra a parte e seu advogado	937
968. Impedimento nos órgãos judicantes colegiados	937
§ 199.º Suspeição do órgão judiciário	940
969. Motivos de suspeição	940
969.1. Juiz amigo ou inimigo da parte ou do advogado	940
969.2. Juiz conselheiro, agradecido ou patrocinador da causa	942
969.3. Parte credora ou devedora do juiz, do seu cônjuge e dos seus parentes	944
969.4. Juiz interessado no julgamento da causa	945
970. Suspeição em razão de motivo de foro íntimo	946
§ 200.º Imparcialidade do Ministério Público e dos órgãos auxiliares do juízo	948
971. Impedimento e suspeição do Ministério Público e dos auxiliares do juízo	948
972. Imparcialidade do Ministério Público	949
973. Imparcialidade dos auxiliares da justiça	950
§ 201.º Controle da imparcialidade no processo civil	951
974. Formas de controle da imparcialidade no processo civil	951
975. Controle da imparcialidade do juiz	952

975.1.	Prazo da exceção de parcialidade	952
975.2.	Objeto da exceção de parcialidade	952
975.3.	Legitimidade na exceção de parcialidade	953
975.4.	Procedimento da exceção de parcialidade	953
975.5.	Efeitos do julgamento da exceção de parcialidade.....	956
976.	Controle da imparcialidade do Ministério Público e dos auxiliares do juízo	957
976.1.	Forma da arguição de parcialidade	958
976.2.	Momento da arguição de parcialidade.....	958
976.3.	Legitimidade para arguir a parcialidade	959
976.4.	Efeitos do oferecimento da arguição de parcialidade	959
976.5.	Contraditório e instrução da arguição de parcialidade.....	960
976.6.	Julgamento da arguição de parcialidade	960
977.	Efeitos do controle da imparcialidade.....	961
CAPÍTULO 46 – ÓRGÃOS AUXILIARES DA JUSTIÇA.....		962
§ 202.º Órgãos auxiliares do juízo		962
978.	Função dos órgãos auxiliares do juízo.....	962
979.	Classificação dos auxiliares do juízo.....	963
980.	Identificação dos auxiliares do juízo	964
§ 203.º Serventuários da justiça		965
981.	Lotação dos serventuários da justiça.....	965
982.	Principais serventuários da justiça	966
983.	Demais serventuários da Justiça	966
984.	Responsabilidade dos serventuários da justiça.....	967
§ 204.º Escrivão		969
985.	Conceito de escrivão (ou chefe de secretaria)	969
986.	Deveres do escrivão	969
986.1.	Formação e guarda dos autos.....	970
986.2.	Redação de atos processuais	971
986.3.	Efetivação das ordens do juiz	971
986.4.	Comparecimento nas audiências	972
986.5.	Expedição de certidões	972
986.6.	Realização dos atos ordinatórios	974
986.7.	Elaboração da ordem cronológica de publicação e efetivação dos atos decisórios	974
987.	Substituição do escrivão	975
§ 205.º Oficial de justiça		975
988.	Conceito de oficial de justiça	975

989.	Deveres do oficial de justiça.....	976
989.1.	Cumprimento do mandado de citação	976
989.2.	Cumprimento do mandado de constrição e demais ordens	977
989.3.	Certificação das diligências.....	977
989.4.	Restituição dos mandados.....	978
989.5.	Comparecimento e manutenção da ordem nas audiências.....	978
989.6.	Realização das avaliações.....	978
989.7.	Certificação da propensão à autocomposição.....	978
§ 206.º	Colaboradores da justiça.....	979
990.	Principais colaboradores da justiça.....	979
991.	Responsabilidade dos colaboradores da justiça.....	980
§ 207.º	Perito.....	980
992.	Fundamentos do auxílio do perito.....	980
993.	Conceito de perito.....	981
994.	Funções do perito.....	982
995.	Nomeação do perito.....	984
996.	Poderes do perito	986
996.1.	Poder de escolha do meio.....	986
996.2.	Poder de coleta dos dados	988
996.3.	Poder de instrução do laudo	990
997.	Deveres do perito	990
997.1.	Dever de cumprimento do perito	991
997.2.	Dever de imparcialidade do perito	992
997.3.	Dever de pontualidade do perito	993
997.4.	Dever de diligência do perito	996
997.5.	Dever de veracidade do perito	997
997.5.1.	Extensão subjetiva do dever de veracidade do perito ...	998
997.5.2.	Responsabilidades decorrentes do dever veracidade do perito	999
997.5.3.	Aplicação da pena de inabilitação.....	999
997.6.	Dever de comparecimento do perito.....	1000
997.7.	Dever de pessoalidade do perito.....	1001
998.	Direitos do perito	1002
998.1.	Direito do perito ao reembolso das despesas	1002
998.2.	Direito do perito à remuneração.....	1002
998.2.1.	Valor da remuneração do perito.....	1004
998.2.2.	Antecipação da remuneração do perito	1006
998.2.3.	Momento do recebimento da remuneração do perito ...	1007
998.2.4.	Perda do direito do perito à remuneração.....	1007
998.2.5.	Realização do direito do perito à remuneração	1007
999.	Controle da imparcialidade do perito	1008

§ 208.º Depositário ou administrador	1008
1000. Definição de depositário ou administrador.....	1008
1.001. Escolha do depositário ou administrador.....	1010
1.002. Natureza do vínculo do depositário ou administrador.....	1011
1.003. Deveres do depositário ou administrador	1013
1.003.1. Dever de guarda e conservação do objeto da constrição	1013
1.003.2. Dever de administração do objeto da constrição	1015
1.003.3. Dever de restituição do objeto da constrição	1015
1.003.4. Dever de prestação de contas	1017
1.003.5. Dever do depositário de indenizar.....	1017
1.004. Direitos do depositário ou administrador	1018
1.004.1. Direito à posse do objeto da constrição	1018
1.004.2. Direito do depositário e do administrador à remuneração.....	1019
1.004.3. Direito à designação de prepostos	1020
1.005. Remoção do depositário ou administrador	1020
1.006. Extinção do vínculo do depositário ou administrador	1021
§ 209.º Intérprete e tradutor	1021
1.007. Definição de intérprete e de tradutor	1021
1.008. Função do intérprete e do tradutor	1022
1.009. Número de intérpretes e de tradutores	1022
1.010. Obrigatoriedade do intérprete e do tradutor	1023
1.011. Casos de designação de intérprete e de tradutor	1023
1.011.1. Tradução de documento redigido em língua estrangeira	1024
1.011.2. Versão das declarações orais das partes e testemunhas.....	1024
1.011.3. Tradução da linguagem de portadores de necessidades especiais	1025
1.012. Capacidade para ser intérprete e tradutor	1025
1.013. Deveres e direitos do intérprete e do tradutor	1026
§ 210.º Colaboradores participativos	1026
1.014. Conciliador e mediador no processo civil	1026
1.015. Disciplina do conciliador e do mediador.....	1028
1.015.1. Designação do conciliador e do mediador.....	1029
1.015.2. Impedimentos do conciliador e do mediador.....	1029
1.015.3. Poderes do conciliador e do mediador	1030
1.015.4. Deveres do conciliador e do mediador	1030
1.015.5. Direitos do conciliador e do mediador	1031

TÍTULO VIII – DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

CAPÍTULO 47 – DA ADVOCACIA PRIVADA E PÚBLICA	1033
§ 211.º Representação técnica no processo civil	1033
1.016. Conceito e fundamento da capacidade postulatória	1033

1.017.	Extensão da capacidade postulatória.....	1036
1.018.	Casos de dispensa da representação técnica.....	1037
1.018.1.	Dispensa da representação técnica por força de lei.....	1038
1.018.2.	Constitucionalidade da dispensa da representação técnica....	1040
1.018.3.	Dispensa da representação técnica por fato objetivo.....	1041
1.019.	Titulares da capacidade postulatória	1042
§ 212.º Outorga do mandato judicial.....		1044
1.020.	Casos de dispensa da exibição da procuração	1044
1.020.1.	Dispensa da procuração na postulação em causa própria.....	1045
1.020.2.	Dispensa da procuração nos casos de assistência judiciária ...	1046
1.020.3.	Dispensa da procuração nos casos de investidura legal.....	1046
1.020.4.	Dispensa da procuração na postulação dos atos urgentes.....	1046
1.021.	Modalidades da outorga do mandato judicial.....	1047
1.022.	Poderes gerais e especiais no mandato judicial	1050
1.022.1.	Objeto dos poderes gerais.....	1050
1.022.2.	Objeto dos poderes especiais	1050
1.022.3.	Interpretação dos poderes especiais.....	1053
1.022.4.	Consequências da falta de poder especial.....	1053
1.023.	Procuração conjunta e solidária	1054
1.024.	Substabelecimento do mandato judicial	1054
1.025.	Extinção do mandato judicial	1056
1.025.1.	Revogação do mandato judicial	1056
1.025.2.	Renúncia ao mandato judicial.....	1057
§ 213.º Direitos e deveres do procurador no processo.....		1059
1.026.	Prerrogativas profissionais do advogado	1059
1.026.1.	Prerrogativas dos advogados públicos.....	1060
1.026.2.	Responsabilidade dos advogados públicos.....	1061
1.027.	Dever de indicar o endereço nos autos.....	1061
1.028.	Direitos processuais do advogado	1064
1.028.1.	Direito de exame dos autos.....	1064
1.028.2.	Direito de vista dos autos	1066
1.028.3.	Direito de carga dos autos.....	1067
1.029.	Dever de restituir os autos no prazo	1069
§ 214.º Defeitos relativos à capacidade postulatória		1075
1.030.	Espécies de defeitos relativos à capacidade postulatória	1075
1.031.	Insuficiência de habilitação profissional	1076
1.032.	Proibições relativas à habilitação profissional.....	1077
1.032.1.	Incompatibilidade no exercício da advocacia.....	1077
1.032.2.	Impedimento ao exercício da advocacia	1078
1.032.3.	Limitação territorial ao exercício da advocacia	1079
1.032.4.	Efeitos processuais da incompatibilidade e do impedimento ...	1079
1.033.	Falta de habilitação e irregularidade da representação.....	1080

§ 215.º Controle da capacidade postulatória	1081
1.034. Natureza do vício relativo à capacidade postulatória	1081
1.035. Momento da verificação do defeito relativo à capacidade postulatória...	1084
1.036. Regime geral do suprimento da incapacidade postulatória.....	1084
1.037. Iniciativa no conhecimento da incapacidade postulatória	1087
1.038. Fundamento do suprimento dos vícios relativos à incapacidade pro- cessual.....	1087
1.039. Efeitos dos vícios relativos à capacidade postulatória	1089
1.040. Subsistência dos vícios relativos à capacidade postulatória	1090
1.040.1. Incapacidade postulatória do autor	1091
1.040.2. Incapacidade postulatória do réu	1091
1.040.3. Incapacidade postulatória do terceiro	1092
1.040.4. Incapacidade postulatória nos recursos	1093
1.041. Natureza dos atos de suprimento da incapacidade postulatória.....	1093
CAPÍTULO 48 – MINISTÉRIO PÚBLICO	1094
§ 216.º Ministério Público no processo civil.....	1094
1.042. Origens e natureza institucional do Ministério Público	1094
1.043. Funções institucionais do Ministério Público	1096
1.044. Princípios institucionais do Ministério Público	1097
1.044.1. Princípio da unidade do Ministério Público	1097
1.044.2. Princípio da indivisibilidade do Ministério Público	1099
1.044.3. Princípio da autonomia funcional do Ministério Público.....	1099
1.045. Estruturação institucional do Ministério Público	1100
1.046. Formas de participação do Ministério Público no processo civil	1105
1.046.1. Ministério Público como parte principal.....	1106
1.046.2. Ministério Público como parte coadjuvante	1110
1.047. Competência institucional do Ministério Público na jurisdição civil	1111
§ 217.º Disciplina da atividade processual do Ministério Público	1114
1.048. Forma de comunicação dos atos processuais	1114
1.049. Prazos especiais do Ministério Público.....	1116
1.050. Poderes e deveres processuais do Ministério Público	1117
1.050.1. Poderes e deveres processuais do Ministério Público como parte principal.....	1118
1.050.2. Poderes e deveres processuais do Ministério Público como parte coadjuvante	1120
1.051. Comportamentos contraditórios na intervenção simultânea.....	1122
1.052. Responsabilidade financeira do Ministério Público	1124
1.053. Responsabilidade por dano processual do Ministério Público.....	1128
1.054. Responsabilidade civil dos agentes do Ministério Público	1129

§ 218.º Intervenção da parte coadjuvante nos casos da lei geral	1131
1.055. Casos de intervenção na lei geral.....	1131
1.056. Intervenção nas causas envolvendo interesses de incapazes	1132
1.057. Intervenção nas causas envolvendo estado das pessoas.....	1134
1.058. Intervenção nas causas envolvendo interesse público.....	1135
1.059. Intervenção nas demais hipóteses da lei geral	1139
§ 219.º Intervenção da parte coadjuvante nos casos das leis extravagantes.....	1141
1.060. Casos de intervenção nas leis extravagantes	1141
1.061. Intervenção na tutela dos direitos fundamentais.....	1141
1.061.1. Intervenção do Ministério Público no <i>habeas corpus</i>	1142
1.061.2. Intervenção do Ministério Público no <i>habeas data</i>	1142
1.061.3. Intervenção do Ministério Público no mandado de segu- rança	1142
1.061.4. Intervenção do Ministério Público no mandado de injunção ...	1143
1.061.5. Intervenção do Ministério Público na ação popular	1143
1.061.6. Intervenção do Ministério Público na ação civil pública	1144
1.061.7. Intervenção do Ministério Público na ação por improbidade administrativa	1146
1.062. Intervenção na tutela dos direitos dos vulneráveis.....	1147
1.062.1. Intervenção na tutela dos direitos dos consumidores.....	1147
1.062.2. Intervenção na tutela dos direitos dos indígenas.....	1149
1.062.3. Intervenção na tutela dos direitos dos menores	1149
1.062.4. Intervenção na tutela dos direitos dos idosos	1150
1.062.5. Intervenção na tutela dos direitos dos acidentados	1150
1.063. Intervenção na tutela da ordem, da saúde, da segurança e da econo- mia pública	1151
1.063.1. Intervenção do Ministério Público em matéria de insolvência...	1151
1.063.2. Intervenção do Ministério Público em matéria de registros públicos	1153
1.063.3. Intervenção do Ministério Público em matéria de desapro- priação	1153
1.063.4. Intervenção do Ministério Público em matéria de fundações ...	1155
§ 220.º Disciplina processual da intervenção da parte coadjuvante	1156
1.064. Controle judicial da intervenção da parte coadjuvante.....	1156
1.065. Oportunidade da intervenção da parte coadjuvante	1158
1.065.1. Momento da intervenção no processo com predomínio de atividade cognitiva.....	1158
1.065.2. Momento da intervenção no processo com predomínio da atividade executiva	1160
1.065.3. Cessação do motivo da intervenção.....	1160

1.065.4.	Consequências da intervenção tardia do Ministério Público	1161
1.065.5.	Consequências da falta de intervenção do Ministério Público....	1162
1.066.	Faculdade ou obrigatoriedade na manifestação da parte coadjuvante ...	1163
1.067.	Conteúdo da manifestação da parte coadjuvante.....	1164
1.068.	Forma da manifestação da parte coadjuvante	1167
§ 221.º Ministério Público como parte principal.....		1169
1.069.	Espécies de legitimação do Ministério Público	1169
1.069.1.	Legitimidade ordinária do Ministério Público na defesa de interesses sociais indisponíveis.....	1171
1.069.2.	Legitimidade ordinária do Ministério Público na defesa das suas prerrogativas institucionais	1174
1.069.3.	Legitimidade extraordinária do Ministério Público na defesa dos vulneráveis	1175
1.070.	Princípios diretores da iniciativa do Ministério Público como autor	1177
1.070.1.	Princípio da reserva legal.....	1177
1.070.2.	Princípio da obrigatoriedade.....	1178
1.070.3.	Princípio da indisponibilidade.....	1179
CAPÍTULO 49 – DA DEFENSORIA PÚBLICA		1180
§ 222.º Defensoria Pública no processo civil.....		1180
1.071.	Origens e natureza institucional da Defensoria Pública.....	1180
1.072.	Funções institucionais da Defensoria Pública	1187
1.073.	Princípios institucionais da Defensoria Pública	1189
1.073.1.	Princípio da unidade da Defensoria Pública.....	1189
1.073.2.	Princípio da indivisibilidade da Defensoria Pública	1190
1.073.3.	Princípio da independência funcional da Defensoria Pública... ..	1190
1.074.	Estruturação institucional da Defensoria Pública.....	1190
1.075.	Formas de participação da Defensoria Pública no processo civil	1192
1.075.1.	Defensoria Pública como parte principal.....	1193
1.075.2.	Defensoria Pública como representante da parte.....	1195
1.075.3.	Defensoria Pública como curador especial.....	1196
1.076.	Competência institucional da Defensoria Pública na jurisdição civil.....	1197
§ 223.º Disciplina da atividade processual da Defensoria Pública		1197
1.077.	Forma de comunicação dos atos processuais quanto à Defensoria Pública	1197
1.078.	Prazos especiais da Defensoria Pública	1199
1.078.1.	Extensão objetiva da dobra dos prazos da Defensoria Pública.....	1199
1.078.2.	Extensão subjetiva da dobra dos prazos da Defensoria Pública.....	1200

1.079.	Responsabilidade financeira da Defensoria Pública	1201
1.080.	Responsabilidade da Defensoria Pública por dano processual.....	1203
1.081.	Responsabilidade civil do Defensor Público	1204
§ 224.º Funções da Defensoria Pública no processo civil		1205
1.082.	Capacidade de conduzir o processo da Defensoria Pública	1205
1.082.1.	Legitimidade ordinária da Defensoria Pública na defesa dos direitos difusos e coletivos dos hipossuficientes.....	1205
1.082.2.	Legitimidade ordinária da Defensoria Pública na defesa das suas funções e prerrogativas institucionais	1206
1.082.3.	Legitimidade extraordinária da Defensoria Pública na defesa dos direitos individuais e individuais homogêneos dos hipossuficientes	1206
1.083.	Capacidade postulatória da Defensoria Pública	1207
1.084.	Integração da capacidade processual pela Defensoria Pública	1208

TÍTULO IX – DOS ATOS PROCESSUAIS

CAPÍTULO 50 – DA FORMA DOS ATOS PROCESSUAIS		1211
§ 225.º Dos atos processuais em geral		1211
1.085.	Desenvolvimento, momentos e fases do processo.....	1211
1.086.	Fatos jurídicos processuais	1213
1.087.	Negócios jurídicos processuais.....	1216
1.087.1.	Falsos negócios processuais	1217
1.087.2.	Verdadeiros negócios processuais.....	1219
1.088.	Conceito de ato processual	1221
1.089.	Omissão como ato processual	1222
1.090.	Classificação dos atos processuais	1222
1.090.1.	Classificação subjetiva dos atos processuais.....	1222
1.090.2.	Classificação objetiva dos atos processuais.....	1223
§ 226.º Características do ato processual		1225
1.091.	Especialidade do ato processual.....	1225
1.092.	Unilateralidade do ato processual.....	1225
1.093.	Forma do ato processual	1227
1.094.	Interdependência do ato processual.....	1228
1.095.	Unidade teleológica do ato processual	1228
1.096.	Discrição e vinculação no ato processual	1229
1.097.	Efeitos internos ou externos do ato processual	1230
§ 227.º Forma dos atos processuais		1230
1.098.	Princípios orientadores da forma dos atos processuais	1230
1.099.	Forma livre, forma autorizada e forma vinculada dos atos processuais	1233

1.099.1.	Atos de forma livre.....	1234
1.099.2.	Atos de forma autorizada.....	1234
1.099.3.	Atos de forma vinculada.....	1235
§ 228.º	Publicidade dos atos processuais	1235
1.100.	Acesso do público ao processo	1235
1.101.	Fins da publicidade dos atos processuais	1238
1.102.	Espécies de publicidade dos atos processuais	1239
1.103.	Publicidade dos julgamentos.....	1239
1.104.	Imposição do segredo de justiça.....	1240
1.104.1.	Preservação do interesse social	1241
1.104.2.	Preservação da intimidade das partes	1241
1.104.3.	Preservação da confidencialidade	1242
1.104.4.	Extensão do segredo de justiça.....	1242
1.104.5.	Comunicação dos atos processuais nas causas em segredo de justiça.....	1243
1.104.6.	Término do segredo de justiça.....	1243
§ 229.º	Idioma dos atos processuais	1244
1.105.	Obrigatoriedade do vernáculo.....	1244
1.106.	Depoimento oral de estrangeiros	1245
1.107.	Depoimento oral dos portadores de necessidades especiais.....	1246
1.108.	Produção de prova documental em língua estrangeira.....	1246
CAPÍTULO 51 – DOS ATOS DOS SUJEITOS DO PROCESSO E DO ESCRIVÃO		1247
§ 230.º	Atos processuais das partes	1247
1.109.	Espécies de atos das partes	1247
1.109.1.	Atos postulatórios das partes.....	1248
1.109.2.	Atos dispositivos das partes	1248
1.109.3.	Atos probatórios das partes	1249
1.110.	Forma dos atos postulatórios das partes.....	1249
1.111.	Formação ocasional de autos suplementares.....	1250
1.111.1.	Subsistência dos autos suplementares	1251
1.111.2.	Finalidades dos autos suplementares.....	1251
1.111.3.	Formação dos autos suplementares.....	1252
1.112.	Recibo das peças escritas	1252
1.112.1.	Finalidade do recibo.....	1252
1.112.2.	Conteúdo do recibo.....	1254
1.112.3.	Autenticação do recibo.....	1254
§ 231.º	Atos processuais do juiz.....	1254
1.113.	Espécies de atos do juiz.....	1254

1.114.	Atos decisórios em primeiro grau.....	1255
1.114.1.	Finalidade da definição dos atos decisórios	1256
1.114.2.	Definição legal de sentença	1257
1.114.3.	Definição legal de decisão	1262
1.114.4.	Definição legal de despacho	1263
1.114.5.	Diferença entre despachos e atos ordinatórios	1264
1.114.6.	Desvirtuamentos da tipologia legal dos atos decisórios.....	1266
1.115.	Atos decisórios no segundo grau	1267
1.115.1.	Definição legal de acórdão.....	1267
1.115.2.	Decisões do relator	1268
1.116.	Forma dos atos decisórios	1270
1.116.1.	Elementos da sentença.....	1274
1.116.2.	Elementos da decisão.....	1276
1.116.3.	Elementos do acórdão.....	1277
1.116.4.	Capítulos da sentença	1278
1.117.	Autenticação dos atos decisórios do juiz	1279
1.117.1.	Redação dos atos decisórios	1280
1.117.2.	Datação dos atos decisórios.....	1281
1.117.3.	Assinatura dos atos decisórios.....	1282
1.118.	Documentação dos atos decisórios do juiz	1284
1.119.	Publicação dos atos decisórios	1285
1.120.	Atos materiais do juiz	1286
§ 232.º Estrutura da sentença		1287
1.121.	Relatório da sentença	1287
1.122.	Motivação da sentença	1289
1.122.1.	Natureza da motivação.....	1290
1.122.2.	Conteúdo da motivação	1291
1.122.3.	Requisitos da motivação	1296
1.122.3.1.	Motivação <i>per relationem</i>	1297
1.122.3.2.	Motivação implícita	1298
1.122.3.3.	Motivação suficiente	1300
1.122.4.	Espécies de motivação	1300
1.122.5.	Finalidades da motivação	1302
1.122.6.	Consequências da motivação inexistente ou insuficiente	1303
1.122.7.	Interpretação da motivação	1304
1.123.	Dispositivo da sentença.....	1304
1.123.1.	Objeto do dispositivo da sentença	1305
1.123.2.	Tipicidade do dispositivo da sentença.....	1306
1.123.3.	Conteúdo do dispositivo da sentença.....	1307
1.123.4.	Eficácia do dispositivo da sentença.....	1308
1.123.5.	Localização do dispositivo da sentença.....	1308

§ 233.º Estrutura do acórdão	1309
1.124. Ementa do acórdão	1309
1.125. Relatório do acórdão.....	1310
1.126. Motivação do acórdão	1312
1.127. Dispositivo do acórdão	1313
1.128. Organização dos elementos do acórdão	1313
§ 234.º Atos do escrivão	1314
1.129. Espécies de atos do escrivão	1314
1.130. Formação dos autos.....	1315
1.131. Organização dos autos.....	1318
1.132. Elaboração de termos	1319
1.132.1. Espécies de termo	1319
1.132.2. Forma concisa e extensa do termo.....	1320
1.132.3. Limpeza e totalidade do termo.....	1321
1.132.4. Assinatura do termo	1322
1.133. Técnicas de documentação dos atos do escrivão.....	1322
CAPÍTULO 52 – DO TEMPO E DO LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS	1324
§ 235.º Tempo dos atos processuais	1324
1.134. Tempo como elemento dos atos processuais	1324
1.135. Tempo da prática dos atos processuais.....	1327
1.135.1. Expediente forense	1329
1.135.2. Expediente do órgão judiciário.....	1330
1.135.3. Expediente eletrônico	1331
1.136. Exceções ao tempo da prática dos atos processuais	1331
1.136.1. Atos iniciados no tempo hábil	1332
1.136.2. Atos realizados fora do tempo hábil.....	1332
1.136.3. Atos urgentes em regime de plantão.....	1333
1.137. Proibição da prática dos atos processuais no recesso e nos feriados forenses.....	1334
1.137.1. Conceito de recesso ou férias forenses	1334
1.137.2. Conceito de feriados forenses.....	1335
1.137.3. Efeitos da prática dos atos processuais no recesso e nos feriados	1336
1.138. Atos admitidos no recesso e nas férias	1337
1.139. Causas processadas no recesso e nas férias.....	1337
§ 236.º Lugar da prática dos atos processuais	1338
1.140. Lugar como elemento dos atos processuais	1338
1.141. Atos ordinariamente realizados na sede do juízo ou fora dela	1339
1.142. Atos excepcionalmente realizados fora da sede do juízo	1341

§ 237.º Preclusão	1342
1.143. Conceito de preclusão	1342
1.144. Extensão subjetiva da preclusão	1344
1.145. Extensão objetiva da preclusão	1347
1.146. Finalidade da preclusão	1348
1.147. Natureza da preclusão	1349
1.148. Espécies da preclusão	1349
1.148.1. Preclusão temporal	1350
1.148.2. Preclusão lógica	1351
1.148.3. Preclusão consumativa	1353
1.148.4. Preclusão hierárquica	1354
1.149. Objeto da preclusão	1354
1.150. Efeitos da preclusão	1359
CAPÍTULO 53 – DOS PRAZOS PROCESSUAIS	1360
§ 238.º Prazos processuais	1360
1.151. Conceito de prazo processual	1360
1.152. Unidades de tempo nos prazos processuais	1360
1.153. Classificação dos prazos processuais	1362
1.153.1. Prazos legais, judiciais e convencionais	1363
1.153.2. Prazos peremptórios e dilatórios	1364
1.153.3. Prazos comuns e particulares	1367
1.153.4. Prazos próprios e impróprios	1368
1.154. Princípios dos prazos processuais	1369
1.154.1. Princípio da utilidade	1369
1.154.2. Princípio da continuidade	1369
1.154.3. Princípio da inalterabilidade	1370
1.154.4. Princípio da peremptoriedade	1370
1.154.5. Princípio da simetria	1370
1.155. Fluência e contagem dos prazos	1370
§ 239.º Termo inicial do prazo processual	1371
1.156. Relevância do termo inicial do prazo	1371
1.157. Termo inicial dos prazos do juiz	1372
1.158. Termo inicial dos prazos dos auxiliares	1373
1.159. Termo inicial do prazo das partes	1375
1.159.1. Data da comunicação como regra geral	1375
1.159.2. Exceções à data do início do prazo	1376
1.159.3. Dia hábil para a intimação	1377
1.159.4. Data da juntada como fator de eficácia	1378
1.159.4.1. Comunicação postal	1379
1.159.4.2. Comunicação por mandado	1379

1.159.4.3.	Comunicação pelo escrivão	1380
1.159.4.4.	Comunicação por carta	1381
1.159.4.5.	Comunicação por edital	1381
1.159.4.6.	Comunicação eletrônica	1381
1.159.4.7.	Comunicação por publicação	1383
1.159.4.8.	Ciência inequívoca	1383
1.159.4.9.	Comunicação plural	1383
1.160.	Termo inicial do prazo recursal	1384
1.160.1.	Destinatário da intimação.....	1384
1.160.2.	Termo inicial do prazo de recurso contra atos proferidos em audiência	1386
1.160.3.	Termo inicial do prazo de recurso contra atos proferidos fora da audiência.....	1387
1.160.4.	Termo inicial do prazo de recurso perante duplicidade de intimações	1388
1.160.5.	Termo inicial do prazo de recurso quanto ao revel.....	1388
§ 240.º Contagem do prazo processual		1389
1.161.	Contagem progressiva do prazo processual	1389
1.162.	Contagem progressiva do prazo em dias	1389
1.163.	Contagem progressiva do prazo em horas e em minutos.....	1391
1.164.	Contagem progressiva dos prazos em meses e em anos	1392
1.165.	Contagem regressiva do prazo processual.....	1393
§ 241.º Interrupção e suspensão do prazo processual		1394
1.166.	Eventos supervenientes ao termo inicial do prazo	1394
1.167.	Eventos suspensivos dos prazos processuais	1395
1.167.1.	Suspensão do prazo processual por força das férias forenses....	1395
1.167.2.	Suspensão do prazo processual por força da suspensão do processo.....	1395
1.167.3.	Suspensão do prazo processual por força de obstáculo	1397
1.168.	Evento interruptivo dos prazos processuais	1398
1.169.	Eventos interruptivos dos prazos recursais	1398
1.170.	Efeitos da suspensão e da interrupção dos prazos processuais	1399
§ 242.º Restituição do prazo processual		1400
1.171.	Efeito do vencimento do prazo	1400
1.172.	Conceito legal de justa causa	1400
1.173.	Prazo do pedido de restituição	1402
1.174.	Procedimento do pedido de restituição.....	1403
1.175.	Efeitos da decisão do pedido de restituição.....	1404

§ 243.º Ampliações dos prazos processuais	1404
1.176. Fundamentos das ampliações dos prazos	1404
1.177. Prazos da Fazenda Pública e do Ministério Público.....	1405
1.177.1. Constitucionalidade do prazo especial da Fazenda Pública e do Ministério Público	1405
1.177.2. Extensão objetiva do prazo especial da Fazenda Pública e do Ministério Público	1405
1.177.3. Extensão subjetiva do prazo especial da Fazenda Pública e do Ministério Público	1407
1.178. Prazos da Defensoria Pública	1408
1.179. Prazos dos litisconsortes com procuradores diferentes	1409
1.180. Prorrogação dos prazos processuais	1412
1.180.1. Prorrogação convencional dos prazos processuais	1413
1.180.1.1. Requisitos da prorrogação convencional.....	1413
1.180.1.2. Efeitos da prorrogação convencional.....	1414
1.180.2. Prorrogação judicial dos prazos processuais.....	1416
§ 244.º Renúncia ao prazo processual	1418
1.181. Conceito de renúncia ao prazo processual	1418
1.182. Requisitos da renúncia ao prazo processual.....	1418
1.183. Efeitos da renúncia ao prazo processual.....	1419
§ 245.º Especialidades do prazo processual	1419
1.184. Prazo básico dos atos processuais das partes.....	1419
1.185. Prazo de espera no comparecimento das partes.....	1420
§ 246.º Verificação dos prazos e penalidades	1422
1.186. Sistema de verificação dos prazos processuais	1422
1.187. Controle dos prazos processuais das partes	1423
1.187.1. Controle da tempestividade dos atos processuais das partes....	1423
1.187.2. Controle da restituição dos atos	1426
1.187.2.1. Legitimidade para requerer a cobrança dos autos	1427
1.187.2.2. Intimação do procurador e consequências da inércia	1427
1.187.2.3. Entrega dos autos após a intimação	1429
1.187.2.4. Expedição do mandado de busca e apreensão dos autos	1429
1.187.2.5. Desaparecimento dos autos por fato de terceiro....	1429
1.188. Controle dos prazos processuais dos servidores.....	1429
1.188.1. Sujeitos da verificação judicial	1430
1.188.2. Objeto da verificação judicial	1431

1.188.3.	Conseqüências da verificação judicial.....	1431
1.189.	Controle dos prazos processuais do órgão judiciário	1432
1.189.1.	Representação contra o excesso de prazo no primeiro grau....	1433
1.189.2.	Representação contra excesso de prazo nos tribunais	1436
CAPÍTULO 54 – DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS.....		1438
§ 247.º Do intercâmbio processual.....		1438
1.190.	Finalidade técnica da comunicação processual.....	1438
1.191.	Formas de comunicação processual	1439
1.192.	Espécies de comunicação processual	1441
§ 248.º Da citação		1443
1.193.	Conceito legal de citação.....	1443
1.194.	Espécies da citação	1444
1.194.1.	Cabimento das espécies de citação.....	1445
1.194.2.	Citação pelo correio.....	1446
1.194.3.	Citação por oficial de justiça.....	1446
1.194.4.	Citação por edital.....	1447
1.194.5.	Citação por meio eletrônico	1448
1.194.6.	Citação pelo escrivão.....	1449
1.195.	Ônus de requerer a citação	1449
1.196.	Destinatário da citação	1450
1.196.1.	Identificação do réu.....	1451
1.196.2.	Identificação do executado.....	1451
1.196.3.	Identificação do interessado.....	1452
1.196.4.	Citação da pessoa natural	1452
1.196.5.	Citação da pessoa jurídica	1452
1.196.6.	Citação na pessoa do representante habilitado	1453
1.196.7.	Citação na pessoa do representante presumido	1454
1.197.	Lugar da citação	1457
1.197.1.	Citação no estabelecimento militar	1459
1.197.2.	Citação no culto religioso.....	1461
1.198.	Tempo da citação	1461
1.198.1.	Proibição da citação no período de nojo	1462
1.198.2.	Proibição da citação no período de gala.....	1463
1.199.	Verificação da capacidade do citando.....	1463
1.199.1.	Incapacidade transitória do citando	1464
1.199.2.	Incapacidade permanente do citando.....	1465
§ 249.º Citação pelos correios		1466
1.200.	Preferência e dificuldades na citação pelos correios	1466
1.201.	Exclusão da citação pelo correio	1467

1.201.1.	Proibição de natureza objetiva da citação pelo correio.....	1467
1.201.2.	Proibição de natureza subjetiva da citação pelo correio	1469
1.202.	Controle da admissibilidade da citação pelo correio.....	1469
1.203.	Requisitos da carta de citação.....	1470
1.204.	Entrega da carta de citação ao destinatário	1472
1.205.	Recusa do destinatário de firmar o aviso	1475
1.206.	Frustração da citação pelo correio	1475
§ 250.º Citação por oficial de justiça		1476
1.207.	Posição da citação por oficial de justiça.....	1476
1.208.	Requisitos do mandado de citação.....	1476
1.208.1.	Identificação das partes	1477
1.208.2.	Finalidade da citação.....	1477
1.208.3.	Cominação de pena.....	1478
1.208.4.	Dia, hora e lugar de comparecimento.....	1478
1.208.5.	Cópia da decisão.....	1479
1.208.6.	Assinatura do escrivão.....	1479
1.209.	Execução do mandado de citação	1480
1.209.1.	Prazo da diligência.....	1480
1.209.2.	Localização do citando.....	1480
1.209.3.	Identificação do citando.....	1481
1.209.4.	Leitura do mandado de citação	1481
1.209.5.	Entrega da contrafé ao citando	1482
1.209.6.	Obtenção da nota de ciência	1482
1.210.	Incidente da citação por hora certa.....	1482
1.210.1.	Requisitos da citação por hora certa	1483
1.210.2.	Procedimento da citação por hora certa.....	1484
1.210.3.	Efeitos da citação por hora certa	1488
§ 251.º Citação por edital		1488
1.211.	Posição e espécies de citação por edital.....	1488
1.212.	Condições de admissibilidade da citação por edital.....	1489
1.212.1.	Identificação impossível do citando	1489
1.212.2.	Localização impossível do citando	1490
1.212.3.	Casos de obrigatoriedade da citação por edital	1492
1.212.4.	Ônus da afirmação de desconhecer o réu ou o respectivo paradeiro	1493
1.213.	Deferimento da citação por edital.....	1494
1.214.	Requisitos do edital de citação	1495
1.214.1.	Conteúdo do edital de citação	1495
1.214.2.	Fixação do prazo do edital	1495
1.214.3.	Advertência ao citando do efeito material da revelia	1496

1.215.	Lugar de publicação do edital de citação.....	1497
1.216.	Publicidade do edital.....	1497
1.216.1.	Afixação do edital de citação na sede do juízo.....	1497
1.216.2.	Publicação do edital de citação.....	1498
1.216.3.	Divulgação do edital de citação em emissora de radiodifusão....	1500
1.217.	Responsabilidade por dolo na realização da citação por edital.....	1501
1.218.	Fator de eficácia da citação por edital.....	1502
§ 252.º Efeitos da citação.....		1503
1.219.	Enumeração dos efeitos da citação.....	1503
1.220.	Efeitos processuais da formação do processo.....	1503
1.220.1.	Proibição da renovação da demanda.....	1504
1.220.2.	Perpetuação da competência.....	1505
1.220.3.	Prevenção da competência.....	1505
1.221.	Efeitos materiais da citação.....	1506
1.221.1.	Litigiosidade da coisa.....	1506
1.221.2.	Indisponibilidade patrimonial relativa.....	1508
1.221.3.	Constituição em mora.....	1509
1.221.4.	Interrupção da prescrição e da decadência.....	1511
1.221.4.1.	Conceito de prescrição.....	1511
1.221.4.2.	Momento do efeito interruptivo da prescrição....	1515
1.221.4.3.	Prescrição intercorrente.....	1519
1.221.4.4.	Decretação ex officio da prescrição.....	1525
1.221.4.5.	Efeito interruptivo dos prazos decadenciais.....	1525
1.222.	Natureza do vício da falta (e o caso da citação da pessoa falecida) ou nulidade da citação e remédios cabíveis.....	1526
1.223.	Comparecimento espontâneo do réu e suprimento dos vícios da citação.....	1529
1.224.	Natureza e recorribilidade do ato decisório ordenatório.....	1530
§ 253.º Da intimação.....		1532
1.225.	Conceito legal de intimação.....	1532
1.226.	Espécies de intimação.....	1533
1.227.	Destinatários da intimação.....	1535
§ 254.º Intimação pessoal.....		1537
1.228.	Posição da intimação pessoal.....	1537
1.229.	Destinatários da intimação pessoal.....	1537
1.230.	Meios da intimação pessoal.....	1539
§ 255.º Intimação postal.....		1540
1.231.	Posição da intimação postal.....	1540
1.232.	Inadmissibilidade da intimação postal.....	1541

1.233.	Forma da intimação postal.....	1542
1.234.	Entrega da carta ao destinatário	1543
§ 256.º	Intimação pelo escrivão (<i>in faciem</i>)	1544
1.235.	Admissibilidade da intimação pelo escrivão	1544
1.236.	Destinatário da intimação pelo escrivão.....	1544
1.237.	Forma da intimação pelo escrivão.....	1545
§ 257.º	Intimação por oficial de justiça	1546
1.238.	Admissibilidade da intimação por oficial de justiça	1546
1.239.	Forma da intimação por oficial de justiça.....	1546
§ 258.º	Intimação ficta	1548
1.240.	Posição da intimação ficta.....	1548
1.241.	Admissibilidade da intimação ficta	1549
1.242.	Formas de intimação ficta	1549
1.243.	Requisitos da publicação na intimação ficta	1550
1.243.1.	Identificação do destinatário na publicação	1550
1.243.2.	Conteúdo do ato na publicação.....	1553
1.243.3.	Invalidação da publicação	1553
CAPÍTULO 55 – DAS INVALIDADES PROCESSUAIS	1554	
§ 259.º	Invalidades processuais em geral	1554
1.244.	Existência, validade e eficácia dos atos processuais	1554
1.245.	Requisitos necessários e requisitos úteis dos atos processuais.....	1558
1.245.1.	Pressuposto útil: ato irregular.....	1559
1.245.2.	Pressuposto necessário: ato inválido	1560
1.246.	Conceito de invalidez processual.....	1562
1.247.	Posição sistemática das invalidades no processo civil.....	1563
1.248.	Depuração terminológica: invalidez ou nulidade processual?	1564
§ 260.º	Classificação das invalidades processuais.....	1564
1.249.	Critérios de classificação das invalidades processuais	1564
1.250.	Espécies de invalidades	1566
1.251.	Nulidade absoluta.....	1568
1.252.	Nulidade relativa	1570
1.253.	Anulabilidade.....	1571
§ 261.º	Nulidade cominada	1572
1.254.	Nulidade cominada e não cominada	1572
1.254.1.	Fundamento da cominação.....	1573
1.254.2.	Compatibilidade das classificações	1574
1.255.	Nulidades cominadas na fase e no processo de conhecimento.....	1575

1.255.1.	Invalidade por ausência de intimação do Ministério Público....	1575
1.255.1.1.	Intimação e participação do Ministério Público...	1575
1.255.1.2.	Natureza da invalidade e saneamento do vício	1576
1.255.2.	Invalidade da citação e das intimações feitas sem observância das prescrições legais	1578
1.256.	Nulidades cominadas na fase e no processo de execução	1579
1.256.1.	Falta de certeza, liquidez e exigibilidade do título executivo...	1579
1.256.2.	Citação inexistente ou nula do executado	1580
1.256.3.	Verificação do termo ou condição	1581
1.257.	Invalidade em razão da forma dos atos processuais.....	1581
1.258.	Invalidade em razão da forma do processo	1582
§ 262.º Decretação da invalidade.....		1585
1.259.	Iniciativa no controle das invalidades.....	1585
1.259.1.	Iniciativa quanto à nulidade absoluta.....	1586
1.259.2.	Iniciativa quanto à nulidade relativa.....	1586
1.259.3.	Iniciativa quanto à anulabilidade.....	1587
1.259.4.	Oportunidade da iniciativa da parte	1587
1.259.5.	Legítimo impedimento como obstáculo à preclusão	1588
1.260.	Meios de controle das invalidades.....	1588
1.261.	Momento do controle da invalidade	1589
1.262.	Barreiras à invalidação: princípios da finalidade e do não prejuízo.....	1591
1.262.1.	Incidência do princípio da finalidade.....	1592
1.262.2.	Incidência do princípio do não prejuízo	1592
§ 263.º Efeitos da invalidação		1594
1.263.	Posição do ato viciado	1594
1.264.	Invalidade derivada	1595
1.264.1.	Conceito de invalidade derivada	1595
1.264.2.	Dependência e autonomia dos atos posteriores	1595
1.264.3.	Condição jurídica dos atos dependentes do ato inválido	1597
1.264.4.	Condição jurídica do ato anterior ao ato inválido	1598
1.265.	Invalidade parcial	1598
1.266.	Decretação expressa da invalidade e técnicas de reparação.....	1599
CAPÍTULO 56 – REGISTRO, DISTRIBUIÇÃO E VALOR DA CAUSA		1601
§ 264.º Registro da causa.....		1601
1.267.	Localização dos atos de registro e de distribuição	1601
1.268.	Conceito de registro da causa	1601
1.269.	Funções do registro.....	1602
1.270.	Elementos do registro	1602
1.270.1.	Número do processo	1603

1.270.2.	Identificação do ofício.....	1603
1.270.3.	Data do início do processo.....	1604
1.270.4.	Natureza do feito.....	1604
1.270.5.	Nome das partes.....	1604
1.270.6.	Nome dos advogados.....	1605
1.270.7.	Indicação do valor da causa.....	1605
1.271.	Efeitos do registro.....	1605
§ 265.º	Distribuição da causa.....	1606
1.272.	Classes de distribuição.....	1606
1.272.1.	Distribuição das causas no primeiro grau.....	1606
1.272.2.	Distribuição das causas nos tribunais.....	1607
1.273.	Obrigatoriedade da distribuição.....	1608
1.274.	Princípios da distribuição.....	1609
1.274.1.	Princípio da publicidade.....	1609
1.274.2.	Princípio da alternância.....	1610
1.274.3.	Princípio da igualdade.....	1611
1.275.	Espécies de distribuição.....	1611
§ 266.º	Distribuição por dependência.....	1612
1.276.	Funções da distribuição por dependência.....	1612
1.277.	Casos implícitos de distribuição por dependência.....	1613
1.278.	Casos explícitos de distribuição por dependência.....	1613
1.278.1.	Dependência em razão de conexão ou continência.....	1613
1.278.2.	Dependência em razão do juiz natural.....	1613
1.278.3.	Dependência em razão da conexão instrumental.....	1614
§ 267.º	Impedimentos à distribuição.....	1614
1.279.	Distribuição sem procuração.....	1614
1.280.	Objeto da fiscalização do distribuidor.....	1615
1.281.	Efeitos da fiscalização do distribuidor.....	1615
1.282.	Dispensa da fiscalização do distribuidor.....	1616
1.282.1.	Postulação em causa própria.....	1616
1.282.2.	Postulação de atos urgentes.....	1616
1.282.3.	Postulação em representação do vulnerável.....	1617
1.282.4.	Postulação em decorrência de investidura constitucional.....	1617
§ 268.º	Correção da distribuição.....	1617
1.283.	Casos de erro na distribuição.....	1617
1.283.1.	Erro na distribuição.....	1618
1.283.2.	Falta de distribuição.....	1619
1.284.	Incidente de impugnação da distribuição.....	1619
1.285.	Compensação na distribuição.....	1620
1.286.	Cancelamento da distribuição.....	1621

1.292.2.8.3.	Valor da causa na pretensão de usucapião	1644
1.292.2.8.4.	Valor da causa na pretensão de desapropriação	1645
1.292.2.8.5.	Valor da causa na ação civil pública.....	1645
1.292.2.8.6.	Valor da causa na ação popular	1645
1.292.2.8.7.	Valor da causa na ação de depósito	1645
1.292.2.8.8.	Valor da causa na ação de prestação de contas.....	1646
1.292.2.8.9.	Valor da causa no mandado de segurança	1646
1.229.2.8.10.	Valor da causa na ação monitória...	1647
1.292.2.9.	Valor da causa nos procedimentos de jurisdição voluntária.....	1647
§ 270.º Incidente de impugnação ao valor da causa		1648
1.293.	Objeto da impugnação ao valor da causa	1648
1.294.	Natureza da impugnação ao valor da causa	1649
1.295.	Legitimidade para impugnar o valor da causa	1650
1.296.	Prazo da impugnação ao valor da causa	1652
1.297.	Forma da impugnação ao valor da causa.....	1653
1.298.	Procedimento da impugnação ao valor da causa.....	1653
1.298.1.	Atitudes do autor na réplica.....	1654
1.298.2.	Instrução da questão processual valor da causa.....	1654
1.298.3.	Resolução da questão processual do valor da causa	1655
1.299.	Correção <i>ex officio</i> do valor da causa	1656
1.300.	Efeitos da alteração do valor da causa.....	1656

CONTEÚDO EXTRA PROVIEW

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO

ÍNDICE LEGISLATIVO

ÍNDICE ONOMÁSTICO

BIBLIOGRAFIA

ESTRUTURA DA OBRA COMPLETA

ARAKEN DE ASSIS

VOLUME

III

3.ª EDIÇÃO
REVISTA,
ATUALIZADA
E AMPLIADA

PROCESSO CIVIL BRASILEIRO

PARTE GERAL

INSTITUTOS FUNDAMENTAIS - II



THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**



Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Emanuel Silva, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiários: Ana Carolina Francisco, Francisco Prado e Marco Antonio Fonseca

Produção Editorial

Gerente de Conteúdo

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Thyara Pina da Silva

Analistas de Operações Editoriais: Carina Baptista, Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Morais, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patricia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Gabriela Cavalcante Lino e Victória Menezes Pereira

Estagiários: Beatriz Hammond, Bianca Satie Abduch, Caroline Dubovicki e Gabrielly N. C. Saraiva

Capa: Linotec

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Assis, Araken de

Processo civil brasileiro, volume III : parte geral : institutos fundamentais – II / Araken de Assis. -- 3. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2022.

ISBN 978-65-5991-021-2

1. Processo civil 2. Processo civil - Brasil I. Título.

22-114209

CDU-347.9(81)

Índices para catálogo sistemático: 1. Brasil : Processo civil 347.9(81)

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

Sumário

ESTRUTURA DA OBRA	7
NOTA PRÉVIA	9
LISTA DE ABREVIATURAS	41
TÍTULO X – PROVAS EM GERAL	
CAPÍTULO 57 – DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE PROVA	43
§ 271.º Prova no processo civil	43
1.301. Objeto da cognição do juiz.....	43
1.301.1. Conhecimento do direito.....	47
1.301.1.1. Liberdade na qualificação jurídica.....	48
1.301.1.2. Liberdade na seleção da norma.....	49
1.301.2. Desconhecimento dos fatos.....	51
1.302. Conceito de prova no processo civil.....	54
1.303. Funções da prova no processo civil.....	56
1.304. Sistemas probatórios contemporâneos.....	60
1.305. Natureza das regras sobre prova.....	68
1.305.1. Limites espaciais das normas probatórias.....	71
1.305.2. Limites temporais das normas probatórias.....	72
§ 272.º Objeto da prova	73
1.306. Objeto e tema da prova.....	73
1.307. Alegações de fato como objeto da prova.....	74
1.307.1. Espécies de fatos objeto das alegações das partes.....	75
1.307.1.1. Fatos jurídicos e fatos simples.....	75
1.307.1.2. Fatos internos e fatos externos.....	76
1.307.1.3. Fatos positivos e fatos negativos.....	77
1.307.2. Regime do conhecimento das alegações de fato.....	77
1.308. Alegações de direito como objeto da prova.....	77
1.309. Tema da prova.....	78
§ 273.º Prova das alegações de direito	79
1.310. Desnecessidade de prova do direito comum.....	79
1.311. Prova do direito local.....	83

1.311.1.	Causas fundadas no direito local.....	83
1.311.2.	Produção da prova do direito local	84
1.311.3.	Espécies de prova do direito local	85
1.311.4.	Consequências da falta de prova do direito local	86
1.312.	Prova do direito estrangeiro	86
1.312.1.	Causas fundadas no direito estrangeiro.....	87
1.312.2.	Produção da prova do direito estrangeiro	87
1.312.3.	Espécies de prova do direito estrangeiro	88
1.312.4.	Consequências da falta de prova do direito estrangeiro	89
1.312.5.	Consequências da aplicação do direito estrangeiro	89
1.313.	Prova do direito consuetudinário	90
1.313.1.	Requisitos e alcance do costume.....	90
1.313.2.	Produção da prova do costume	91
1.313.3.	Espécies de prova do costume.....	93
1.313.4.	Consequências da falta de prova do costume	93
§ 274.º	Prova das alegações de fato	93
1.314.	Prova dos fatos.....	93
1.315.	Fatos dependentes de prova.....	94
1.316.	Fatos independentes de prova	98
1.317.	Fatos incontroversos	99
1.317.1.	Configuração dos fatos incontroversos.....	99
1.317.2.	Fundamento da falta de controvérsia dos fatos	100
1.317.3.	Requisitos da configuração dos fatos incontroversos.....	100
1.317.4.	Consequências da falta de controvérsia dos fatos	101
1.317.5.	Inadmissibilidade da iniciativa probatória oficial	102
1.318.	Fatos notórios.....	105
1.318.1.	Configuração da notoriedade dos fatos	105
1.318.2.	Espécies de notoriedade dos fatos	108
1.318.3.	Pressuposto do conhecimento da notoriedade dos fatos	109
1.318.4.	Consequências da notoriedade dos fatos	110
1.319.	Fatos presumidos	111
§ 275.º	Presunções	112
1.320.	Conceito de presunção	112
1.321.	Classificação dos indícios.....	115
1.322.	Localização sistemática das presunções.....	117
1.323.	Espécies de presunções	118
1.324.	Presunção judicial.....	119
1.324.1.	Conceito de presunção judicial	119
1.324.2.	Características da presunção judicial	120
1.324.3.	Requisitos da presunção judicial.....	120
1.324.4.	Presunção extraída do fato probando	123

1.324.5.	Inadmissibilidade da presunção judicial.....	124
1.324.6.	Consequências da presunção judicial	125
1.325.	Presunção legal relativa	126
1.325.1.	Espécies de presunção legal relativa	127
1.325.2.	Fundamento da presunção legal relativa.....	128
1.325.3.	Função da presunção legal relativa	128
1.325.4.	Admissibilidade da prova em contrário ao fato desconhecido ...	130
1.325.5.	Consequências da presunção legal relativa.....	131
1.326.	Presunções legais absolutas	131
§ 276.º	Regras de experiência.....	133
1.327.	Conceito de regras de experiência.....	133
1.328.	Espécies de regras de experiência	135
1.329.	Funções das regras de experiência	136
1.329.1.	Instrumento de apuração dos fatos.....	136
1.329.2.	Instrumento de apreciação da prova	137
1.329.3.	Concretização de conceitos juridicamente indeterminados ...	137
1.329.4.	Determinação de elemento de incidência.....	138
1.329.5.	Determinação de impossibilidades físicas e técnicas.....	138
1.330.	Prova das regras de experiência.....	139
§ 277.º	Momentos da prova.....	140
1.331.	Especificação da prova	140
1.331.1.	Especificação do autor	141
1.331.2.	Especificação do réu.....	143
1.332.	Proposição da prova	144
1.333.	Admissão da prova.....	145
1.334.	Produção da prova	147
1.334.1.	Tempo da produção da prova	147
1.334.2.	Lugar da produção da prova	150
1.334.3.	Órgão da produção da prova	151
1.335.	Apreciação da prova	153
1.335.1.	Sistemas de apreciação da prova.....	154
1.335.1.1.	Sistema da apreciação legal	155
1.335.1.2.	Sistema da íntima convicção.....	156
1.335.1.3.	Sistema da livre apreciação	156
1.335.1.3.1.	Requisitos da livre apreciação	158
1.335.1.3.2.	Medida da livre apreciação	159
1.335.2.	Momento da apreciação da prova.....	162
1.335.3.	Controle da apreciação da prova.....	163
§ 278.º	Ônus da prova	165
1.336.	Direito e ônus de provar	165

1.337.	Espécies de ônus da prova	168
1.338.	Funções do ônus da prova.....	172
1.338.1.	Regra de conduta	172
1.338.2.	Regra de julgamento.....	175
1.339.	Distribuição estática do ônus da prova	176
1.339.1.	Critério geral da distribuição estática	180
1.339.1.1.	Fatos constitutivos	182
1.339.1.2.	Fatos extintivos	182
1.339.1.3.	Fatos modificativos	183
1.339.1.4.	Fatos impeditivos	183
1.339.2.	Critérios especiais da distribuição estática	183
1.339.2.1.	Inversão legal direta do ônus da prova	184
1.339.2.2.	Inversão legal indireta do ônus da prova	185
1.339.3.	Critério convencional da distribuição estática.....	185
1.339.3.1.	Cabimento do negócio jurídico sobre ônus da prova.....	186
1.339.3.2.	Requisitos do negócio jurídico sobre ônus da prova.....	187
1.339.3.3.	Momento do negócio jurídico sobre ônus da prova.....	189
1.339.3.4.	Efeitos do negócio jurídico sobre ônus da prova....	189
1.340.	Distribuição dinâmica do ônus da prova	190
1.340.1.	Cabimento da distribuição dinâmica do ônus da prova	195
1.340.2.	Momento da distribuição dinâmica do ônus da prova.....	197
1.340.3.	Controle da distribuição dinâmica do ônus da prova.....	198
§ 279.º Meios de prova	199
1.341.	Fontes de prova	199
1.342.	Meios de prova	201
1.343.	Enumeração das provas	202
1.343.1.	Confissão	203
1.343.2.	Documento	204
1.343.3.	Testemunha.....	206
1.343.4.	Presunção	207
1.343.5.	Perícia	208
1.344.	Enumeração dos meios de prova.....	210
§ 280.º Classificação das provas	211
1.345.	Espécies de prova.....	211
1.345.1.	Prova pessoal e prova real	212
1.345.2.	Prova direta e prova indireta (ou crítica)	213
1.345.3.	Prova literal e testemunhal	214

1.346.	Prova pré-constituída e prova constituenda (ou casual).....	215
1.347.	Prova principal e contraprova.....	216
1.348.	Prova livre e prova plena (ou legal).....	216
1.348.1.	Prova livre.....	217
1.348.2.	Prova plena.....	218
1.348.2.1.	Prova plena da escritura pública.....	219
1.348.2.2.	Prova plena nos arquivos de imagens e sons.....	220
1.349.	Prova típica e prova atípica.....	221
1.350.	Prova lícita e prova ilícita.....	223
1.350.1.	Formas de ilicitude da prova.....	224
1.350.1.1.	Ilicitude material e ilicitude formal da prova.....	225
1.350.1.2.	Ilicitude originária e ilicitude derivada da prova ..	225
1.350.2.	Efeitos da ilicitude da prova.....	227
§ 281.º	Princípios da prova	228
1.351.	Princípio da iniciativa concorrente.....	228
1.352.	Princípio da oportunidade.....	232
1.353.	Princípio da proibição do conhecimento privado.....	233
1.354.	Princípio da contradição.....	236
1.355.	Princípio da cooperação.....	239
1.356.	Princípio da comunhão.....	241
1.357.	Princípio da imediação.....	242
1.357.1.	Imediação subjetiva.....	245
1.357.2.	Imediação objetiva.....	246
1.358.	Princípio da publicidade.....	247
1.359.	Princípio da livre apreciação.....	248
1.360.	Princípio da unidade.....	249
§ 282.º	Cooperação das partes na investigação da verdade	251
1.361.	Cooperação da parte na produção da prova.....	251
1.362.	Finalidade da cooperação da parte na produção da prova.....	252
1.363.	Dever de comparecer.....	253
1.364.	Dever de responder.....	255
1.365.	Dever de submissão.....	256
1.366.	Dever de obedecer.....	260
§ 283.º	Cooperação dos terceiros na investigação da verdade	260
1.367.	Cooperação do terceiro na produção da prova.....	260
1.368.	Fundamento do dever de cooperação do terceiro.....	261
1.369.	Finalidade do dever de cooperação do terceiro.....	263
1.370.	Objeto do dever de cooperação do terceiro.....	263
1.371.	Caráter relativo do dever de cooperação do terceiro.....	265
1.372.	Dever de informação.....	265

1.373.	Dever de exibição.....	267
1.374.	Meios de constranger o terceiro à cooperação.....	269

TÍTULO XI – INSTRUÇÃO ANTECIPADA

CAPÍTULO 58 – PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVA	271
---	------------

§ 284.º Disposições gerais da produção antecipada de prova	271
---	------------

1.375.	Conceito e natureza da produção antecipada de prova	271
1.375.1.	Pretensão à asseguaração da prova.....	272
1.375.2.	Pretensão à produção antecipada de prova	275
1.375.3.	Pretensão à constituição da prova.....	275
1.376.	Espécies de produção antecipada de prova.....	276
1.377.	Casos de dispensa da produção antecipada de prova	277
1.378.	Objeto da produção antecipada de prova.....	278
1.378.1.	Objeto da pretensão à asseguaração da prova	278
1.378.1.1.	Cabimento do depoimento pessoal.....	278
1.378.1.2.	Cabimento da inquirição de testemunhas.....	281
1.378.1.3.	Cabimento da perícia	281
1.378.1.4.	Cabimento da inspeção judicial	283
1.378.2.	Objeto da pretensão à produção antecipada de prova.....	284
1.378.3.	Objeto da pretensão à constituição de prova	285

§ 285.º Procedimento da produção antecipada de prova.....	286
--	------------

1.379.	Petição inicial na produção antecipada de prova	286
1.379.1.	Perigo de dano na antecipação da prova testemunhal.....	288
1.379.2.	Perigo de dano na antecipação da prova pericial	290
1.380.	Competência na produção antecipada de prova	290
1.380.1.	Competência na asseguaração da prova	291
1.380.2.	Competência na produção antecipada de prova	292
1.380.3.	Competência na constituição antecipada de prova.....	293
1.381.	Legitimidade na produção antecipada de prova.....	293
1.381.1.	Legitimidade ativa na produção antecipada de prova	293
1.381.2.	Legitimidade passiva na produção antecipada de prova	295
1.381.3.	Intervenção de terceiros na produção antecipada de prova....	295
1.382.	Defesa na produção antecipada de prova.....	296
1.382.1.	Cabimento da defesa na produção antecipada de prova	297
1.382.2.	Defesa processual na produção antecipada de prova	298
1.382.3.	Defesa de mérito na produção antecipada de prova	299
1.382.4.	Limitações à defesa na produção antecipada de prova.....	300
1.382.5.	Exceções processuais na produção antecipada de prova.....	300
1.382.6.	Reconvenção na produção antecipada de prova	300
1.383.	Liminar na produção antecipada de prova.....	301

1.384.	Forma da produção antecipada da prova oral.....	301
1.385.	Forma da produção antecipada da prova pericial	303
1.386.	Eficácia e julgamento da produção antecipada de prova	304
1.386.1.	Eficácia da produção antecipada de prova.....	306
1.386.2.	Despesas e honorários advocatícios na produção antecipa- da de prova	307
1.386.3.	Renovação da prova assegurada na causa principal.....	309
CAPÍTULO 59 – JUSTIFICAÇÃO		311
§ 286.º Disposições gerais da justificação		311
1.387.	Conceito e natureza da justificação.....	311
1.388.	Espécies de justificação	315
1.389.	Objeto da justificação	317
1.390.	Espécies de prova na justificação	318
1.391.	Casos de inadmissibilidade da justificação	319
§ 287.º Procedimento da justificação		320
1.392.	Petição inicial na justificação.....	320
1.393.	Competência interna na justificação.....	322
1.394.	Legitimidade na justificação	323
1.395.	Formas de citação na justificação.....	324
1.396.	Controle judicial da justificação	325
1.397.	Defesa na justificação	325
1.398.	Produção da prova documental e testemunhal.....	327
1.399.	Participação das partes na justificação	328
1.400.	Efeitos da sentença na justificação	329
TÍTULO XII – TUTELA DE URGÊNCIA E TUTELA DA EVIDÊNCIA		
CAPÍTULO 60 – MODALIDADES DA TUTELA ANTECIPADA		331
§ 288.º Evidência e urgência no processo civil.....		331
1.401.	Estrutura processual e funções instrumentais da jurisdição	331
1.402.	Problema terminológico: tutela diferenciada <i>versus</i> tutela antecipada ..	337
1.403.	Fundamento constitucional da tutela antecipada	343
1.404.	Tutela de urgência como meio de litisregulação.....	345
1.405.	Princípios da tutela de urgência	350
1.405.1.	Princípio da necessidade	350
1.405.2.	Princípio do menor gravame	350
§ 289.º Espécies de tutela de urgência		350
1.406.	Funções das medidas de urgência.....	350
1.407.	Medidas de urgência cautelares (segurança para a execução).....	351
1.407.1.	Situação cautelanda	352

1.407.2.	Perigo de dano iminente e irreparável.....	353
1.407.3.	Temporariedade	355
1.407.4.	Verossimilhança.....	357
1.407.5.	Força mandamental da sentença cautelar.....	358
1.408.	Medidas de urgência satisfativas definitivas (execução para a segurança)...	359
1.409.	Medidas de urgência satisfativas provisionais.....	360
1.410.	Classificação das medidas de urgência.....	360
1.410.1.	Medidas de urgência específicas e inespecíficas	361
1.410.2.	Medidas de urgência antecedentes e incidentes	362
§ 290.º	Características das medidas de urgência	366
1.411.	Dependência e autonomia das medidas cautelares	366
1.412.	Fungibilidade das medidas de urgência	367
1.413.	Transversalidade das medidas de urgência.....	374
CAPÍTULO 61 – DISPOSIÇÕES COMUNS ÀS TUTELAS DE URGÊNCIA E DA EVIDÊNCIA		377
§ 291.º	Competência nas tutelas de urgência e da evidência	377
1.414.	Competência interna nas tutelas de urgência e da evidência.....	377
1.415.	Competência nas medidas de urgência incidentes	378
1.416.	Competência nas medidas de urgência antecedentes	380
§ 292.º	Liminar na urgência e na evidência	382
1.417.	Conceito de liminar	382
1.418.	Natureza da liminar	383
§ 293.º	Pressupostos da liminar	385
1.419.	Enumeração dos pressupostos da liminar.....	385
1.420.	Pressupostos formais da liminar	385
1.420.1.	Iniciativa da parte na liminar.....	386
1.420.2.	Momento da iniciativa da parte na liminar	388
1.420.3.	Forma da iniciativa da parte na liminar.....	389
1.420.4.	Preclusão da iniciativa da parte na liminar	390
1.421.	Pressupostos materiais da liminar.....	391
1.421.1.	Prognóstico favorável ao autor	391
1.421.2.	Receio de dano ao autor.....	394
§ 294.º	Objeto da liminar	397
1.422.	Distinção do objeto da liminar	397
1.423.	Objeto da liminar nas medidas de urgência satisfativas.....	398
1.424.	Objeto da liminar nas medidas de urgência cautelares.....	402
§ 295.º	Etapa inicial do procedimento da liminar	403
1.425.	Limitação do contraditório na liminar	403

1.426.	Liminar com contraditório postergado (<i>inaudita altera parte</i>)	404
1.427.	Liminar com justificação prévia	406
1.427.1.	Origem e conceito de justificação prévia	406
1.427.2.	Espécies de justificação prévia	407
1.427.3.	Cabimento da justificação prévia	407
1.427.4.	Iniciativa da justificação prévia	409
1.427.5.	Finalidade e objeto da justificação prévia	410
1.427.6.	Participação na justificação prévia	410
1.427.7.	Procedimento da justificação prévia	412
1.428.	Liminar com contraditório pleno	412
1.429.	Imposição de contracautela à medida de urgência	415
1.429.1.	Cabimento da contracautela	416
1.429.2.	Espécies de contracautela	416
1.429.3.	Requisitos da contracautela	417
1.429.4.	Função da contracautela	417
1.430.	Substituição da medida de urgência por caução	418
1.430.1.	Requisitos da cautela substitutiva	418
1.430.1.1.	Adequação da substituição da medida de urgência	419
1.430.1.2.	Suficiência da substituição da medida de urgência	420
1.430.2.	Espécies de caução substitutiva	420
1.430.3.	Iniciativa na substituição	420
1.430.4.	Procedimento da substituição	421
1.431.	Motivação da liminar	421
1.432.	Momento da liminar	423
§ 296.º	Efeitos da decisão liminar	425
1.433.	Efeitos do deferimento da liminar	425
1.433.1.	Efeitos do deferimento da tutela cautelar	425
1.433.2.	Efeitos do deferimento da tutela antecipada	426
1.434.	Efeitos do indeferimento da liminar	427
§ 297.º	Etapa final do procedimento da liminar	429
1.435.	Cumprimento da liminar	429
1.436.	Recurso contra a liminar (e sentença)	431
1.436.1.	Recurso próprio contra a antecipação no provimento liminar ...	432
1.436.2.	Recurso próprio contra a antecipação no provimento final	433
1.436.3.	Limites à revisão da antecipação nos tribunais	435
1.437.	Suspensão da execução da liminar	437
1.437.1.	Fundamentos da suspensão da execução	438
1.437.2.	Objeto da suspensão da execução	438

1.437.3.	Natureza da suspensão da execução.....	439
1.437.4.	Procedimento da suspensão da execução.....	439
1.437.5.	Limites temporais da suspensão da execução.....	441
1.438.	Modificação da liminar.....	442
1.438.1.	Pressupostos da modificação.....	443
1.438.1.1.	Competência na modificação.....	443
1.438.1.2.	Mudança do estado de fato como pressuposto da modificação.....	444
1.438.1.3.	Mudança do estado de direito como pressuposto da modificação.....	445
1.438.2.	Procedimento da modificação.....	445
1.438.3.	Efeitos da modificação.....	446
1.439.	Proibição da liminar.....	447
1.439.1.	Fundamento da proibição da liminar.....	447
1.439.2.	Proibição genérica da liminar.....	448
1.439.3.	Proibição especial da liminar.....	450
1.439.3.1.	Constitucionalidade da proibição especial da liminar.....	454
1.439.3.2.	Exceções à proibição especial da liminar.....	454
1.440.	Responsabilidade em razão da efetivação da liminar.....	455
1.440.1.	Fundamento da responsabilidade do autor.....	456
1.440.2.	Pressupostos da responsabilidade do autor.....	457
1.440.3.	Natureza da responsabilidade do autor.....	458
1.440.4.	Efeitos da responsabilidade do autor.....	459
§ 298.º	Eficácia temporal da liminar.....	460
1.441.	Temporiedade da liminar.....	460
1.442.	Eficácia temporal das medidas de urgência cautelares.....	461
1.443.	Eficácia temporal das medidas de urgência satisfativas.....	464
1.443.1.	Liminar parcial e procedência total.....	465
1.443.2.	Liminar total e procedência parcial.....	465
1.443.3.	Perempção da medida liminar.....	465
1.444.	Estabilização das medidas de urgência satisfativas.....	466
1.444.1.	Natureza da estabilização.....	467
1.444.2.	Pressupostos da estabilização.....	468
1.444.3.	Efeitos da estabilização.....	470
CAPÍTULO 62 – CASOS DE TUTELA DA EVIDÊNCIA E DE TUTELA DE URGÊNCIA....		471
§ 299.º	Casos de tutela da evidência.....	471
1.445.	Função e natureza da tutela da evidência.....	471
1.446.	Pressupostos da tutela da evidência.....	472
1.446.1.	Evidente abuso de defesa.....	474

1.446.1.1.	Infundada impugnação do fato	476
1.446.1.2.	Infundada impugnação do direito	477
1.446.1.3.	Infundada exceção substancial	477
1.446.2.	Prática de atos protelatórios	479
1.446.3.	Fatos provados documentalmente e razões de direito fundadas em precedente ou súmula vinculante	480
1.446.4.	Pedido reipersecutório fundado em prova documental	480
1.446.5.	Pedido fundado em fato incontestável	481
1.447.	Iniciativa da parte na tutela da evidência	483
1.448.	Momento da tutela da evidência	484
§ 300.º	Casos especiais de tutela de urgência	484
1.449.	Medidas de urgência nas obrigações de fazer	484
1.449.1.	Cabimento e alcance das medidas de urgência em matéria de obrigações de fazer	491
1.449.2.	Pressupostos das medidas de urgência em matéria de obrigações de fazer	493
1.449.3.	Iniciativa da parte nas medidas de urgência em matéria de obrigações de fazer	494
1.449.4.	Momento das medidas de urgência em matéria de obrigações de fazer	495
1.449.5.	Impugnação das medidas de urgência em matéria de obrigações de fazer	495
1.450.	Medidas de urgência nos remédios constitucionais	495
1.450.1.	Medidas de urgência no <i>habeas corpus</i>	496
1.450.1.1.	Cabimento da liminar em <i>habeas corpus</i>	496
1.450.1.2.	Competência da liminar em <i>habeas corpus</i>	497
1.450.1.3.	Pressupostos da liminar em <i>habeas corpus</i>	497
1.450.1.4.	Momento da antecipação em <i>habeas corpus</i>	497
1.450.1.5.	Impugnação à liminar em <i>habeas corpus</i>	497
1.450.2.	Medidas de urgência no <i>habeas data</i>	498
1.450.3.	Medidas de urgência no mandado de segurança	498
1.450.3.1.	Cabimento e alcance das medidas de urgência no mandado de segurança	499
1.450.3.2.	Competência nas medidas de urgência no mandado de segurança	500
1.450.3.3.	Iniciativa da parte nas medidas de urgência no mandado de segurança	500
1.450.3.4.	Pressupostos das medidas de urgência no mandado de segurança	501
1.450.3.5.	Momento das medidas de urgência no mandado de segurança	502

1.450.3.6.	Eficácia temporal das medidas de urgência no mandado de segurança	503
1.450.3.7.	Impugnação das medidas de urgência no mandado de segurança	504
1.450.4.	Medidas de urgência no mandado de injunção.....	505
1.450.5.	Medidas de urgência na ação popular.....	506
1.450.5.1.	Cabimento e alcance das medidas de urgência na ação popular.....	506
1.450.5.2.	Competência nas medidas de urgência da ação popular.....	507
1.450.5.3.	Legitimidade nas medidas de urgência da ação popular.....	507
1.450.5.4.	Pressupostos das medidas de urgência da ação popular.....	508
1.450.5.5.	Impugnação das medidas de urgência da ação popular.....	509
1.451.	Medidas de urgência no controle de constitucionalidade	509
1.451.1.	Cabimento e natureza da medida de urgência no controle concentrado de constitucionalidade	510
1.451.2.	Competência na medida de urgência no controle de constitucionalidade	512
1.451.3.	Iniciativa da parte na medida de urgência no controle de constitucionalidade.....	513
1.451.4.	Pressupostos da medida de urgência no controle de constitucionalidade	513
1.451.5.	Procedimento da medida de urgência no controle de constitucionalidade	515
1.451.6.	Efeitos da medida de urgência no controle de constitucionalidade	516
1.451.6.1.	Efeitos da concessão da liminar.....	517
1.451.6.2.	Efeitos da denegação da liminar	518
1.451.6.3.	Efeitos da revogação da liminar	519
1.452.	Medidas de urgência na rescisória	520
1.452.1.	Natureza e objeto da medida de urgência na rescisória.....	522
1.452.2.	Pressupostos da medida de urgência na rescisória	522
1.452.3.	Competência na medida de urgência na rescisória.....	523
1.452.4.	Iniciativa da parte na medida de urgência na rescisória	525
1.452.5.	Momento da medida de urgência na rescisória.....	525
1.452.6.	Impugnação da medida de urgência na rescisória	525
1.453.	Medidas de urgência na execução.....	525
1.453.1.	Objeto das medidas de urgência na execução	526
1.453.2.	Pressupostos das medidas de urgência na execução	527

1.453.3.	Legitimidade nas medidas de urgência na execução	527
1.453.4.	Iniciativa da parte nas medidas de urgência na execução	528
1.453.5.	Momento das medidas de urgência na execução	528
1.453.6.	Impugnação das medidas de urgência na execução	528
1.454.	Medidas de urgência no processo coletivo	529
1.454.1.	Medida de urgência na ação civil pública geral	529
1.454.2.	Medidas de urgência na ação pública por improbidade administrativa	531
1.454.2.1.	Indisponibilidade patrimonial.....	532
1.454.2.2.	Sequestro de bens	535
1.454.2.3.	Afastamento de função, emprego ou cargo público.....	535
CAPÍTULO 63 – PROCEDIMENTO DA TUTELA ANTECIPADA.....		537
§ 301.º Procedimento da medida de urgência antecedente.....		537
1.455.	Demanda da parte na medida de urgência	537
1.455.1.	Causa de pedir na medida de urgência.....	539
1.455.2.	Pedido na medida de urgência.....	544
1.455.2.1.	Pedido genérico nas medidas cautelares	544
1.455.2.2.	Limites à atuação oficiosa do juiz.....	545
1.455.2.3.	Pedido genérico nas medidas satisfativas.....	546
1.455.2.4.	Cumulação de pedidos cautelares e antecipação...	546
1.455.3.	Requerimento de liminar.....	547
1.455.4.	Valor da causa nas medidas de urgência	548
1.455.5.	Indicação dos meios de prova nas medidas de urgência	550
1.455.6.	Formas de citação do réu nas medidas de urgência	551
1.455.7.	Controle da petição inicial	551
1.456.	Designação das partes na medida de urgência	551
1.457.	Determinação das partes na medida de urgência.....	552
1.457.1.	Legitimidade ativa nas medidas de urgência	552
1.457.2.	Legitimidade passiva nas medidas de urgência.....	553
1.457.3.	Litisconsórcio nas medidas de urgência.....	553
1.458.	Efeitos da propositura das medidas de urgência	554
1.458.1.	Prevenção do juízo nas medidas de urgência	555
1.458.2.	Proibição da renovação de idêntica medida de urgência	555
1.458.3.	Litigiosidade nas medidas de urgência.....	556
1.458.4.	Constituição em mora nas medidas de urgência.....	556
1.458.5.	Interrupção da prescrição nas medidas de urgência.....	557
1.459.	Defesa do réu nas medidas de urgência.....	557
1.459.1.	Prazo da defesa nas medidas de urgência	558
1.459.1.1.	Termo inicial do prazo de contestação na tutela cautelar	558

1.459.1.2.	Termo inicial do prazo de contestação na tutela antecipada	558
1.459.2.	Conteúdo da defesa nas medidas de urgência cautelares.....	559
1.459.2.1.	Contestação nas medidas de urgência cautelares ...	560
1.459.2.2.	Reconvenção nas medidas de urgência cautelares ...	561
1.459.2.3.	Exceções nas medidas de urgência cautelares	562
1.459.2.4.	Reconhecimento do pedido nas medidas de urgência cautelares	562
1.460.	Revelia do réu nas medidas de urgência.....	563
1.461.	Formulação do pedido principal	565
1.461.1.	Desnecessidade de formulação do pedido principal	567
1.461.2.	Natureza do prazo de formulação do pedido principal.....	570
1.461.3.	Termo inicial do prazo de formulação do pedido principal.....	571
1.461.4.	Termo final do prazo de formulação do pedido principal	574
1.461.5.	Efeitos da fluência do prazo de formulação do pedido principal.....	575
1.461.6.	Reunião dos processos cautelar e principal	576
1.462.	Cessaçãõ da eficácia da medida de urgência.....	577
1.463.	Fases ulteriores do procedimento das medidas de urgência	579
1.464.	Renovação das medidas de urgência	581
1.465.	Coisa julgada nas medidas de urgência	581
§ 302.º	Procedimento da tutela antecipada incidente.....	585
1.466.	Cumulação da pretensão cautelar e da pretensão principal.....	585
1.467.	Regime da pretensão cautelar incidente no processo principal	586
1.467.1.	Realização da audiência de justificação na medida de urgência incidente.....	586
1.467.2.	Prazo de defesa na medida de urgência incidente.....	587
1.467.3.	Julgamento da medida de urgência incidente	587

TÍTULO XIII – DA FORMAÇÃO DO PROCESSO

CAPÍTULO 64 – PETIÇÃO INICIAL.....	589	
§ 303.º Demanda no processo civil.....	589	
1.468.	Princípio da demanda no processo civil.....	589
1.469.	Instrumento da demanda no processo civil	593
1.470.	Formação do processo civil.....	596
1.471.	Funções da petição inicial no processo civil.....	598
1.472.	Estrutura da petição inicial no processo civil	598
§ 304.º Requisitos gerais da petição inicial.....	601	
1.473.	Endereçamento da petição inicial.....	601
1.473.1.	Ônus de localização do juízo competente	601

1.473.2.	Formulação e solução do problema de competência.....	601
1.473.3.	Resultados da solução do problema de competência	602
1.473.4.	Consequências do errôneo endereçamento da petição inicial ...	603
1.474.	Identificação das partes.....	604
1.474.1.	Ônus de identificação do réu.....	606
1.474.1.1.	Réu desconhecido.....	607
1.474.1.2.	Réu errado	607
1.474.2.	Ônus de qualificação do réu.....	611
1.475.	Exposição do fato e dos fundamentos jurídicos.....	613
1.475.1.	Razões de fato na petição inicial.....	614
1.475.2.	Razões de direito na petição inicial.....	615
1.476.	Formulação do pedido especificado	616
1.477.	Indicação do valor da causa	618
1.478.	Indicação dos meios de prova e produção da prova documental.....	620
1.479.	Manifestação de interesse ou de desinteresse na autocomposição.....	621
§ 305.º	Requisitos especiais da petição inicial	623
1.480.	Providências eventuais requeridas na inicial	623
1.481.	Requerimento de medidas de urgência	624
1.481.1.	Requerimento de medida satisfativa (execução para segu- rança).....	627
1.481.1.1.	Prognóstico favorável ao acolhimento do pedido ...	628
1.481.1.2.	Receio de dano ao objeto litigioso	630
1.481.2.	Requerimento de medida cautelar (segurança para execução) ...	630
1.482.	Requerimento de intimação ou citação de terceiros	632
1.482.1.	Requerimento de intimação dos titulares de direito real e de outros direitos	632
1.482.1.1.	Destinatários da intimação da realização de construção patrimonial	632
1.482.1.2.	Finalidades da intimação da realização de cons- trução patrimonial	633
1.482.1.3.	Consequências da falta da intimação da realiza- ção de construção patrimonial	634
1.482.2.	Requerimento de citação do chamado em garantia.....	634
1.482.3.	Requerimento de intimação do Ministério Público.....	635
1.483.	Indicação da espécie de execução.....	635
1.484.	Indicação dos bens passíveis de construção patrimonial.....	636
1.485.	Requerimento de investigação de ativos financeiros.....	637
1.486.	Prestações preparatórias e concessão da gratuidade.....	639
§ 306.º	Requisitos formais da petição inicial.....	642
1.487.	Forma da petição inicial.....	642
1.488.	Datação da petição inicial	644

1.489.	Autenticação da petição inicial.....	644
1.489.1.	Agente da autenticação.....	644
1.489.2.	Lugar da autenticação.....	645
1.489.3.	Forma da autenticação.....	645
1.489.4.	Falsidade da autenticação.....	646
1.489.5.	Suprimento da autenticação.....	646
1.490.	Indicação do endereço do advogado do autor.....	646
1.491.	Produção dos documentos indispensáveis.....	648
1.492.	Duplicados da petição inicial.....	651
CAPÍTULO 65 – EFEITOS DA FORMAÇÃO DO PROCESSO.....		653
§ 307.º Litispêndência.....		653
1.493.	Conceito de litispêndência.....	653
1.494.	Espécies de efeitos da litispêndência.....	654
1.495.	Termo inicial da litispêndência.....	655
1.496.	Termo final da litispêndência.....	657
§ 308.º Efeitos processuais da litispêndência.....		657
1.497.	Espécies de efeitos processuais da litispêndência.....	657
1.498.	Proibição de renovação da demanda.....	658
1.499.	Perpetuação da competência (<i>perpetuatio jurisdictionis</i>).....	659
1.500.	Prevenção da competência.....	660
1.501.	Perpetuação do valor (<i>perpetuatio valoris</i>).....	661
1.502.	Proibição de inovar o estado de fato.....	662
§ 309.º Efeitos materiais da litispêndência.....		664
1.503.	Espécies de efeitos materiais da litispêndência.....	664
1.504.	Litigiosidade.....	664
1.505.	Indisponibilidade patrimonial relativa.....	665
1.506.	Constituição em mora do réu.....	666
1.507.	Interrupção da prescrição e da decadência.....	667
1.507.1.	Objeto do efeito interruptivo.....	667
1.507.2.	Momento do efeito interruptivo.....	668
1.507.3.	Subsistência do efeito interruptivo perante ulterior extinção do processo.....	674
1.507.4.	Recomeço do prazo interrompido.....	675
1.508.	Averbação da demanda.....	676
1.508.1.	Natureza da averbação da demanda.....	676
1.508.2.	Objeto da averbação da demanda.....	677
1.508.3.	Procedimento da averbação da demanda.....	677
1.508.4.	Efeitos da averbação do ajuizamento.....	679
1.508.5.	Responsabilidade do exequente pela averbação indevida da demanda.....	679

CAPÍTULO 66 – CONTROLE DA PETIÇÃO INICIAL	680
§ 310.º Saneamento da petição inicial	680
1.509. Preparação do controle da formação do processo	680
1.510. Correção da petição inicial.....	681
1.510.1. Importância da correção da inicial	682
1.510.2. Fundamento da correção da inicial	683
1.510.3. Casos de correção da inicial.....	684
1.510.3.1. Petição inicial incompleta	684
1.510.3.2. Petição inicial defeituosa.....	687
1.510.4. Momento da correção da inicial.....	687
1.510.5. Conteúdo da decisão ordenatória da correção	688
1.510.6. Consequências da omissão do juiz acerca dos defeitos da inicial	688
1.510.7. Consequências da omissão do autor em corrigir os defeitos da inicial	690
1.510.8. Recurso próprio contra a decisão ordenatória da correção da inicial	690
1.511. Conversão do procedimento impróprio no próprio	691
1.512. Deferimento da petição inicial	693
1.512.1. Consequências do juízo positivo preliminar de aptidão da petição inicial.....	693
1.512.2. Recorribilidade do juízo positivo preliminar de aptidão da petição inicial.....	693
1.512.3. Efeitos do juízo positivo preliminar de aptidão da petição inicial	694
§ 311.º Indeferimento da petição inicial.....	694
1.513. Pressuposto geral do indeferimento da petição inicial.....	694
1.514. Casos típicos de indeferimento da petição inicial.....	697
1.514.1. Inépcia da petição inicial	698
1.514.1.1. Falta de pedido e de causa de pedir.....	698
1.514.1.2. Falta de congruência entre os fatos e a conclusão ...	699
1.514.1.3. Formulação de pedido indeterminado	700
1.514.1.4. Formulação de pedidos incompatíveis	702
1.514.2. Falta manifesta de legitimidade da parte.....	703
1.514.3. Falta de interesse processual	705
1.514.4. Impossibilidade de adequação do procedimento	707
1.514.5. Falta de indicação do endereço do advogado do autor.....	708
1.514.6. Falta de correção oportuna da inicial	708
1.515. Casos atípicos de indeferimento da petição inicial.....	708
1.515.1. Falta de produção dos documentos necessários	708

1.515.2.	Falta de apresentação dos duplicados	709
1.515.3.	Falta de pagamento das despesas de distribuição	709
1.515.4.	Falta de pagamento da sucumbência anterior	710
1.515.5.	Falta de depósito prévio	711
1.516.	Efeitos do indeferimento da petição inicial	711
1.516.1.	Recurso cabível contra o indeferimento da petição inicial	711
1.516.2.	Estabilidade da sentença de indeferimento da petição inicial	712
1.516.3.	Retratação da sentença de indeferimento da petição inicial	712
1.516.4.	Indeferimento parcial da petição inicial	713
1.516.5.	Comunicação ao réu do indeferimento da petição inicial	714
1.516.6.	Condenação em honorários no indeferimento da petição inicial	714
§ 312.º Julgamento prévio do mérito		715
1.517.	Cabimento do julgamento prévio do mérito	715
1.518.	Requisitos do julgamento prévio do mérito	719
1.518.1.	Causa sem necessidade de dilação probatória	719
1.518.2.	Pedido contrário à súmula do STF e do STJ	720
1.518.3.	Pedido contrário à tese jurídica firmada no julgamento de recursos repetitivos	722
1.518.4.	Pedido contrário à tese firmada na resolução de demandas repetitivas e no incidente de assunção de competência	722
1.518.5.	Pedido contrário à tese firmada pelo TJ quanto ao direito local	723
1.519.	Forma do julgamento prévio do mérito	724
1.520.	Efeitos do julgamento prévio do mérito	724
1.520.1.	Natureza da sentença no julgamento prévio do mérito	724
1.520.2.	Recurso próprio contra a sentença no julgamento prévio do mérito	724
1.520.3.	Juízo de retratação no julgamento prévio do mérito	725
1.520.4.	Citação do réu para responder ao recurso do autor	725
1.520.5.	Condenação em honorários advocatícios no julgamento prévio de mérito	726

TÍTULO XIV – DA SUSPENSÃO DO PROCESSO

CAPÍTULO 67 – ESPÉCIES E EFEITOS DA SUSPENSÃO DO PROCESSO		727
§ 313.º Eventos suspensivos no processo civil		727
1.521.	Crises da relação processual	727
1.522.	Regime das crises do processo	729
1.522.1.	Imobilização do processo	731
1.522.2.	Câmbio de procedimento	732

1.523.	Objeto da suspensão do processo	732
1.524.	Espécies de eventos suspensivos	733
1.524.1.	Suspensão obrigatória e voluntária.....	733
1.524.2.	Suspensão <i>ope legis</i> e <i>ope judicis</i>	734
1.524.3.	Suspensão própria e suspensão imprópria	734
1.524.4.	Suspensão total e parcial.....	735
1.524.5.	Suspensão típica e atípica	735
1.524.6.	Suspensão individual e geral	735
1.525.	Taxatividade da suspensão do processo	735
1.526.	Eventos e incidentes não suspensivos do processo	736
1.526.1.	Causas prejudiciais não suspensivas	737
1.526.2.	Liquidação extrajudicial não suspensiva.....	739
§ 314.º	Efeitos da suspensão do processo	739
1.527.	Proibição da prática de atos processuais	739
1.528.	Limites subjetivos da proibição da prática de atos processuais.....	740
1.529.	Limites objetivos da proibição da prática de atos processuais	740
1.530.	Natureza da proibição da prática de atos processuais	740
1.531.	Exceções à proibição da prática de atos processuais	741
1.532.	Prescrição intercorrente	744
CAPÍTULO 68 – SUSPENSÃO OBRIGATÓRIA E FACULTATIVA DO PROCESSO.....		751
§ 315.º	Suspensão obrigatória do processo na fase de cognição	751
1.533.	Casos típicos e atípicos de suspensão obrigatória	751
1.534.	Morte e incapacidade da parte	752
1.534.1.	Morte da parte no curso do processo.....	752
1.534.1.1.	Suspensão do processo conforme o momento da morte da parte	753
1.534.1.2.	Suspensão do processo conforme a qualidade da parte	755
1.534.1.3.	Suspensão do processo conforme o momento da comunicação da morte.....	756
1.534.1.4.	Suspensão do processo conforme a natureza do objeto litigioso	758
1.534.1.5.	Comunicação da morte da parte	759
1.534.1.6.	Extinção da pessoa jurídica.....	759
1.534.2.	Incapacidade da parte no curso do processo.....	760
1.534.2.1.	Controle oficial da incapacidade processual da parte	761
1.534.2.2.	Prazo para suprimento do vício da incapacidade processual da parte	761
1.534.2.3.	Efeitos da falta de suprimento do vício da incapacidade processual da parte	762

	1.534.2.3.1.	Efeito da incapacidade processual perante o autor.....	762
	1.534.2.3.2.	Efeito da incapacidade processual perante o réu.....	763
	1.534.2.3.3.	Efeito da incapacidade processual perante o terceiro.....	764
1.535.		Morte e incapacidade do representante legal da parte.....	765
	1.535.1.	Morte e incapacidade do representante da pessoa natural.....	767
	1.535.2.	Morte e incapacidade do representante da pessoa jurídica.....	767
1.536.		Morte, incapacidade, maternidade ou paternidade do representante técnico da parte.....	767
	1.536.1.	Espécies de vícios da representação técnica.....	769
	1.536.2.	Suspensão do processo em razão da falta ou de defeito na representação técnica.....	770
	1.536.2.1.	Aquisição de capacidade plena pela pessoa natural.....	771
	1.536.2.2.	Transformações da pessoa jurídica.....	772
	1.536.3.	Efeitos da falta de suprimento da inexistência e dos defeitos na representação técnica.....	772
	1.536.4.	Maternidade ou paternidade do representante técnico.....	772
1.537.		Pendência de eventos externos.....	774
	1.537.1.	Programa geral e particular de autocomposição.....	774
	1.537.2.	Incidente de resolução de demandas repetitivas.....	775
	1.537.3.	Incidente de julgamento de recursos repetitivos.....	776
1.538.		Oposição de exceção de parcialidade do juiz.....	777
1.539.		Pendência de prejudicial externa.....	780
	1.539.1.	Conceito de prejudicialidade no processo civil.....	781
	1.539.2.	Espécies de prejudicialidade no processo civil.....	782
	1.539.3.	Causas prejudiciais suspensivas no processo civil.....	782
	1.539.3.1.	Prejudicial externa penal.....	783
	1.539.3.2.	Prejudicial externa civil.....	783
	1.539.3.3.	Prejudicial externa administrativa.....	786
	1.539.4.	Efeitos da prejudicial externa civil.....	788
	1.539.5.	Prazo de suspensão por prejudicialidade externa civil.....	788
	1.539.6.	Consequências do prosseguimento do processo subordinado...	789
1.540.		Força maior suspensiva.....	789
1.541.		Pendência da produção de prova ou da ocorrência de fato.....	790
	1.541.1.	Produção de prova em outro juízo.....	790
	1.541.1.1.	Requisitos da suspensão em virtude da produção da prova em outro juízo.....	791
	1.541.1.2.	Termo inicial da suspensão em virtude da produção da prova em outro juízo.....	792

1.541.1.3.	Termo final da suspensão em virtude da produção da prova em outro juízo	792
1.541.2.	Ocorrência de determinado fato	793
1.542.	Pendência do incidente de admissão de terceiros	793
1.542.1.	Suspensão do processo em razão da intervenção principal	794
1.542.2.	Suspensão em razão do chamamento em garantia	794
1.542.3.	Suspensão em razão do chamamento ao processo	795
1.543.	Pendência da verificação da capacidade do réu	796
1.544.	Pendência do incidente de falsidade	797
1.545.	Pendência do atentado	799
1.546.	Pendência de embargos de terceiro	801
1.547.	Suspensão na pendência do recesso forense.....	804
1.547.1.	Subsistência das férias forenses ou recesso.....	804
1.547.2.	Período das férias forenses ou recesso.....	806
1.547.3.	Consequências das férias forenses ou recesso	807
1.548.	Pendência de conflito de competência.....	807
§ 316.º	Suspensão obrigatória do processo na fase de execução.....	808
1.549.	Casos típicos e atípicos de suspensão obrigatória na fase de execução...	808
1.550.	Suspensão por força da impugnação do executado.....	810
1.550.1.	Necessidade de requerimento de efeito suspensivo na impugnação	811
1.550.2.	Caráter <i>ope judicis</i> da suspensão.....	811
1.550.3.	Pressupostos do efeito suspensivo na impugnação.....	812
1.550.4.	Contracautela do exequente e prosseguimento da execução....	813
1.550.5.	Recurso cabível contra a decisão do incidente de suspensão na impugnação	814
1.551.	Suspensão por força do pedido de remição (adjudicação por terceiro)....	814
1.552.	Suspensão pela frustração da alienação de imóvel de incapaz.....	815
1.553.	Suspensão pela falta de localização do executado ou de bens penhoráveis	815
1.554.	Suspensão dilatória da execução.....	819
1.554.1.	Âmbito da suspensão dilatória do processo.....	819
1.554.2.	Forma e prazo da postulação do executado da suspensão dilatória	820
1.554.3.	Efeitos da postulação do executado da suspensão dilatória	821
1.554.4.	Conteúdo e requisitos da postulação da suspensão dilatória....	822
1.554.5.	Contraditório na postulação da suspensão dilatória.....	823
1.554.6.	Efeitos do deferimento da suspensão dilatória	824
1.554.7.	Cessaçao da suspensão dilatória do processo.....	825
§ 317.º	Suspensão facultativa do processo	825
1.555.	Suspensão convencional na fase de conhecimento.....	825

1.555.1.	Natureza jurídica da suspensão convencional.....	825
1.555.2.	Requisitos da suspensão convencional	826
1.555.3.	Termo inicial da suspensão convencional.....	827
1.555.4.	Termo final da suspensão convencional.....	827
1.556.	Suspensão convencional na fase de execução	827

TÍTULO XV – EXTINÇÃO DO PROCESSO

CAPÍTULO 69 – EXTINÇÃO DO PROCESSO.....	831	
§ 318.º Modalidades da extinção do processo.....	831	
1.557.	Formas da extinção do processo.....	831
1.558.	Conceito de sentença no processo civil	834
1.559.	Classificação das sentenças no processo civil	840
1.559.1.	Sentença definitiva e sentença terminativa.....	840
1.559.2.	Sentença global e sentença parcial	842
1.559.3.	Sentença de procedência e sentença de improcedência	843
1.559.4.	Sentença contraditória e sentença não contraditória.....	843
1.560.	Oportunidade da emissão do provimento final	843
§ 319.º Causas da emissão do provimento final	845	
1.561.	Emissão do provimento final	845
1.562.	Causas de extinção das atividades de cognição	846
1.563.	Causas de extinção das atividades de execução	848
1.564.	Causas de extinção das atividades de asseguaração.....	849
§ 320.º Conteúdo do provimento final	849	
1.565.	Conteúdo das sentenças terminativas	849
1.566.	Conteúdo das sentenças definitivas	850
1.566.1.	Conteúdo das sentenças definitivas de improcedência.....	850
1.566.2.	Conteúdo das sentenças definitivas de procedência.....	854
1.566.2.1.	Sentença condicional	855
1.566.2.2.	Sentença limitada	857
1.566.2.3.	Sentença dispositiva	859
1.566.2.4.	Sentença alternativa	860
1.566.2.5.	Sentença genérica	861
1.566.2.6.	Sentença impositiva.....	865
§ 321.º Capítulos da sentença.....	868	
1.567.	Conceito de capítulo da sentença.....	868
1.568.	Espécies de capítulos da sentença.....	870
1.569.	Classificação dos capítulos da sentença	871
1.570.	Efeitos dos capítulos da sentença	872

§ 322.º Defeitos das sentenças	873
1.571. Conceito e fundamento dos defeitos das sentenças	873
1.572. Inexistência da sentença	875
1.573. Classificação das incongruências ou vícios intrínsecos das sentenças....	879
1.574. Incongruências quanto à motivação.....	880
1.574.1. Incongruência da motivação insuficiente	880
1.574.2. Incongruência da motivação inexistente.....	882
1.575. Incongruências quanto à extensão.....	883
1.575.1. Incongruência <i>extra petita</i>	883
1.575.2. Incongruência <i>ultra petita</i>	883
1.575.3. Incongruência <i>citra petita</i>	884
1.576. Correção das incongruências da sentença	885
§ 323.º Correção da sentença	886
1.577. Possibilidade de correção da sentença	886
1.578. Fundamento da correção da sentença.....	888
1.579. Pressupostos da correção da sentença.....	889
1.580. Meios de correção da sentença.....	889
1.581. Momento da correção da sentença	891
1.582. Objeto da correção da sentença	891
1.582.1. Erros materiais	891
1.582.2. Erros de fato	893
1.583. Efeitos da correção da sentença.....	895
CAPÍTULO 70 – SENTENÇAS TERMINATIVAS	896
§ 324.º Sentenças terminativas no processo de conhecimento	896
1.584. Função da sentença terminativa.....	896
1.585. Iniciativa das partes na emissão da sentença terminativa	899
§ 325.º Espécies de sentenças terminativas no processo de conhecimento	901
1.586. Sentença de indeferimento da petição inicial	901
1.587. Sentença fundada no abandono bilateral.....	902
1.587.1. Conceito de abandono bilateral	902
1.587.2. Requisitos do abandono bilateral.....	903
1.587.3. Efeitos do abandono bilateral.....	906
1.588. Sentença fundada no abandono unilateral	906
1.588.1. Conceito de abandono unilateral.....	906
1.588.2. Requisitos do abandono unilateral	907
1.588.3. Efeitos do abandono unilateral	909
1.589. Sentença fundada na desistência da ação	909
1.589.1. Conceito e natureza da desistência da ação.....	909
1.589.2. Espécies da desistência da ação	911

1.589.3.	Requisitos da desistência da ação	911
1.589.3.1.	Requisitos formais da desistência da ação.....	911
1.589.3.2.	Requisitos subjetivos da desistência da ação	912
1.589.3.3.	Requisitos temporais da desistência da ação	915
1.589.4.	Efeitos da desistência da ação	916
1.590.	Sentença fundada na falta de pressuposto processual	918
1.590.1.	Sentença fundada na preempção.....	920
1.590.2.	Sentença fundada na litispendência.....	921
1.590.2.1.	Conceito e natureza da objeção de litispendência ...	921
1.590.2.2.	Oportunidade da objeção de litispendência	922
1.590.2.3.	Legitimidade para alegar a objeção de litispen- dência.....	923
1.590.2.4.	Requisitos de admissibilidade da objeção de litispendência	924
1.590.2.5.	Instrução da objeção de litispendência	925
1.590.2.6.	Tramitação da objeção de litispendência	926
1.590.2.7.	Efeitos da objeção de litispendência	926
1.590.3.	Sentença fundada em coisa julgada.....	927
1.591.	Sentença fundada na falta de condição da ação	929
1.592.	Sentença fundada na existência de convenção de arbitragem	933
1.592.1.	Espécies de convenção de arbitragem	933
1.592.2.	Iniciativa do réu perante a convenção da arbitragem	933
1.592.3.	Renúncia tácita à convenção de arbitragem	934
1.592.4.	Convenção de arbitragem superveniente à formação do processo.....	934
1.592.5.	Efeitos da convenção de arbitragem	935
1.592.6.	Reconhecimento da competência pelo tribunal arbitral	936
1.593.	Sentença fundada na intransmissibilidade do objeto litigioso	937
1.593.1.	Intransmissibilidade absoluta do objeto litigioso	938
1.593.2.	Intransmissibilidade relativa do objeto litigioso	938
1.593.3.	Intransmissibilidade parcial do objeto litigioso	938
1.593.4.	Efeitos da intransmissibilidade do objeto litigioso	939
1.594.	Sentença fundada em confusão subjetiva	940
1.595.	Sentença fundada em outras causas	941
1.595.1.	Sentença fundada na ausência de pressuposto processual subjetivo	941
1.595.2.	Sentença fundada na falta de pressuposto processual objeti- vo extrínseco	942
1.595.3.	Sentença fundada na superveniência da ação contida	942
1.596.	Sentença fundada na inutilidade da tutela.....	943
1.596.1.	Fundamento da inutilidade da tutela	944
1.596.2.	Natureza da inutilidade da tutela	944

1.596.3. Requisitos da inutilidade da tutela.....	944
1.596.4. Efeitos da inutilidade da tutela.....	945
CAPÍTULO 71 – SENTENÇAS DEFINITIVAS.....	947
§ 326.º Sentenças definitivas no processo de conhecimento.....	947
1.597. Função da sentença definitiva.....	947
1.598. Estrutura formal da sentença definitiva.....	948
§ 327.º Sentença de procedência e de improcedência.....	948
1.599. Conceito de julgamento do pedido.....	948
1.600. Requisitos do julgamento do pedido.....	949
1.601. Efeitos do julgamento do pedido.....	950
§ 328.º Sentença fundada no reconhecimento do pedido.....	951
1.602. Conceito de reconhecimento do pedido.....	951
1.603. Natureza do reconhecimento do pedido.....	953
1.604. Espécies de reconhecimento do pedido.....	954
1.605. Legitimados ao reconhecimento do pedido.....	955
1.606. Momento do reconhecimento do pedido.....	957
1.607. Forma do reconhecimento do pedido.....	957
1.608. Objeto do reconhecimento do pedido.....	958
1.609. Efeitos do reconhecimento do pedido.....	960
§ 329.º Sentença fundada em transação.....	964
1.610. Conceito de transação.....	964
1.611. Natureza jurídica da transação.....	965
1.612. Espécies de transação.....	967
1.613. Requisitos da transação.....	970
1.614. Figurantes da transação.....	970
1.615. Momento da transação.....	972
1.616. Forma da transação.....	973
1.617. Objeto da transação.....	974
1.618. Efeitos da transação.....	976
§ 330.º Sentença fundada na decadência e na prescrição.....	980
1.619. Natureza da sentença fundada na decadência e na prescrição.....	980
1.620. Efeito interruptivo da prescrição em razão da formação do processo.....	981
1.621. Irrelevância do vencimento do prazo de decadência após a formação do processo.....	981
1.622. Distinção entre prescrição e decadência.....	982
1.623. Fundamento do destaque à sentença de mérito fundada na decadência e na prescrição.....	985
1.624. Momento da emissão da sentença de mérito fundada na decadência e na prescrição.....	987
1.625. Efeitos da decadência e da prescrição.....	989

§ 331.º Sentença fundada na renúncia do autor	989
1.626. Conceito de renúncia.....	989
1.627. Natureza jurídica da renúncia.....	990
1.628. Espécies de renúncia	991
1.629. Legitimados à renúncia	992
1.630. Forma da renúncia.....	993
1.631. Momento da renúncia	994
1.632. Objeto da renúncia	995
1.633. Efeitos da renúncia	996
CAPÍTULO 72 – SENTENÇAS NA EXECUÇÃO	999
§ 332.º Modalidades da extinção da execução ou cumprimento.....	999
1.634. Causas da emissão do provimento final na execução.....	999
1.635. Forma do provimento final na execução.....	1001
1.636. Eficácia do provimento final na execução	1004
1.637. Espécies de provimentos finais na execução ou cumprimento	1006
§ 333.º Extinção imprópria na execução ou cumprimento.....	1006
1.638. Sentença de indeferimento da petição inicial	1006
1.639. Sentença fundada no abandono bilateral.....	1009
1.640. Sentença fundada no abandono unilateral	1010
1.641. Sentença fundada na desistência da execução	1010
1.641.1. Conceito e natureza da desistência da execução	1011
1.641.2. Espécies de desistência da execução	1011
1.641.3. Requisitos da desistência da execução	1011
1.641.3.1. Requisitos formais da desistência da execução....	1012
1.641.3.2. Requisitos subjetivos da desistência da execução ...	1012
1.641.3.3. Requisitos temporais da desistência da execução ...	1013
1.641.4. Efeitos da desistência da execução	1014
1.642. Sentença fundada na falta de pressuposto processual	1016
1.642.1. Subsistência dos pressupostos da pretensão a executar inci- dental	1017
1.642.2. Casos de falta de pressupostos da pretensão a executar	1019
1.643. Sentença fundada na falta de condição da ação	1021
1.644. Sentença fundada na intransmissibilidade do objeto litigioso	1021
1.645. Sentença fundada na confusão subjetiva.....	1022
1.646. Sentença fundada em outras causas processuais	1022
1.646.1. Sentença fundada na falta de integração de litisconsorte necessário.....	1022
1.646.2. Sentença fundada na ausência de pressuposto processual subjetivo	1023

1.646.3.	Sentença fundada na falta de pressuposto processual objetivo extrínseco	1024
1.647.	Sentença fundada na inutilidade da tutela	1024
1.648.	Sentença fundada na liberação do executado	1025
§ 334.º	Extinção própria da execução ou cumprimento	1027
1.649.	Sentença fundada no cumprimento espontâneo	1027
1.649.1.	Cumprimento voluntário na execução em geral	1027
1.649.2.	Cumprimento voluntário na expropriação (remição da execução)	1029
1.649.2.1.	Distinção da remição da execução com figuras afins	1029
1.649.2.2.	Procedimento da remição da execução	1030
1.649.2.2.1.	Momento adequado da remição da execução	1031
1.649.2.2.2.	Legitimidade para remir a execução	1032
1.649.2.2.3.	Oposição do credor à remição da execução	1032
1.649.2.2.4.	Objeto do depósito na remição da execução	1032
1.649.2.2.5.	Recurso cabível contra o indeferimento da remição da execução...	1033
1.649.2.3.	Efeitos da remição da execução	1033
1.650.	Sentença fundada no cumprimento forçado	1034
CAPÍTULO 73 – EFEITOS DAS SENTENÇAS	1036
§ 335.º	Efeitos comuns das sentenças	1036
1.651.	Efeito vinculativo da sentença	1036
1.652.	Efeito imperativo da sentença	1037
1.653.	Efeito probatório da sentença	1037
1.654.	Efeito extintivo da sentença	1038
1.655.	Efeito consumativo da sentença	1039
§ 336.º	Efeitos da sentença terminativa	1041
1.656.	Efeito vinculativo externo da sentença terminativa	1041
1.657.	Subsistência parcial dos efeitos litispendência	1042
§ 337.º	Efeitos da sentença definitiva	1043
1.658.	Efeitos naturais da sentença definitiva	1043
1.659.	Efeitos secundários da sentença definitiva	1046
1.660.	Efeitos da sentença definitiva no tempo	1047
1.660.1.	Eficácia do ato	1049

1.660.2.	Eficácia do conteúdo	1050
1.661.	Efeitos da sentença perante terceiros.....	1052
1.661.1.	Efeitos do processo individual.....	1053
1.661.1.1.	Interessados de fato	1055
1.661.1.2.	Interessados titulares de relação jurídica com- patível.....	1056
1.661.1.3.	Interessados titulares de relação dependente	1056
1.661.1.4.	Interessados titulares de relação incompatível	1056
1.661.1.5.	Interessados titulares de relação homogênea	1056
1.661.2.	Efeitos do processo coletivo.....	1057
1.661.3.	Efeitos do processo objetivo	1059
1.662.	Momento da produção dos efeitos	1060
1.662.1.	Efeitos dependentes da divulgação da sentença.....	1062
1.662.2.	Efeitos dependentes do trânsito em julgado da sentença	1062
1.663.	Efeito vinculativo em matéria constitucional e infraconstitucional	1063
1.663.1.	Conceito do efeito vinculante.....	1064
1.663.2.	Fundamento do efeito vinculante	1065
1.663.3.	Limites subjetivos do efeito vinculante.....	1066
1.663.4.	Limites objetivos do efeito vinculante	1066
1.663.5.	Efeito vinculante infraconstitucional.....	1069
1.664.	Divulgação da sentença.....	1071

CONTEÚDO EXTRA PROVIEW

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO

ÍNDICE LEGISLATIVO

ÍNDICE ONOMÁSTICO

BIBLIOGRAFIA

ESTRUTURA DA OBRA COMPLETA

ARAKEN DE ASSIS

**VOLUME
IV**

**3.ª EDIÇÃO
REVISTA,
ATUALIZADA
E AMPLIADA**

PROCESSO CIVIL BRASILEIRO

PARTE ESPECIAL

**PROCEDIMENTO COMUM
(DA DEMANDA À COISA JULGADA)**



**REUTERS
REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**



Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Emanuel Silva, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiárias: Ana Carolina Francisco, Francisco Prado e Marco Antonio Fonseca

Produção Editorial

Gerente de Conteúdo

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Thyara Pina da Silva

Analistas de Operações Editoriais: Carina Baptista, Caroline Vieira, Damares Regina Feilcio, Danielle Castro de Morais, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patricia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Gabriela Cavalcante Lino e Victória Menezes Pereira

Estagiárias: Beatriz Hammond, Bianca Satie Abduch, Caroline Dubovicki e Gabrielly N. C. Saraiva

Capa: Linotec

Lider de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILIA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araujo Evangelista

1220399

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Assis, Araken de

Processo civil brasileiro, volume IV: parte especial: procedimento comum (da demanda à coisa julgada) / Araken de Assis. -- 3. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2022.

ISBN 978-65-260-0999-4

Bibliografia.

1. Processo civil 2. Processo civil - Brasil I. Título.

22-114192

CDU-347.9(81)

Índices para catálogo sistemático: 1. Brasil: Direito processual 347.9 (81)

2. Brasil: Processo civil 347.9(81)

Sumário

ESTRUTURA DA OBRA	7
NOTA PRÉVIA	9
LISTA DE ABREVIATURAS	51

LIVRO 2 – PROCEDIMENTO COMUM

TÍTULO I – ETAPA POSTULATÓRIA

CAPÍTULO 74 – DEMANDA DO AUTOR	55
§ 338.º Conteúdo da petição inicial	55
1.665. Demanda do autor	55
1.666. Endereçamento da demanda.....	58
1.667. Partes na demanda	60
§ 339.º Razões da demanda	63
1.668. Razões de fato e razões de direito da demanda.....	63
1.669. Causa de pedir passiva da demanda	63
1.670. Causa de pedir ativa na demanda	63
1.671. Cumulação de causas de pedir na demanda	64
1.672. Direito de defesa e razões de fato	65
1.673. Razões de direito da demanda.....	65
§ 340.º Pedido do autor	66
1.674. Força e efeitos da ação no pedido.....	66
1.675. Efeitos do pedido	67
1.676. Espécies de pedido	67
1.677. Cumulação de pedidos.....	68
1.678. Especificações do pedido	68
1.679. Modificações do pedido	69
§ 341.º Elementos complementares da demanda	70
1.680. Valor da causa.....	70
1.681. Prova das razões de fato	71

§ 342.º Requerimentos da petição inicial	72
1.682. Requerimento de citação do réu.....	72
1.683. Requerimento de tutela de urgência	75
1.684. Requerimento de citação ou de intimação de terceiro	77
1.685. Requerimento do benefício da gratuidade	78
§ 343.º Instrução da petição inicial	82
1.686. Documentação da demanda.....	82
1.687. Duplicação da petição inicial.....	85
§ 344.º Distribuição da petição inicial	86
1.688. Entrega da demanda.....	86
1.688.1. Espécies de distribuição.....	87
1.688.2. Correção da distribuição.....	88
1.688.3. Modificação da distribuição	89
1.689. Pagamento das despesas iniciais.....	89
CAPÍTULO 75 – PROVIMENTO LIMINAR	92
§ 345.º Objeto do provimento liminar	92
1.690. Fundamento do provimento liminar.....	92
1.691. Objeto do provimento liminar	93
1.692. Natureza do provimento liminar	94
§ 346.º Provimento liminar preparatório	97
1.693. Correção da petição inicial.....	97
1.693.1. Petição inicial incompleta.....	99
1.693.2. Petição inicial defeituosa	102
1.694. Adaptação da petição inicial.....	103
§ 347.º Provimento liminar positivo	105
1.695. Conteúdo do provimento liminar positivo	105
1.696. Vinculação ao provimento liminar positivo	106
1.697. Efeitos do provimento liminar positivo.....	106
§ 348.º Provimento liminar negativo	108
1.698. Indeferimento da petição inicial.....	108
1.698.1. Condições do indeferimento da petição inicial	109
1.698.2. Casos de indeferimento da petição inicial.....	111
1.698.3. Efeitos do indeferimento da petição inicial.....	112
1.699. Improcedência liminar do pedido.....	115
1.699.1. Condições da improcedência liminar do pedido.....	117
1.699.2. Efeitos da improcedência liminar do pedido	118

CAPÍTULO 76 – CITAÇÃO DO RÉU E AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E DE MEDIAÇÃO	121
§ 349.º Modalidades da citação	121
1.700. Importância da citação do réu.....	121
1.701. Funções da citação do réu.....	124
1.702. Dispensa da citação do réu.....	125
1.703. Comparecimento espontâneo do réu.....	126
§ 350.º Citação real do réu	129
1.704. Forma da citação real do réu.....	129
1.705. Importância da citação real do réu.....	130
1.706. Citação pelo correio.....	131
1.707. Citação por oficial de justiça.....	132
1.708. Citação por meio eletrônico.....	133
1.709. Citação pelo escrivão ou chefe de secretaria.....	134
§ 351.º Citação ficta do réu	135
1.710. Procedimento edital no processo civil.....	135
1.711. Carácter residual da citação ficta.....	136
§ 352.º Impedimentos à citação	137
1.712. Impedimento em razão do lugar.....	137
1.713. Impedimento em razão do tempo.....	138
1.714. Impedimento em razão do estado.....	140
§ 353.º Efeitos da citação	143
1.715. Destinatário dos efeitos da citação.....	143
1.716. Efeitos processuais da citação.....	144
1.717. Efeitos materiais da citação.....	146
1.718. Estabilização da demanda.....	150
1.719. Ineficácia da citação.....	154
§ 354.º Renovação da citação	155
1.720. Repetição da citação.....	155
1.721. Segunda citação.....	156
§ 355.º Audiência de conciliação e de mediação	156
1.722. Designação da audiência de conciliação e de mediação.....	156
1.723. Obrigatoriedade da audiência de conciliação e de mediação.....	157
1.724. Participantes da audiência de conciliação e de mediação.....	158
1.724.1. Participação do órgão judiciário.....	159
1.724.2. Participação do conciliador ou do mediador.....	159
1.724.3. Participação das partes.....	159

1.724.4.	Participação do representante técnico	161
1.725.	Estrutura da audiência de conciliação e de mediação.....	161
1.726.	Desistência da audiência de conciliação e de mediação.....	162
1.727.	Falta de comparecimento na audiência de conciliação e de mediação...	163
1.728.	Resultados da audiência de conciliação e de mediação.....	163
CAPÍTULO 77 – RESPOSTA DO RÉU		165
§ 356.º Reação do réu.....		165
1.729.	Conceito de resposta	165
1.730.	Espécies de resposta	169
1.731.	Prazo da resposta	170
1.732.	Forma da resposta.....	173
1.733.	Destinatário da resposta.....	175
1.733.1.	Pressupostos da mudança de destinatário da resposta.....	176
1.733.2.	Efeitos da mudança de destinatário da resposta.....	177
1.733.3.	Resolução antecipada do problema de competência.....	177
1.734.	Lugar da resposta	178
§ 357.º Contestação		178
1.735.	Conceito de contestação	178
1.736.	Conteúdo da contestação.....	180
1.737.	Requisitos gerais da contestação	184
1.737.1.	Endereçamento da contestação	185
1.737.2.	Identificação e qualificação do contestante	186
1.737.3.	Exposição das razões de fato e das razões de direito da defesa ...	188
1.737.4.	Especificação dos meios de prova na contestação.....	189
1.737.5.	Requerimentos da contestação	190
1.738.	Requisitos formais da contestação	191
1.738.1.	Forma da contestação	191
1.738.2.	Datação da contestação	193
1.738.3.	Autenticação da contestação	193
1.738.4.	Instrução da contestação	194
1.738.5.	Endereço de intimações.....	195
1.739.	Efeitos da contestação	196
1.740.	Aditamento da contestação.....	198
1.740.1.	Fatos conhecíveis <i>ex officio</i>	198
1.740.2.	Fatos supervenientes.....	198
1.740.3.	Fatos alegáveis a qualquer tempo	200
1.741.	Desentranhamento da contestação.....	200
§ 358.º Reconvenção.....		202
1.742.	Conceito da reconvenção.....	202

1.743.	Natureza da reconvenção.....	205
1.744.	Requisitos genéricos da reconvenção.....	209
1.744.1.	Competência do juízo na reconvenção.....	210
1.744.2.	Interesse processual na reconvenção.....	210
1.744.3.	Legitimidade ativa e passiva na reconvenção.....	211
1.745.	Requisitos específicos da reconvenção.....	215
1.745.1.	Pendência do processo.....	215
1.745.2.	Compatibilidade do procedimento.....	215
1.745.3.	Conexão de causas.....	217
1.746.	Oportunidade da reconvenção.....	219
1.747.	Efeitos da reconvenção.....	221
1.748.	Procedimento da reconvenção.....	221
1.748.1.	Forma da reconvenção.....	222
1.748.2.	Controle da reconvenção.....	223
1.748.3.	Chamamento do reconvido.....	224
1.748.4.	Resposta do reconvido.....	226
1.748.5.	Providências preliminares na reconvenção.....	227
1.749.	Julgamento da reconvenção.....	228
§ 359.º	Exceções.....	230
1.750.	Natureza das exceções autônomas.....	230
1.751.	Oportunidade das exceções autônomas.....	233
1.752.	Efeitos das exceções autônomas.....	234
1.752.1.	Efeito suspensivo da exceção de incompetência.....	234
1.752.2.	Efeitos da exceção de parcialidade.....	235
1.753.	Exceção de incompetência.....	236
1.753.1.	Objeto da exceção de incompetência.....	237
1.753.2.	Legitimidade na exceção de incompetência.....	238
1.753.3.	Procedimento da exceção de incompetência.....	239
1.753.4.	Efeitos do julgamento da exceção de incompetência.....	242
1.754.	Exceção de parcialidade.....	242
1.754.1.	Objeto da exceção de parcialidade.....	243
1.754.2.	Legitimidade na exceção de parcialidade.....	243
1.754.3.	Procedimento da exceção de parcialidade.....	244
1.754.4.	Efeitos do julgamento da exceção de parcialidade.....	247
§ 360.º	Variantes da resposta.....	247
1.755.	Correção da legitimidade passiva.....	247
1.756.	Chamamento de terceiro.....	251
1.757.	Suscitação de incidentes autônomos.....	253
1.757.1.	Impugnação da distribuição.....	254
1.757.2.	Arguição de falsidade.....	257
1.757.3.	Impugnação ao número de litisconsortes ativos.....	261

1.758. Declaração incidente.....	263
§ 361.º Revelia do réu.....	265
1.759. Inatividade do réu.....	265
1.760. Efeitos da revelia.....	266
1.761. Eliminação da revelia.....	268
§ 362.º Reconhecimento do pedido.....	269
1.762. Adesão do réu.....	269
1.763. Requisitos da adesão.....	270
1.764. Efeitos da adesão.....	271

TÍTULO II – ETAPA DO SANEAMENTO

CAPÍTULO 78 – PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES.....	273
§ 363.º Estrutura da etapa de saneamento.....	273
1.765. Concentração do saneamento do processo.....	273
1.766. Enumeração das providências preliminares.....	277
1.766.1. Providências típicas.....	278
1.766.2. Providências atípicas.....	279
1.766.2.1. Intervenção do Ministério Público.....	279
1.766.2.2. Intervenção de terceiros.....	280
1.766.2.3. Integração de litisconsorte.....	281
1.766.2.4. Contradição da prova documental.....	281
1.766.2.5. Arguição de falsidade.....	281
1.767. Função das providências preliminares.....	281
1.768. Oportunidade das providências preliminares.....	283
1.769. Desnecessidade das providências preliminares.....	284
§ 364.º Especificação de provas na revelia.....	285
1.770. Denominação da providência preliminar na revelia.....	285
1.771. Requisitos da especificação de provas na revelia.....	286
1.771.1. Existência e validade da citação do revel.....	286
1.771.2. Revelia desprovida da presunção de veracidade.....	287
1.771.2.1. Presunção de veracidade perante litisconsórcio passivo.....	288
1.771.2.2. Presunção de veracidade perante direitos indisponíveis.....	289
1.771.2.3. Presunção de veracidade perante falta de prova documental indispensável.....	289
1.771.2.4. Presunção de veracidade perante fatos inverossímeis, impossíveis e improváveis ou contrariados pela prova documental.....	289
1.771.3. Impossibilidade de extinção do processo.....	290

1.772.	Determinação da especificação de provas.....	290
1.773.	Atitudes do autor na especificação de provas.....	291
1.773.1.	Proposição de provas na revelia	291
1.773.2.	Omissão de provas na revelia	293
1.774.	Admissão das provas na revelia	293
1.775.	Aquisição do direito de provar pelo réu	294
§ 365.º	Réplica do autor.....	295
1.776.	Conceito e natureza da réplica.....	295
1.777.	Funções da réplica	296
1.778.	Réplica à defesa processual.....	297
1.778.1.	Pressupostos da réplica à defesa processual	297
1.778.2.	Prazo da réplica à defesa processual	299
1.778.3.	Conteúdo da réplica à defesa processual.....	299
1.778.4.	Efeitos da réplica à defesa processual	301
1.779.	Réplica à defesa de mérito indireta	302
1.779.1.	Pressupostos da réplica à defesa de mérito indireta.....	303
1.779.2.	Prazo da réplica à defesa de mérito indireta	304
1.779.3.	Conteúdo da réplica à defesa de mérito indireta	304
1.779.4.	Efeitos da réplica à defesa de mérito indireta.....	306
1.780.	Réplica à prova documental.....	307
1.781.	Tréplica do réu	308
§ 366.º	Pedido de declaração incidental.....	310
1.782.	Suscitação de questão prejudicial na contestação	310
1.783.	Prazo do pedido do autor de declaração incidental	312
1.784.	Efeitos do pedido do autor de declaração incidental.....	312
1.785.	Procedimento do pedido de declaração incidental	313
1.785.1.	Forma do pedido de declaração incidental	313
1.785.2.	Chamamento do réu no pedido de declaração incidental	313
1.785.3.	Resposta do réu ao pedido de declaração incidental	314
1.785.4.	Processamento e julgamento do pedido de declaração incidental	315
§ 367.º	Suprimento dos vícios processuais.....	316
1.786.	Suprimento (da inexistência) e saneamento (dos vícios) do processo	316
1.787.	Iniciativa da atividade de saneamento.....	318
1.788.	Prazo da atividade de saneamento.....	318
CAPÍTULO 79 – PRECIPITAÇÃO DO JULGAMENTO		320
§ 368.º	Estrutura do julgamento conforme o estado do processo	320
1.789.	Natureza do julgamento conforme o estado do processo	320
1.790.	Esquema do julgamento conforme o estado do processo.....	322

1.791.	Iniciativa da parte no julgamento conforme o estado do processo	326
1.792.	Ordem do julgamento conforme o estado do processo.....	328
§ 369.º	Extinção do processo	332
1.793.	Antecedentes das causas extintivas com ou sem resolução do mérito	332
1.794.	Causas de extinção do processo sem resolução do mérito.....	333
1.795.	Causas de extinção do processo com resolução do mérito	335
1.795.1.	Julgamento fundado no reconhecimento do pedido.....	336
1.795.2.	Julgamento fundado na transação	338
1.795.3.	Julgamento fundado na prescrição e na decadência.....	340
1.795.4.	Julgamento fundado na renúncia.....	341
1.796.	Obrigatoriedade da extinção do processo	343
§ 370.º	Julgamento antecipado do mérito	343
1.797.	Conceito e natureza do julgamento antecipado do mérito	343
1.798.	Admissibilidade do julgamento antecipado do mérito	348
1.798.1.	Julgamento antecipado no caso da existência de defesa.....	350
1.798.1.1.	Inexistência de controvérsia sobre alegação de fato.....	352
1.798.1.2.	Existência de controvérsia sobre alegação de fato.....	352
1.798.2.	Julgamento antecipado no caso de inexistência de defesa	356
1.798.2.1.	Julgamento antecipado no caso de pedido in-controverso.....	358
1.799.	Obrigatoriedade do julgamento antecipado do mérito.....	360
1.800.	Efeitos do julgamento antecipado do mérito	360
1.801.	Nulidade do julgamento antecipado do mérito	361
1.802.	Controle do julgamento antecipado do mérito	363
CAPÍTULO 80 – SANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO.....		365
§ 371.º	Audiência preliminar	365
1.803.	Conceito e natureza da audiência preliminar	365
1.804.	Estrutura da audiência preliminar	372
1.805.	Etapas da audiência preliminar	373
1.806.	Cabimento da audiência preliminar	375
1.807.	Facultatividade da audiência preliminar	378
1.808.	Designação da audiência preliminar	380
1.808.1.	Prazo de designação da audiência preliminar	381
1.808.2.	Conteúdo da designação da audiência preliminar.....	381
1.809.	Participantes da audiência preliminar.....	382
1.810.	Etapa da tentativa de conciliação na audiência preliminar	383
1.811.	Etapa do saneamento na audiência preliminar	384

1.811.1.	Objeto do saneamento do processo	385
1.811.2.	Obrigatoriedade do saneamento do processo	389
1.811.3.	Efeitos do saneamento do processo	391
1.811.3.1.	Estabilização da decisão de saneamento do processo	391
1.811.3.2.	Integração e esclarecimento das alegações das partes.....	395
1.811.4.	Recorribilidade do saneamento do processo	396
1.811.5.	Correção do saneamento do processo	397
1.812.	Etapa da preparação da instrução e do julgamento na audiência preliminar	398
1.812.1.	Fixação do tema da prova	398
1.812.2.	Admissão dos meios de prova	400
1.812.3.	Distribuição do ônus da prova.....	401
1.812.4.	Delimitação das questões de direito	403
1.812.5.	Preparação consensual da instrução e do julgamento	404
1.813.	Etapa da designação da audiência principal	404
1.814.	Documentação da audiência preliminar	405
§ 372.º	Decisão de saneamento e organização do processo	407
1.815.	Conceito e natureza da decisão de saneamento	407
1.816.	Fundamento da decisão de saneamento	410
1.817.	Pressupostos da decisão de saneamento	410
1.818.	Prazo da decisão de saneamento.....	411
1.819.	Objeto da decisão de saneamento.....	411
1.819.1.	Questões prévias eventuais no saneamento.....	412
1.819.2.	Questões prévias obrigatórias no saneamento	412
1.819.3.	Saneamento explícito e saneamento implícito	413
1.820.	Obrigatoriedade da decisão de saneamento	414
1.821.	Efeitos da decisão de saneamento.....	415
1.821.1.	Prosseguimento do processo	415
1.821.2.	Estabilização do objeto litigioso	416
1.821.3.	Preclusão das questões prévias de mérito	419
1.822.	Recorribilidade da decisão de saneamento.....	421

TÍTULO III – ETAPA DA INSTRUÇÃO

CAPÍTULO 81 – PROCEDIMENTO PROBATÓRIO	423	
§ 373.º Fase da instrução	423	
1.823.	Natureza da instrução.....	423
1.824.	Composição da instrução.....	424
1.825.	Etapas da instrução.....	425
1.826.	Ordem da instrução	425

§ 374.º Etapa da proposição da prova	426
1.827. Momento da proposição da prova.....	426
1.828. Forma da proposição da prova	427
1.829. Efeitos da proposição da prova	428
§ 375.º Etapa da admissão da prova	429
1.830. Momento da admissão da prova.....	429
1.831. Forma da admissão da prova	430
1.832. Conteúdo da admissão da prova	431
1.833. Efeitos da admissão da prova.....	432
§ 376.º Etapa da produção da prova	434
1.834. Momento da produção da prova	434
1.834.1. Produção da prova em primeiro grau	434
1.834.2. Produção da prova em segundo grau.....	435
1.834.3. Produção antecipada da prova	438
1.835. Forma da produção da prova	439
1.836. Princípios da produção da prova.....	439
1.836.1. Princípio da concentração dos atos de instrução	439
1.836.2. Princípio da imediação nos atos de instrução	440
1.836.3. Princípio do contraditório nos atos de instrução.....	442
1.837. Recepção da prova	443
§ 377.º Etapa da apreciação da prova	445
1.838. Momento da apreciação da prova	445
1.839. Sistema da apreciação da prova.....	446
1.840. Revisão da apreciação da prova.....	447
§ 378.º Meios de prova atípicos	448
1.841. Conceito de prova atípica.....	448
1.842. Requisitos de admissão da prova atípica	449
1.842.1. Legalidade da prova atípica	449
1.842.2. Moralidade da prova atípica	449
1.842.3. Contradição na prova atípica.....	449
1.842.4. Subsidiariedade da prova atípica	449
1.843. Espécies de provas atípicas	450
1.844. Prova emprestada	451
1.844.1. Admissibilidade da prova emprestada.....	451
1.844.2. Requisitos da prova emprestada	456
1.844.3. Efeitos da invalidade da prova emprestada.....	457
1.845. Depoimento escrito	458
1.846. Requisição de informações	459
1.846.1. Natureza da requisição de informações	460

1.846.2.	Requisitos da requisição de informações	461
1.846.3.	Procedimento da requisição de informações.....	461
1.847.	Comportamento processual	462
1.848.	Juramento	465
1.849.	Depoimento técnico	467
1.850.	Constatação oficial.....	469
1.851.	Ata notarial	470
CAPÍTULO 82 – DEPOIMENTO PESSOAL.....		473
§ 379.º Depoimento da parte em geral		473
1.852.	Conceito e natureza do depoimento da parte	473
1.853.	Espécies de depoimento da parte.....	476
1.854.	Funções do depoimento da parte.....	478
1.855.	Princípios do depoimento da parte.....	479
1.855.1.	Princípio da pessoalidade.....	479
1.855.2.	Princípio da informalidade.....	479
1.855.3.	Princípio da publicidade.....	480
§ 380.º Requisitos do depoimento da parte		480
1.856.	Aptidão para depor	480
1.856.1.	Depoimento do revel.....	481
1.856.2.	Depoimento dos litisconsortes.....	482
1.856.3.	Depoimento dos terceiros.....	484
1.856.3.1.	Depoimento do assistente.....	484
1.856.3.2.	Depoimento do <i>amicus curiae</i>	485
1.856.3.3.	Depoimento do Ministério Público	485
1.856.4.	Depoimento do substituto processual	486
1.857.	Capacidade para depor	486
1.857.1.	Depoimento das pessoas naturais.....	487
1.857.1.1.	Depoimento dos incapazes	487
1.857.1.2.	Depoimento dos necessitados especiais.....	489
1.857.2.	Depoimento das pessoas jurídicas.....	489
1.858.	Objeto do depoimento da parte.....	491
§ 381.º Procedimento do depoimento da parte		492
1.859.	Admissão do depoimento da parte	492
1.859.1.	Caráter principal do depoimento da parte	493
1.859.2.	Depoimento em causa própria (<i>in re sua</i>) da parte	493
1.859.3.	Interesse no depoimento da parte	494
1.860.	Intimação prévia da parte	494
1.860.1.	Destinatário da intimação para depoimento	495
1.860.2.	Modalidades da intimação para depoimento	495

1.860.3.	Antecedência da intimação para depoimento	496
1.860.4.	Consequência da falta de cominação da confissão	496
1.861.	Momento do depoimento da parte	497
1.862.	Local do depoimento da parte	499
1.863.	Forma do depoimento da parte	500
1.863.1.	Etapa preparatória do depoimento	502
1.863.1.1.	Identificação do depoente	502
1.863.1.2.	Movimentação do depoente	502
1.863.1.3.	Compromisso do depoente	503
1.863.2.	Etapa do interrogatório do depoente	505
1.863.2.1.	Interrogatório pelo juiz	505
1.863.2.2.	Interrogatório pelo advogado	506
1.863.3.	Etapa da documentação do depoimento	508
1.864.	Escusas no depoimento da parte	509
1.864.1.	Natureza do direito de calar	509
1.864.2.	Casos do direito de calar	510
1.864.2.1.	Escusa em caso de ilícito	511
1.864.2.2.	Escusa em caso de sigilo	512
1.864.2.3.	Escusa em caso de desonra	514
1.864.2.4.	Escusa em caso de perigo	514
1.864.3.	Efeitos do direito de calar	516
1.865.	Recusa de depor	517
1.865.1.	Recusa motivada	518
1.865.1.1.	Fatos desconhecidos	518
1.865.1.2.	Fatos esquecidos	520
1.865.2.	Recusa desmotivada	520
1.865.3.	Momento da apreciação da recusa	521
1.866.	Renovação do depoimento da parte	521
§ 382.º	Força probante do depoimento da parte	522
1.867.	Confissão provocada expressa e ficta no depoimento da parte	522
1.868.	Apreciação do depoimento da parte	524
CAPÍTULO 83 – DA CONFISSÃO	525
§ 383.º	Confissão em geral	525
1.869.	Conceito de confissão	525
1.870.	Natureza da confissão	528
1.871.	Espécies de confissão	531
1.871.1.	Confissão judicial	532
1.871.1.1.	Confissão judicial expressa e confissão judicial <i>ficta</i>	533
1.871.1.2.	Confissão judicial espontânea e confissão judi- cial provocada	533

1.871.2.	Confissão extrajudicial	533
1.871.2.1.	Confissão extrajudicial escrita e confissão extrajudicial oral	534
1.871.2.2.	Confissão extrajudicial feita à parte e confissão extrajudicial feita a terceiro	535
1.871.3.	Confissão pura e confissão qualificada.....	535
1.871.4.	Confissão divisível e confissão indivisível	536
1.872.	Confissão e institutos afins.....	537
§ 384.º	Elementos da confissão	539
1.873.	Enumeração dos elementos da confissão	539
1.874.	Aptidão para confessar	539
1.874.1.	Confissão do revel.....	540
1.874.2.	Confissão do litisconsorte.....	542
1.874.3.	Confissão dos terceiros.....	543
1.874.3.1.	Confissão do chamado ao processo	543
1.874.3.2.	Confissão do chamado em garantia	544
1.874.4.	Confissão do substituto processual.....	545
1.875.	Capacidade para confessar	546
1.875.1.	Confissão das pessoas naturais	546
1.875.1.1.	Confissão do representante voluntário	546
1.875.1.2.	Confissão do incapaz.....	547
1.875.1.3.	Confissão do representante legal.....	548
1.875.1.4.	Confissão de necessitado especial.....	549
1.875.1.5.	Confissão da pessoa casada	550
1.875.1.6.	Confissão do falido.....	550
1.875.2.	Confissão das pessoas jurídicas.....	551
1.876.	Vontade de declarar	552
1.876.1.	Consciência do agente da confissão	553
1.876.2.	Voluntariedade do agente da confissão	553
1.877.	Objeto da confissão	554
1.878.	Indivisibilidade da confissão	556
§ 385.º	Confissão extrajudicial.....	558
1.879.	Momento da confissão extrajudicial	558
1.880.	Forma da confissão extrajudicial	559
1.880.1.	Confissão extrajudicial escrita.....	562
1.880.2.	Confissão extrajudicial oral.....	563
1.881.	Produção da confissão extrajudicial.....	565
§ 386.º	Confissão judicial.....	565
1.882.	Momento da confissão judicial.....	565
1.882.1.	Momento da confissão judicial espontânea.....	566

1.882.2.	Momento da confissão judicial provocada.....	567
1.883.	Forma da confissão judicial	567
1.883.1.	Confissão judicial espontânea.....	567
1.883.2.	Confissão judicial provocada.....	569
§ 387.º	Invalidação da confissão	569
1.884.	Causas de anulação da confissão	569
1.884.1.	Anulação por erro de fato.....	572
1.884.2.	Anulação por coação	573
1.885.	Meios de invalidação da confissão	574
1.886.	Anulação da confissão antes do trânsito em julgado.....	574
1.887.	Anulação da confissão após o trânsito em julgado	577
1.888.	Transmissibilidade da pretensão à invalidação	578
§ 388.º	Força probante da confissão	579
1.889.	Apreciação da confissão judicial	579
1.890.	Apreciação da confissão extrajudicial.....	582
CAPÍTULO 84 – EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA	585	
§ 389.º	Exibição incidental de documento e de coisa.....	585
1.891.	Conceito da exibição incidental	585
1.892.	Fundamento da exibição incidental.....	589
1.893.	Natureza da exibição incidental	590
§ 390.º	Objeto da exibição incidental	591
1.894.	Objeto genérico da exibição incidental.....	591
1.895.	Exibição incidental de coisas móveis	592
1.896.	Exibição incidental de documentos	593
1.897.	Exibição incidental da escrituração empresarial	595
1.897.1.	Caráter exemplificativo dos casos de exibição integral	598
1.897.2.	Iniciativa da parte na exibição integral	598
1.897.3.	Âmbito subjetivo da exibição integral.....	598
1.897.4.	Forma da exibição integral.....	599
1.897.5.	Casos de exibição integral.....	600
1.897.5.1.	Exibição incidental em caso de sociedade.....	600
1.897.5.2.	Exibição incidental em caso de sucessão.....	600
1.897.5.3.	Exibição incidental em caso de comunhão	600
1.897.5.4.	Exibição incidental em caso de administração	601
1.897.5.5.	Exibição incidental em caso de gestão à conta de outrem.....	601
1.897.5.6.	Exibição incidental em caso de falência ou con- cordata	601

§ 391.º Procedimento da exibição perante contraparte	602
1.898. Momento da exibição incidental perante contraparte	602
1.899. Pedido de exibição incidental perante contraparte	603
1.899.1. Legitimidade ativa e passiva no pedido de exibição incidental entre partes	603
1.899.1.1. Legitimidade ativa na exibição incidental entre partes.....	604
1.899.1.2. Legitimidade passiva na exibição incidental entre partes.....	604
1.899.2. Competência no pedido de exibição incidental	606
1.899.3. Requisitos gerais do pedido de exibição incidental.....	606
1.899.4. Requisitos especiais do pedido de exibição incidental	606
1.899.4.1. Individualização do objeto da exibição.....	607
1.899.4.2. Interesse na exibição do documento ou da coisa...	608
1.899.4.3. Indicação da existência e da posse do documento ou da coisa	609
1.899.5. Controle do requerimento de exibição incidental.....	610
1.900. Forma de chamamento da contraparte na exibição incidental	610
1.901. Prazo de defesa da contraparte na exibição incidental	611
1.902. Conteúdo da resposta ao pedido de exibição incidental.....	611
1.902.1. Escusa fundada na preservação da vida privada	613
1.902.2. Escusa fundada no sigilo profissional.....	614
1.902.3. Escusa fundada no receio de dano.....	617
1.902.4. Escusa fundada em disposição legal.....	617
1.903. Forma da exibição incidental pela contraparte.....	617
1.904. Lugar da exibição incidental pela contraparte	619
1.905. Efeitos do julgamento da exibição incidental entre partes.....	619
1.905.1. Capítulo principal do julgamento da pretensão à exibição entre partes.....	620
1.905.2. Natureza do julgamento da exibição incidental entre partes...	622
1.905.3. Capítulo acessório no julgamento da exibição incidental entre partes.....	622
§ 392.º Procedimento da exibição contra terceiro	622
1.906. Momento da exibição incidental contra terceiro	622
1.907. Petição inicial da exibição incidental contra terceiro	623
1.907.1. Competência no pedido de exibição incidental contra terceiro	623
1.907.2. Requisitos do pedido de exibição incidental contra terceiro...	624
1.907.3. Controle da petição inicial na exibição incidental contra terceiro.....	626
1.908. Forma do chamamento do terceiro na exibição incidental.....	626

1.909.	Prazo de resposta do terceiro na exibição incidental.....	626
1.910.	Conteúdo da resposta do terceiro na exibição incidental	626
1.911.	Liminar na exibição contra terceiro	628
1.912.	Efeitos do julgamento da exibição incidental contra terceiro	628
1.912.1.	Capítulo principal da exibição incidente contra terceiro.....	628
1.912.2.	Natureza do julgamento da exibição incidente contra terceiro...	629
1.912.3.	Capítulo acessório da exibição incidente contra terceiro	630
§ 393.º	Força probante da exibição incidental.....	630
1.913.	Apreciação do objeto da exibição incidental.....	630
CAPÍTULO 85 – PROVA DOCUMENTAL		632
§ 394.º	Documentos em geral.....	632
1.914.	Conceito de documento	632
1.915.	Elementos do documento	634
1.915.1.	Autoria do documento	635
1.915.2.	Suporte do documento.....	636
1.915.3.	Conteúdo do documento.....	637
1.916.	Espécies de documento.....	638
1.916.1.	Documentos públicos e documentos particulares	638
1.916.2.	Instrumento público e instrumento privado.....	639
1.916.2.1.	Instrumento público.....	639
1.916.2.2.	Instrumento particular	640
1.916.3.	Documentos autógrafos e documentos eterógrafos.....	641
1.916.4.	Documentos diretos e documentos indiretos.....	641
1.916.5.	Documentos gráficos e documentos estampados	641
1.916.6.	Documentos dispositivos e documentos narrativos.....	641
1.916.7.	Documentos pré-constituídos e documentos casuais	642
1.916.8.	Documentos originais e documentos reproduzidos	642
1.916.9.	Documentos assinados e documentos não assinados	642
1.916.10.	Documentos físicos e documentos eletrônicos	642
1.917.	Defeitos materiais do documento	644
1.917.1.	Espécies de defeitos materiais dos documentos.....	645
1.917.2.	Correção dos defeitos materiais dos documentos	646
1.917.3.	Eficácia probatória do documento defeituoso	646
1.918.	Perda do documento original	647
1.919.	Produção do documento estrangeiro.....	649
§ 395.º	Documentos públicos.....	651
1.920.	Espécies de documentos públicos.....	651
1.920.1.	Documento público judicial	651
1.920.2.	Documento público notarial	651

1.920.3.	Documento público administrativo	654
1.921.	Eficácia probatória dos documentos públicos	654
1.921.1.	Eficácia probatória dos documentos públicos em geral	655
1.921.1.1.	Eficácia probatória das declarações dispositivas ...	656
1.921.1.2.	Eficácia probatória das declarações narrativas	658
1.921.2.	Eficácia probatória da escritura pública	659
1.922.	Reproduções dos documentos públicos	662
1.922.1.	Espécies de reproduções.....	663
1.922.1.1.	Certidão	663
1.922.1.2.	Traslado	664
1.922.1.3.	Extrato	666
1.922.1.4.	Pública forma	666
1.922.1.5.	Cópia	667
1.922.2.	Reproduções dos documentos judiciais	667
1.922.3.	Reproduções dos documentos notariais	669
1.922.4.	Reproduções dos documentos administrativos.....	669
1.922.5.	Reproduções dos documentos eletrônicos	669
1.923.	Desconsideração do documento público	672
1.923.1.	Natureza da desconsideração do instrumento público.....	672
1.923.2.	Requisitos da desconsideração do instrumento público	674
1.923.2.1.	Relatividade da forma especial do documento público	674
1.923.2.2.	Vício exclusivo do documento público	675
1.923.2.3.	Observância das formalidades do documento particular	676
1.923.3.	Efeitos da desconsideração do instrumento público.....	677
§ 396.º	Documentos particulares	677
1.924.	Espécies de documentos particulares.....	677
1.925.	Eficácia probatória dos documentos particulares.....	679
1.925.1.	Eficácia das declarações dispositivas do documento particular...	680
1.925.2.	Eficácia probatória das declarações enunciativas do documento particular	681
1.925.3.	Âmbito subjetivo da eficácia probatória do documento particular	682
1.925.4.	Indivisibilidade do documento particular.....	683
1.926.	Autoria do documento particular	684
1.926.1.	Forma da assinatura	684
1.926.2.	Espécies de assinatura.....	685
1.926.3.	Reconhecimento notarial da assinatura	687
1.926.4.	Reconhecimento judicial da assinatura.....	688
1.926.5.	Efeitos da assinatura.....	689

1.927.	Data dos documentos particulares.....	689
1.927.1.	Eficácia da data entre os figurantes.....	690
1.927.2.	Eficácia da data perante terceiros.....	690
1.928.	Reproduções dos documentos particulares.....	692
1.928.1.	Reproduções autenticadas do documento particular.....	693
1.928.2.	Reproduções simples do documento particular.....	694
§ 397.º	Documentos particulares especiais.....	695
1.929.	Documentos transmitidos.....	695
1.929.1.	Autoria do documento transmitido.....	696
1.929.2.	Correspondência do documento transmitido.....	698
1.930.	Documentos domésticos.....	699
1.930.1.	Prova do recebimento de crédito.....	701
1.930.2.	Prova da existência de dívida.....	701
1.930.3.	Prova dos fatos em geral.....	701
1.931.	Documentos anotados.....	702
1.932.	Documentos empresariais.....	703
1.932.1.	Espécies de documentos empresariais.....	703
1.932.2.	Eficácia dos documentos empresariais.....	705
1.932.2.1.	Prova contrária ao empresário.....	705
1.932.2.1.1.	Natureza da prova contrária ao empresário.....	705
1.932.2.1.2.	Alcance subjetivo da prova contrária ao empresário.....	706
1.932.2.1.3.	Alcance objetivo da prova contrária ao empresário.....	706
1.932.2.2.	Prova favorável ao empresário.....	707
1.932.3.	Princípio da indivisibilidade dos documentos empresariais.....	708
1.933.	Documentos diretos.....	708
1.933.1.	Requisitos da produção da prova direta.....	710
1.933.2.	Oportunidade da impugnação da prova direta.....	712
1.933.3.	Forma e conteúdo da impugnação da prova direta.....	712
1.933.4.	Efeitos da impugnação da prova direta.....	713
§ 398.º	Documentos eletrônicos.....	714
1.934.	Conceito de documento eletrônico.....	714
1.935.	Eficácia probatória do documento eletrônico.....	716
1.936.	Reproduções do documento eletrônico.....	718
§ 399.º	Produção da prova documental.....	719
1.937.	Formas de produção da prova documental.....	719
1.938.	Produção espontânea da prova documental.....	720
1.938.1.	Controle da produção espontânea de documentos.....	721

1.938.2.	Objeto da produção espontânea de documentos	722
1.938.3.	Efeitos da produção espontânea de documentos	724
1.939.	Produção forçada da prova documental.....	725
1.939.1.	Exibição de documento particular	725
1.939.2.	Requisição de documentos públicos	726
1.939.2.1.	Requisitos da requisição de documentos públicos.....	727
1.939.2.2.	Procedimento da requisição de documentos públicos.....	728
1.939.2.2.1.	Forma da requisição dos documentos públicos.....	728
1.939.2.2.2.	Prazo da requisição dos documentos públicos.....	729
1.939.2.2.3.	Efeitos da pendência da requisição dos documentos públicos	729
1.939.2.2.4.	Atitudes da autoridade administrativa requisitada	729
1.939.2.2.5.	Despesas na requisição de documentos públicos.....	730
1.939.2.2.6.	Extração de cópias dos documentos públicos.....	731
1.939.2.3.	Efeitos da requisição de documentos públicos	731
1.940.	Momento da produção da prova documental.....	732
1.940.1.	Momento da produção espontânea da prova documental	732
1.940.2.	Momento da produção forçada da prova documental	734
1.941.	Contradição da prova documental.....	735
1.941.1.	Momento da contradição da prova documental.....	735
1.941.2.	Formas de contradição da prova documental.....	736
1.941.3.	Legitimados na contradição da prova documental	737
1.941.4.	Objeto da contradição da prova documental.....	737
1.941.5.	Efeitos da contradição da prova documental.....	739
1.941.5.1.	Efeitos da contradição do documento público.....	739
1.941.5.2.	Efeitos da contradição do documento particular...	741
1.942.	Produção de documentos novos	741
1.942.1.	Prova dos fatos supervenientes	742
1.942.2.	Contraprova dos fatos articulados.....	743
1.942.3.	Documentos formados posteriormente	744
1.942.4.	Documentos desconhecidos, inacessíveis ou indisponíveis ...	744
§ 400.º Arguição de falsidade.....		745
1.943.	Espécies de falsidade documental.....	745
1.944.	Objeto da arguição de falsidade	747

1.945.	Natureza da arguição de falsidade.....	749
1.946.	Oportunidade da arguição de falsidade.....	750
1.946.1.	Prazo da arguição de falsidade.....	750
1.946.2.	Quantitativo do prazo da arguição de falsidade.....	752
1.946.3.	Contagem do prazo da arguição de falsidade.....	753
1.947.	Iniciativa da arguição de falsidade.....	753
1.947.1.	Legitimidade ativa na arguição de falsidade.....	755
1.947.2.	Legitimidade passiva na arguição de falsidade.....	757
1.948.	Suscitação da arguição de falsidade.....	758
1.948.1.	Suscitação da falsidade no primeiro grau.....	758
1.948.1.1.	Competência na arguição de falsidade.....	758
1.948.1.2.	Forma da arguição de falsidade.....	758
1.948.1.3.	Controle da admissibilidade da arguição de falsidade.....	760
1.948.1.4.	Intervenção do Ministério Público na arguição de falsidade.....	761
1.948.2.	Suscitação da falsidade no segundo grau.....	761
1.948.2.1.	Autos da arguição de falsidade tardia.....	761
1.948.2.2.	Objeto da arguição de falsidade tardia.....	762
1.948.2.3.	Competência do tribunal na arguição de falsidade tardia.....	762
1.948.2.4.	Processamento da arguição de falsidade tardia ...	764
1.949.	Efeitos da arguição de falsidade.....	765
1.950.	Defesa na arguição de falsidade.....	766
1.950.1.	Prazo de resposta na arguição de falsidade.....	766
1.950.2.	Modalidades de resposta na arguição de falsidade.....	766
1.950.3.	Atitudes do suscitado na arguição de falsidade.....	767
1.951.	Instrução da arguição de falsidade.....	768
1.952.	Decisão da arguição de falsidade.....	769
1.952.1.	Momento da decisão da arguição de falsidade.....	769
1.952.2.	Regra de julgamento da arguição de falsidade.....	770
1.952.3.	Recurso próprio da decisão da arguição de falsidade.....	770
1.952.4.	Efeitos da decisão da arguição de falsidade.....	771
1.952.5.	Autoridade da decisão da arguição de falsidade.....	772
§ 401.º Apreciação da prova documental.....		773
1.953.	Sistemática da apreciação da prova documental.....	773
1.954.	Interpretação da prova documental.....	775
CAPÍTULO 86 – PROVA TESTEMUNHAL.....		777
§ 402.º Prova documental em geral.....		777
1.955.	Conceito de testemunha.....	777

1.956.	Fonte do conhecimento da testemunha	779
1.956.1.	Depoimento de ciência própria.....	780
1.956.2.	Depoimento de ciência alheia.....	780
1.957.	Espécies de testemunhas	781
1.957.1.	Testemunha <i>de visu</i> e testemunha <i>ex auditu</i>	782
1.957.2.	Testemunha instrumentária e testemunha do juízo (ou judicial)	782
1.957.3.	Testemunha referente e testemunha referida	784
1.957.4.	Testemunha compromissada e testemunha informante	784
§ 403.º Cabimento da prova testemunhal.....		785
1.958.	Sistemas de admissibilidade da prova testemunhal	785
1.959.	Inadmissibilidade da prova testemunhal	787
1.959.1.	Fatos já provados por confissão.....	788
1.959.2.	Fatos já provados por documento	789
1.959.3.	Fatos dependentes da prova documental.....	791
1.959.4.	Fatos subordinados à prova pericial	792
1.960.	Inadmissibilidade da prova testemunhal exclusiva	793
1.960.1.	Âmbito objetivo da restrição à prova testemunha exclusiva....	795
1.960.1.1.	Determinação <i>ad valorem</i> do objeto da restrição da prova testemunhal exclusiva.....	796
1.960.1.2.	Determinação do fato negocial objeto da restrição da prova testemunhal exclusiva.....	798
1.960.2.	Âmbito subjetivo da restrição à prova testemunhal exclusiva...	800
1.961.	Admissibilidade da prova testemunhal complementar	802
1.961.1.	Prova testemunhal complementar ao começo de prova escrita.....	803
1.961.1.1.	Função do começo de prova	803
1.961.1.2.	Conceito e natureza do começo de prova	804
1.961.1.3.	Requisitos do começo de prova	805
1.961.2.	Prova testemunhal subsidiária à impossibilidade da prova escrita.....	805
1.961.2.1.	Impossibilidade material da prova escrita.....	806
1.961.2.2.	Impossibilidade moral da prova escrita	806
1.962.	Admissibilidade da prova testemunhal plena	808
§ 404.º Estatuto da testemunha.....		811
1.963.	Aptidão da testemunha	811
1.963.1.	Deposição da pessoa jurídica	813
1.963.2.	Deposição do juiz	814
1.964.	Capacidade da testemunha.....	816
1.964.1.	Incapacidade da pessoa absolutamente incapaz.....	818

1.964.2.	Incapacidade da pessoa sem discernimento	819
1.964.3.	Incapacidade da pessoa sensorialmente deficiente	819
1.964.4.	Incapacidade da pessoa interessada.....	820
1.964.4.1.	Interesse em razão da incompatibilidade de funções.....	820
1.964.4.2.	Interesse em razão de parcialidade	822
1.964.4.3.	Interesse em razão de excessos emocionais	824
1.964.5.	Incapacidade do cônjuge e dos parentes.....	824
1.965.	Deveres da testemunha	825
1.965.1.	Dever de comparecer da testemunha	826
1.965.2.	Dever de depor da testemunha	827
1.965.3.	Dever de veracidade da testemunha.....	827
1.966.	Direitos da testemunha	828
1.966.1.	Direito de convocação prévia	828
1.966.2.	Direito à audição do juiz	828
1.966.3.	Direito de recusar a deposição	830
1.966.4.	Direito ao tratamento digno	830
1.966.5.	Direito ao reembolso das despesas da testemunha.....	831
1.966.5.1.	Objeto do reembolso da testemunha	831
1.966.5.2.	Iniciativa do reembolso da testemunha.....	832
1.966.5.3.	Responsabilidade pelo reembolso da testemunha ...	833
1.966.5.4.	Forma do reembolso da testemunha	833
§ 405.º	Produção da prova testemunhal	833
1.967.	Admissão da prova testemunhal	833
1.968.	Tempo da prova testemunhal	836
1.968.1.	Depoimento prestado <i>ante causam</i>	836
1.968.1.1.	Depoimento antecipado em razão de ausência ...	837
1.968.1.2.	Depoimento antecipado em razão da idade.....	837
1.968.1.3.	Depoimento antecipado em razão da saúde	838
1.968.2.	Depoimento prestado por carta	838
1.968.3.	Depoimento antecipado incidentalmente	839
1.969.	Lugar da prova testemunhal	839
1.970.	Depósito do rol de testemunhas	842
1.970.1.	Funções do rol de testemunhas.....	843
1.970.2.	Requisitos do rol de testemunhas	844
1.970.3.	Prazo do rol de testemunhas.....	846
1.970.4.	Forma do rol de testemunhas	847
1.970.5.	Efeitos do rol de testemunhas.....	849
1.971.	Número de testemunhas arroladas	849
1.971.1.	Limitação <i>ope legis</i> do número de testemunhas	849
1.971.1.1.	Alcance objetivo da limitação <i>ope legis</i> do nú- mero de testemunhas	851

1.971.1.2.	Alcance subjetivo da limitação <i>ope legis</i> do número de testemunhas.....	852
1.971.2.	Limitação <i>ope judicis</i> do número de testemunhas	852
1.972.	Intimação da testemunha	855
1.972.1.	Forma da intimação para depor	855
1.972.2.	Meios da intimação para depor.....	857
1.972.3.	Destinatário da intimação para depor	859
1.972.4.	Requisição para depor.....	860
1.972.5.	Antecedência da intimação para depor.....	861
1.973.	Comparecimento da testemunha.....	861
1.974.	Qualificação da testemunha	862
1.974.1.	Identificação da testemunha	863
1.974.2.	Costumes da testemunha.....	864
1.975.	Compromisso da testemunha.....	865
1.975.1.	Sujeitos do compromisso.....	867
1.975.2.	Forma do compromisso	867
1.975.3.	Recusa do compromisso	868
1.975.4.	Efeitos do compromisso.....	869
1.976.	Forma do depoimento da testemunha.....	869
1.976.1.	Assistência do juiz	871
1.976.2.	Intérprete na inquirição	873
1.976.3.	Urbanidade da inquirição.....	874
1.976.4.	Requisitos da inquirição	876
1.976.4.1.	Audição individual.....	876
1.976.4.2.	Audição ordenada.....	877
1.976.4.3.	Audição isolada	879
1.976.5.	Matéria da inquirição	880
1.976.6.	Técnicas de inquirição	881
1.976.6.1.	Deposição livre.....	882
1.976.6.2.	Deposição questionada.....	884
1.976.6.2.1.	Proibição da pergunta impertinente	887
1.976.6.2.2.	Proibição da pergunta capciosa.....	887
1.976.6.2.3.	Proibição da pergunta vexatória....	888
1.977.	Documentação do depoimento da testemunha.....	888
1.977.1.	Conteúdo do termo de depoimento.....	889
1.977.2.	Subscrição do termo de depoimento.....	891
§ 406.º	Incidentes da prova testemunhal.....	891
1.978.	Ausência da testemunha	891
1.978.1.	Testemunha intimada	892
1.978.1.1.	Ausência motivada da testemunha intimada	892

1.978.1.2.	Ausência desmotivada da testemunha intimada ...	894
1.978.1.2.1.	Pena de condução.....	894
1.978.1.2.2.	Sanções financeiras	896
1.978.2.	Testemunha levada.....	896
1.979.	Dispensa da testemunha	897
1.979.1.	Dispensa da(s) testemunha(s) supérflua(s)	897
1.979.2.	Dispensa da(s) testemunha(s) abandonadas(s)	898
1.980.	Recusa de depor da testemunha.....	899
1.980.1.	Natureza da recusa de depor	899
1.980.2.	Momento da recusa de depor	900
1.980.3.	Forma da recusa de depor.....	901
1.980.4.	Causas da recusa de depor.....	902
1.980.4.1.	Recusa em defesa da vida.....	902
1.980.4.2.	Recusa em defesa da honra.....	904
1.980.4.3.	Recusa em defesa do sigilo.....	904
1.980.5.	Contraditório na recusa de depor	907
1.980.6.	Decisão na recusa de depor	907
1.981.	Contradita da testemunha	907
1.981.1.	Natureza da contradita.....	908
1.981.2.	Momento da contradita	908
1.981.3.	Legitimados na contradita	909
1.981.4.	Forma da contradita	910
1.981.5.	Instrução da contradita	911
1.981.6.	Decisão da contradita.....	912
1.982.	Substituição da testemunha.....	912
1.982.1.	Testemunha falecida	914
1.982.2.	Testemunha enferma.....	914
1.982.3.	Testemunha desconhecida	915
1.983.	Prisão da testemunha	916
§ 407.º	Complementação da prova testemunhal.....	917
1.984.	Acareação das testemunhas.....	917
1.984.1.	Requisitos da acareação.....	918
1.984.2.	Procedimento da acareação	919
1.985.	Audição da testemunha referida.....	920
1.985.1.	Requisitos da audição da testemunha referida	922
1.985.2.	Iniciativa da audição da testemunha referida.....	922
1.985.3.	Procedimento da audição da testemunha referida.....	923
1.986.	Renovação do depoimento	923
1.987.	Retratação do depoimento.....	923
1.988.	Correção do depoimento	924

§ 408.º Força probante da prova testemunhal	925
1.989. Livre apreciação da prova testemunhal	925
1.990. Critérios da apreciação da prova testemunhal.....	926
CAPÍTULO 87 – PROVA PERICIAL.....	929
§ 409.º Prova pericial em geral.....	929
1.991. Conceito de perícia	929
1.992. Natureza da perícia	932
1.993. Obrigatoriedade da perícia	933
1.994. Etapas da perícia	937
1.995. Variantes da perícia	938
1.995.1. Dispensa do laudo	939
1.995.1.1. Natureza da dispensa do laudo.....	939
1.995.1.2. Requisitos da dispensa do laudo	940
1.995.1.3. Momento da dispensa do laudo	941
1.995.1.4. Efeitos da dispensa do laudo.....	941
1.995.2. Substituição da perícia	942
1.995.2.1. Origem da substituição de perícia	942
1.995.2.2. Natureza da substituição da perícia	943
1.995.2.3. Requisitos da substituição da perícia	944
1.995.2.4. Momento da substituição da perícia	944
1.995.2.5. Efeitos da substituição da perícia	944
§ 410.º Espécies de perícia	945
1.996. Classificações das perícias	945
1.996.1. Perícia judicial e perícia extrajudicial	945
1.996.2. Perícia eventual e perícia obrigatória	947
1.996.3. Perícia antecipada e perícia incidente.....	948
1.996.4. Perícia direta e perícia indireta.....	949
1.996.5. Perícia simples e perícia complexa (combinada)	950
1.996.6. Perícia informativa e perícia opinativa	951
1.997. Modalidades da prova pericial.....	951
§ 411.º Objeto da perícia	953
1.998. Determinação do objeto da perícia	953
1.998.1. Certificação da veracidade do fato alegado	954
1.998.2. Apreciação do fato alegado	954
1.998.3. Certificação da veracidade de outra prova	956
1.999. Limitações políticas do objeto da perícia (<i>inspectio corporis</i>)	956
§ 412.º Cabimento da perícia.....	957
2.000. Casos de inadmissibilidade da perícia.....	957

2.000.1.	Desnecessidade de conhecimento especial	957
2.000.2.	Desnecessidade da perícia.....	958
2.000.3.	Impossibilidade da perícia.....	959
2.001.	Casos de obrigatoriedade da perícia	960
2.002.	Momento da admissão da perícia	961
§ 413.º Perito		961
2.003.	Funções do perito	961
2.004.	Nomeação do perito	963
2.004.1.	Designação oficial do perito	966
2.004.2.	Atitudes do perito após a designação.....	966
2.005.	Número de peritos	967
2.006.	Capacidade para ser perito	970
2.006.1.	Perito relativamente incapaz	972
2.006.2.	Perito analfabeto.....	972
2.006.3.	Perito estrangeiro.....	973
2.007.	Qualificação para ser perito	973
2.007.1.	Qualificação profissional do perito	974
2.007.2.	Qualificação oficial do perito.....	976
2.007.3.	Dispensa da qualificação profissional	977
2.008.	Escusa do perito	978
2.008.1.	Prazo da escusa.....	978
2.008.2.	Motivo da escusa	979
2.008.3.	Decisão sobre a escusa.....	980
2.008.4.	Consequências da escusa	981
2.009.	Substituição do perito.....	981
2.009.1.	Substituição por motivos preexistentes	981
2.009.2.	Substituição por motivos supervenientes	982
2.009.3.	Procedimento da substituição	983
2.009.4.	Sanções do perito substituído	983
2.009.5.	Recorribilidade da substituição.....	984
2.010.	Poderes do perito	984
2.011.	Deveres do perito	986
2.012.	Direitos do perito	987
§ 414.º Assistente técnico		987
2.013.	Funções do assistente técnico.....	987
2.014.	Número de assistentes técnicos.....	989
2.015.	Habilitação do assistente técnico	989
2.016.	Disciplina processual do assistente técnico	990
§ 415.º Etapa inicial da perícia		991
2.017.	Admissão da perícia.....	991

2.018.	Prazo da perícia.....	992
2.019.	Atitudes das partes posteriores à admissão da perícia	994
2.019.1.	Autonomia dos atos posteriores à admissão da perícia	995
2.019.2.	Preclusão dos atos posteriores à admissão da perícia.....	995
2.019.3.	Âmbito subjetivo dos atos posteriores à admissão	996
2.019.4.	Escolha conjunta do perito	996
2.020.	Formulação dos quesitos principais	997
2.020.1.	Forma dos quesitos principais.....	998
2.020.2.	Objeto dos quesitos principais	998
2.020.3.	Efeitos dos quesitos principais	1000
2.021.	Indicação dos assistentes técnicos	1001
2.022.	Recusa do perito.....	1002
2.022.1.	Oportunidade da recusa do perito	1002
2.022.2.	Forma da recusa do perito	1003
2.022.3.	Motivos da recusa do perito.....	1004
2.022.4.	Procedimento da recusa do perito	1004
2.022.5.	Efeitos da recusa do perito.....	1005
2.023.	Controle do questionário	1005
2.023.1.	Indeferimento dos quesitos impertinentes	1005
2.023.2.	Formulação dos quesitos oficiais	1006
	§ 416.º Etapa operativa da perícia	1007
2.024.	Data e local do início dos trabalhos.....	1007
2.024.1.	Origem e forma da intimação do início dos trabalhos	1007
2.024.2.	Destinatários da intimação do início dos trabalhos	1007
2.024.3.	Conteúdo da intimação do início dos trabalhos	1008
2.024.3.1.	Local da perícia	1008
2.024.3.2.	Data da perícia	1008
2.024.4.	Finalidades da intimação do início dos trabalhos	1008
2.024.5.	Consequências da falta de intimação do início dos trabalhos...	1009
2.025.	Forma dos trabalhos	1010
2.026.	Direção dos trabalhos.....	1011
2.027.	Fiscalização dos trabalhos.....	1013
2.028.	Incidentes nos trabalhos	1014
2.028.1.	Prorrogação do prazo da perícia	1014
2.028.2.	Formulação de quesitos suplementares	1014
2.028.2.1.	Oportunidade da formulação dos quesitos suplementares	1015
2.028.2.2.	Legitimidade para formulação dos quesitos suplementares	1015
2.028.2.3.	Objeto da formulação dos quesitos suplemen- tares.....	1016

2.028.2.4.	Procedimento da formulação dos quesitos suplementares	1016
2.028.2.5.	Efeitos da formulação dos quesitos suplementares...	1017
§ 417.º	Etapa final da perícia	1017
2.029.	Documentação da perícia	1017
2.029.1.	Requisitos do laudo pericial	1018
2.029.1.1.	Requisitos extrínsecos do laudo pericial.....	1018
2.029.1.2.	Requisitos intrínsecos do laudo pericial	1019
2.029.2.	Momento do laudo pericial	1020
2.029.3.	Efeitos do laudo pericial.....	1021
2.030.	Intimação das partes da juntada do laudo pericial	1022
2.031.	Crítica das partes ao laudo pericial	1023
2.031.1.	Conteúdo da crítica ao laudo pericial	1024
2.031.2.	Efeitos da crítica ao laudo pericial	1025
2.032.	Produção do parecer dos assistentes.....	1025
2.032.1.	Prazo da apresentação do parecer técnico	1025
2.032.2.	Conteúdo do parecer técnico	1026
2.032.3.	Efeitos da falta de apresentação do parecer técnico	1026
2.032.4.	Apreciação do parecer técnico	1027
2.033.	Pedido de esclarecimentos	1027
2.033.1.	Oportunidade do pedido de esclarecimentos.....	1028
2.033.2.	Forma e conteúdo do pedido de esclarecimentos	1028
2.033.3.	Efeitos do pedido de esclarecimentos.....	1029
2.034.	Controle oficial do laudo	1030
§ 418.º	Renovação da perícia.....	1030
2.035.	Admissibilidade da segunda perícia	1030
2.035.1.	Momento da admissão da segunda perícia.....	1032
2.035.2.	Procedimento da segunda perícia.....	1033
2.035.3.	Recorribilidade da admissão da segunda perícia	1034
2.036.	Objeto da segunda perícia.....	1034
2.037.	Efeitos da segunda perícia.....	1034
§ 419.º	Força probante da perícia	1035
2.038.	Livre apreciação da prova pericial.....	1035
2.039.	Motivação na apreciação da prova pericial	1040
CAPÍTULO 88 – INSPEÇÃO JUDICIAL	1041	
§ 420.º	Inspeção judicial em geral	1041
2.040.	Conceito de inspeção judicial.....	1041
2.041.	Natureza da inspeção judicial.....	1043

2.042.	Terminologia da inspeção judicial	1045
2.043.	Iniciativa da inspeção judicial	1046
2.044.	Espécies de inspeção judicial.....	1048
2.044.1.	Inspeção pessoal e inspeção material.....	1048
2.044.2.	Inspeção direta e inspeção indireta	1049
2.044.3.	Inspeção estática e inspeção dinâmica.....	1049
2.044.4.	Inspeção facultativa e inspeção obrigatória	1050
2.044.5.	Inspeção incidente e inspeção antecipada.....	1051
§ 421.º Objeto da inspeção judicial.....		1051
2.045.	Natureza do objeto da inspeção	1051
2.046.	Características do objeto da inspeção.....	1053
2.046.1.	Pessoas inspecionáveis	1053
2.046.1.1.	Inspeção corporal da parte.....	1054
2.046.1.2.	Inspeção psiquiátrica da parte.....	1055
2.046.1.3.	Inspeção pessoal de terceiros	1055
2.046.2.	Coisas inspecionáveis.....	1056
2.046.3.	Fenômenos inspecionáveis.....	1057
2.047.	Disponibilidade do objeto na inspeção judicial.....	1057
2.047.1.	Disponibilidade da pessoa.....	1058
2.047.1.1.	Disponibilidade pessoal da parte	1058
2.047.1.2.	Disponibilidade pessoal do terceiro.....	1060
2.047.2.	Disponibilidade material	1061
2.048.	Vicissitudes do objeto da inspeção.....	1063
§ 422.º Procedimento da inspeção judicial		1065
2.049.	Admissão da inspeção judicial.....	1065
2.049.1.	Momento da admissão da inspeção.....	1065
2.049.2.	Conteúdo da decisão de admissão da inspeção.....	1066
2.049.2.1.	Determinação do objeto da inspeção	1067
2.049.2.2.	Designação de perito na inspeção judicial	1068
2.049.2.3.	Designação da data da inspeção.....	1068
2.049.2.4.	Designação do local da inspeção.....	1069
2.049.3.	Recorribilidade da admissão e rejeição da inspeção.....	1069
2.050.	Requisitos inspeção judicial.....	1070
2.051.	Tempo da inspeção judicial	1071
2.052.	Lugar da inspeção judicial	1072
2.052.1.	Inspeção na sede do juízo	1073
2.052.2.	Inspeção fora da sede do juízo	1074
2.052.2.1.	Impossibilidade da inspeção na sede do juízo	1075
2.052.2.2.	Conveniência da inspeção fora sede do juízo.....	1076
2.052.2.3.	Reconstituição de eventos e de condutas	1076

2.053.	Forma da inspeção judicial	1078
2.054.	Participantes da inspeção judicial	1079
2.054.1.	Juiz na inspeção judicial.....	1079
2.054.2.	Partes na inspeção judicial	1082
2.054.2.1.	Fundamento da participação das partes.....	1082
2.054.2.2.	Finalidades da participação das partes	1082
2.054.2.3.	Pressupostos da participação das partes	1083
2.054.2.4.	Obrigatoriedade da participação das partes.....	1083
2.054.2.5.	Poderes das partes na inspeção	1084
2.054.3.	Peritos e assistentes técnicos na inspeção judicial	1084
2.054.4.	Informantes na inspeção judicial	1085
2.055.	Documentação da inspeção judicial	1086
2.055.1.	Funções do auto de inspeção	1087
2.055.2.	Forma do auto de inspeção.....	1087
2.055.2.1.	Redator do auto de inspeção.....	1088
2.055.2.2.	Local e momento do auto de inspeção.....	1088
2.055.2.3.	Autenticação do auto de inspeção.....	1088
2.055.3.	Conteúdo do auto de inspeção	1089
2.055.4.	Instrução do auto de inspeção.....	1090
2.055.5.	Impugnação ao auto de inspeção.....	1091
2.056.	Renovação da inspeção judicial.....	1091
§ 423.º	Força probante da inspeção judicial.....	1092
2.057.	Apreciação da prova na inspeção judicial.....	1092
2.058.	Controle da apreciação prova na inspeção judicial	1093
CAPÍTULO 89 – AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO		1094
§ 424.º	Posição da audiência de instrução e julgamento	1094
2.059.	Conceito e natureza da audiência	1094
2.060.	Facultatividade da audiência	1096
2.061.	Estrutura da audiência	1099
§ 425.º	Princípios da audiência.....	1100
2.062.	Princípio da publicidade da audiência	1100
2.062.1.	Audiência de portas fechadas.....	1102
2.062.2.	Audiência de portas abertas	1102
2.062.3.	Cobertura midiática da audiência.....	1104
2.063.	Princípio da unidade da audiência	1105
2.063.1.	Fundamento da unidade da audiência.....	1105
2.063.2.	Consequências da unidade da audiência.....	1105
2.063.3.	Momento da suspensão dos trabalhos	1106
2.063.4.	Causas da suspensão dos trabalhos	1106

2.063.5.	Consequências da suspensão dos trabalhos	1108
2.063.6.	Regime da invalidade da audiência	1108
2.064.	Princípio da concentração da audiência	1108
2.065.	Princípio da imediação na audiência.....	1110
2.066.	Princípio da identidade física do juiz.....	1111
§ 426.º	Etapa da preparação da audiência.....	1114
2.067.	Cabimento da audiência	1114
2.068.	Designação da audiência	1117
2.068.1.	Competência na designação da audiência	1118
2.068.2.	Natureza da designação da audiência	1118
2.068.3.	Escolha da data e horário da audiência	1119
2.068.4.	Registro da data e do horário da audiência	1121
2.069.	Tempo da audiência	1121
2.069.1.	Dia da audiência	1122
2.069.2.	Horário da audiência.....	1122
2.070.	Lugar da audiência	1123
2.071.	Intimações da designação da audiência	1126
§ 427.º	Etapa da abertura da audiência.....	1129
2.072.	Pregões da audiência	1129
2.073.	Participantes da audiência	1130
2.073.1.	Participantes obrigatórios da audiência	1130
2.073.2.	Participantes eventuais da audiência	1132
2.074.	Poderes do juiz na audiência	1132
2.074.1.	Manutenção da ordem	1133
2.074.2.	Manutenção do decoro	1135
2.074.3.	Consequências da quebra da ordem e do decoro.....	1137
2.074.4.	Registro dos requerimentos no termo de audiência.....	1138
2.075.	Atividades do juiz na audiência	1138
2.075.1.	Função de direção da audiência.....	1138
2.075.2.	Função na conciliação em audiência.....	1140
2.075.3.	Função de coleta da prova na audiência.....	1140
2.075.4.	Função de participação nos debates na audiência	1141
2.075.5.	Funções decisórias na audiência.....	1141
2.075.6.	Função de documentação da audiência	1141
2.076.	Atividades das partes na audiência	1142
§ 428.º	Etapa da conciliação	1142
2.077.	Natureza da conciliação incidental	1142
2.078.	Obrigatoriedade da conciliação incidental.....	1145
2.079.	Objeto da conciliação incidental	1146
2.080.	Forma da conciliação incidental	1148

2.081.	Efeitos da conciliação incidental	1149
§ 429.º	Etapa da instrução.....	1152
2.082.	Fixação dos pontos controvertidos.....	1152
2.082.1.	Possibilidade da fixação tardia dos pontos controvertidos.....	1153
2.082.2.	Finalidade da fixação tardia dos pontos controvertidos.....	1154
2.082.3.	Requisitos da fixação tardia dos pontos controvertidos.....	1155
2.082.4.	Recorribilidade da fixação tardia dos pontos controvertidos....	1156
2.083.	Produção da prova em audiência	1156
§ 430.º	Etapa do debate	1158
2.084.	Finalidade do debate da causa.....	1158
2.085.	Momento do debate da causa.....	1159
2.086.	Participantes do debate da causa	1160
2.087.	Modalidades do debate da causa	1162
2.088.	Prazos e ordem do debate da causa.....	1163
2.088.1.	Tempo do debate	1163
2.088.2.	Ordem do debate	1165
2.088.3.	Distribuição do tempo de debate	1166
2.089.	Conteúdo do debate da causa.....	1167
2.089.1.	Objeto virtual do debate da causa.....	1167
2.089.2.	Intervenção do juiz no debate da causa.....	1168
2.089.3.	Intervenção do advogado da contraparte no debate da causa...	1168
2.089.4.	Controle judicial do debate na causa	1169
2.089.5.	Forma do debate da causa	1170
2.090.	Discussão escrita da causa.....	1171
2.090.1.	Cabimento da discussão escrita	1172
2.090.2.	Forma da discussão escrita	1173
2.090.3.	Oportunidade da entrega da discussão escrita	1174
2.091.	Consequências da omissão do debate da causa.....	1176
§ 431.º	Incidentes da audiência	1176
2.092.	Antecipação da audiência	1176
2.093.	Adiamento da audiência	1178
2.093.1.	Fundamento do adiamento convencional da audiência	1179
2.093.2.	Oportunidade do adiamento convencional da audiência	1179
2.093.3.	Forma do adiamento convencional da audiência	1180
2.093.4.	Efeitos do adiamento convencional da audiência	1180
2.094.	Ausências ou atraso na audiência	1181
2.094.1.	Ausência do juiz.....	1181
2.094.2.	Ausência dos auxiliares	1183
2.094.3.	Ausência do Ministério Público.....	1183
2.094.4.	Ausência do advogado	1185

2.094.4.1.	Ausência justificada do advogado	1186
2.094.4.1.1.	Oportunidade da alegação do impedimento do advogado.....	1186
2.094.4.1.2.	Razões do impedimento do advogado.....	1187
2.094.4.1.3.	Forma e prova da alegação do impedimento do advogado.....	1188
2.094.4.1.4.	Consequências do impedimento do advogado	1189
2.094.4.2.	Ausência injustificada do advogado.....	1189
2.094.5.	Ausência da parte	1191
2.094.6.	Ausência da testemunha.....	1192
2.094.7.	Ausência do perito e dos assistentes	1193
2.095.	Cancelamento da audiência	1193
§ 432.º	Etapa do julgamento	1194
2.096.	Emissão da sentença na audiência.....	1194
2.097.	Emissão da sentença fora da audiência	1196
§ 433.º	Documentação da audiência.....	1197
2.098.	Lavratura do termo de audiência.....	1197
2.099.	Elementos do termo de audiência.....	1198
2.100.	Correção do termo de audiência	1200

TÍTULO IV – ETAPA DECISÓRIA

CAPÍTULO 90 – JULGAMENTO DA DEMANDA	1203	
§ 434.º Sentença definitiva no procedimento comum.....	1203	
2.101.	Oportunidade da sentença definitiva.....	1203
2.102.	Elementos da sentença definitiva	1205
2.103.	Abrangência da sentença definitiva	1206
2.104.	Defeitos da sentença definitiva.....	1209
2.105.	Proibição da condenação genérica	1211
2.105.1.	Pressuposto da condenação líquida	1212
2.105.2.	Fundamento da condenação líquida	1212
2.105.3.	Objeto da condenação líquida.....	1213
2.105.4.	Efeito da ausência de condenação líquida	1216
2.106.	Irrevogabilidade da sentença definitiva.....	1216
2.107.	Datação da sentença definitiva.....	1217
2.108.	Autenticação da sentença definitiva	1219
2.109.	Impugnação da sentença definitiva	1219
§ 435.º Improcedência da demanda.....	1221	
2.110.	Causa de emissão da sentença de improcedência.....	1221

2.111.	Força e conteúdo da sentença de improcedência.....	1223
2.112.	Capítulo acessório da sentença de improcedência.....	1227
§ 436.º	Procedência da demanda	1228
2.113.	Causa de emissão da sentença de procedência	1228
2.114.	Força e conteúdo da sentença de procedência	1230
2.114.1.	Procedência condicional.....	1230
2.114.2.	Procedência limitada.....	1232
2.114.3.	Procedência dispositiva	1235
2.114.4.	Procedência alternativa.....	1236
2.114.5.	Procedência genérica	1236
2.114.6.	Procedência impositiva.....	1239
2.115.	Efeito anexo processual da sentença de condenação	1242
2.115.1.	Origem da hipoteca judiciária	1243
2.115.2.	Conceito e natureza da hipoteca judiciária	1245
2.115.3.	Fundamento da hipoteca judiciária.....	1246
2.115.4.	Pressupostos da hipoteca judiciária.....	1246
2.115.5.	Especialização da hipoteca judiciária	1247
2.115.6.	Efeitos da hipoteca judiciária	1248
2.116.	Capítulo acessório da sentença de procedência	1249
2.116.1.	Vencimento parcial.....	1251
2.116.2.	Vencimento recíproco	1255
2.116.3.	Vencimento mínimo.....	1256
CAPÍTULO 91 – REMESSA NECESSÁRIA		1258
§ 437.º	Remessa necessária em geral	1258
2.117.	Origens da remessa necessária	1258
2.118.	Evolução da remessa necessária.....	1259
2.119.	Institutos afins da remessa necessária	1262
2.120.	Natureza jurídica da remessa necessária.....	1263
§ 438.º	Cabimento da remessa necessária	1267
2.121.	Casos gerais de remessa necessária	1267
2.121.1.	Sentença contra pessoas jurídicas de direito público.....	1267
2.121.2.	Sentença contra a pretensão a executar da Fazenda Pública...	1269
2.122.	Exclusões da remessa necessária	1269
2.122.1.	Exclusão da remessa necessária em razão do valor.....	1270
2.122.2.	Exclusão da remessa necessária em razão da matéria	1272
2.123.	Casos especiais de remessa necessária	1273
§ 439.º	Efeitos da remessa necessária	1273
2.124.	Efeito obstativo da remessa necessária.....	1273
2.125.	Efeito devolutivo da remessa necessária.....	1274

CAPÍTULO 92 – COISA JULGADA	1277
§ 440.º Fisionomia da coisa julgada	1277
2.126. Definição de coisa julgada	1277
2.127. Espécies de coisa julgada	1278
2.128. Coisa julgada formal	1281
2.128.1. Designação da coisa julgada formal.....	1282
2.128.2. Importância da coisa julgada formal	1283
2.128.3. Momento da formação da coisa julgada formal.....	1284
2.128.4. Efeitos da coisa julgada formal	1287
2.129. Coisa julgada material	1289
2.130. Fundamentos da coisa julgada	1296
2.131. Objeto da coisa julgada	1298
2.131.1. Objeto formal da coisa julgada	1298
2.131.2. Objeto material da coisa julgada	1302
2.132. Plano da eficácia da coisa julgada	1307
2.132.1. Natureza processual da autoridade de coisa julgada.....	1307
2.132.2. Efeitos da natureza processual da autoridade de coisa julgada...	1310
2.133. Bilateralidade da coisa julgada	1312
2.134. Limites da coisa julgada	1313
§ 441.º Limites subjetivos da coisa julgada	1314
2.135. Alcance subjetivo dos efeitos da sentença	1314
2.135.1. Interessados de fato	1316
2.135.2. Interessados econômicos.....	1316
2.135.3. Interessados políticos.....	1317
2.135.4. Interessados jurídicos.....	1318
2.136. Primeira regra dos limites subjetivos: vinculação das partes.....	1322
2.136.1. Vinculação dos sucessores.....	1326
2.136.2. Vinculação do substituído	1329
2.137. Segunda regra dos limites subjetivos: vinculação <i>erga omnes</i> nas ações de estado.....	1330
2.137.1. Abrangência das causas de estado	1331
2.137.2. Litisconsórcio nas causas de estado.....	1332
2.137.3. Eficácia da sentença de procedência nas causas de estado	1335
2.138. Limites subjetivos da coisa julgada no litisconsórcio	1335
2.138.1. Limites subjetivos da coisa julgada no litisconsórcio obrigatório.....	1336
2.138.1.1. Ineficácia relativa no litisconsórcio necessário simples	1337
2.138.1.2. Ineficácia absoluta no litisconsórcio necessário unitário	1338

2.138.2.	Limites subjetivos da coisa julgada no litisconsórcio facultativo	1339
2.138.2.1.	Limites subjetivos da coisa julgada no litisconsórcio facultativo simples	1340
2.138.2.2.	Limites subjetivos da coisa julgada no litisconsórcio facultativo unitário	1342
2.139.	Limites subjetivos da coisa julgada em situações especiais	1345
2.139.1.	Limites subjetivos da coisa julgada na dissolução dos negócios jurídicos	1345
2.139.2.	Limites subjetivos da coisa julgada na cobrança de prestações indivisíveis	1348
2.139.3.	Limites subjetivos da coisa julgada na tutela da personalidade <i>post mortem</i>	1348
2.139.4.	Limites subjetivos da coisa julgada na jurisdição constitucional	1349
2.140.	Limites subjetivos da coisa julgada no processo coletivo.....	1350
2.140.1.	Coisa julgada na tutela dos direitos coletivos.....	1351
2.140.2.	Coisa julgada na tutela coletiva de direitos	1356
§ 442.º Limites objetivos da coisa julgada.....		1358
2.141.	Primeira regra dos limites objetivos: vinculação ao objeto litigioso	1358
2.142.	Segunda regra dos limites objetivos: vinculação às questões decididas....	1362
2.143.	Objeto ressalvado da autoridade do julgado	1371
2.143.1.	Motivos da decisão	1371
2.143.2.	Verdade dos fatos na decisão	1372
2.143.3.	Questão prejudicial decidida.....	1374
2.143.3.1.	Exclusão da questão prejudicial dos limites objetivos.....	1374
2.143.3.2.	Inclusão da questão prejudicial nos limites objetivos.....	1375
2.144.	Eficácia preclusiva da coisa julgada	1377
2.144.1.	Definição da eficácia preclusiva da coisa julgada.....	1378
2.144.2.	Finalidades da eficácia preclusiva da coisa julgada.....	1379
2.144.3.	Relação dos limites objetivos e eficácia preclusiva da coisa julgada	1380
2.144.4.	Pressupostos da eficácia preclusiva da coisa julgada	1381
2.144.5.	Efeitos da eficácia preclusiva da coisa julgada.....	1386
§ 443.º Limites temporais da coisa julgada.....		1386
2.145.	Influência dos eventos supervenientes na coisa julgada.....	1386
2.145.1.	Oportunidade do evento superveniente.....	1391
2.145.2.	Natureza do evento superveniente	1393
2.145.3.	Efeitos do evento superveniente	1394

2.146.	Modificação dos efeitos da sentença passada em julgado	1395
2.147.	Casos de admissibilidade do evento superveniente	1396
§ 444.º	Funções da coisa julgada	1397
2.148.	Função geral da coisa julgada	1397
2.149.	Função negativa da coisa julgada	1398
2.149.1.	Finalidade da objeção de coisa julgada	1399
2.149.2.	Natureza da objeção de coisa julgada	1399
2.149.3.	Pressupostos da objeção de coisa julgada	1400
2.149.4.	Iniciativa na objeção de coisa julgada.....	1400
2.149.5.	Efeitos da objeção de coisa julgada	1401
2.149.6.	Conflito de coisas julgadas.....	1401
2.150.	Função positiva da coisa julgada	1404
2.150.1.	Função positiva da coisa julgada em relação ao vencedor.....	1405
2.150.2.	Função positiva da coisa em relação ao vencido	1407
§ 445.º	Atenuações da coisa julgada	1408
2.151.	Atenuação da coisa julgada na assistência	1408
2.151.1.	Efeito da intervenção na assistência simples	1409
2.151.2.	Efeito da intervenção na assistência qualificada	1409
2.151.3.	Natureza do efeito da intervenção do assistente.....	1410
2.152.	Atenuação da coisa julgada na pretensão a executar.....	1412
2.153.	Atenuação da coisa julgada na tutela provisória	1416
2.154.	Atenuação <i>secundum eventus litis</i> da coisa julgada	1421
§ 446.º	Desconstituição dos efeitos da sentença.....	1423
2.155.	Remédios contra os efeitos da sentença	1423
2.156.	Rescindibilidade em razão de vícios “transrescisórios”	1425
2.157.	Sentença ineficaz em razão da inexistência ou da invalidade da citação do réu	1430
2.158.	Sentença ineficaz em razão da inconstitucionalidade superveniente da norma.....	1431

CONTEÚDO EXTRA PROVIEW

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO

ÍNDICE LEGISLATIVO

ÍNDICE ONOMÁSTICO

BIBLIOGRAFIA

ESTRUTURA DA OBRA COMPLETA